

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

LOURENÇA SANTIAGO RIBEIRO

**AS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES E A
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO
CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO ÂMBITO DAS ITCPS.**

CURITIBA

2021

LOURENÇA SANTIAGO RIBEIRO

**AS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES E A
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO
CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO ÂMBITO DAS ITCPS.**

**TECHNOLOGICAL INCUBATORS OF POPULAR COOPERATIVES AND
KNOWLEDGE PRODUCTION: A CRITICAL ANALYSIS OF SCIENTIFIC
KNOWLEDGE IN THE CONTEXT OF ITCPS.**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Tecnologia e Sociedade, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Orientadora: Marilene Zazula Beatriz

CURITIBA

2021



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



**Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Curitiba**



LOURENCA SANTIAGO RIBEIRO

AS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO ÂMBITO DAS ITCPS.

Trabalho de pesquisa de doutorado apresentado como requisito para obtenção do título de Doutora Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 30 de Setembro de 2021

Prof.a Marilene Zazula Beatriz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.a Claudia Nociolini Rebechi, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Domingos Leite Lima Filho, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.a Leilah Santiago Bufrem, Doutorado - Universidade Federal da Paraíba (Ufpb)

Prof Luiz Alexandre Goncalves Cunha, Doutorado - Universidade Estadual de Ponta Grossa (Uepg)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 30/09/2021.

Dedico este trabalho a todo(as) os(as) lutadores(as) do campo da Economia Solidária.

Dedico ainda ao meu filho Vicente Santiago Vasconcelos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de estudar em universidades públicas de qualidade (UFPR e UTFPR), por ter colocado no meu caminho mestres, colegas, companheiros, verdadeiros anjos, que me ajudaram a tornar um sonho realidade. Agradeço a Deus também pela serenidade, resiliência e coragem concedidas nos momentos difíceis que enfrentei nesses quatro anos e meio de doutorado.

Ao meu companheiro Aparecido Vasconcelos pelo apoio incondicional, pela compreensão, pelo carinho, pelas muitas vezes em que assumiu os cuidados do nosso filho para que eu pudesse me dedicar ao doutorado.

Ao Vicente, meu filho amado, que chegou no meio do doutorado e que tão pequeno teve que aprender a lidar com a ausência da mãe em muitos momentos. Obrigada, filho, por me tornar a cada dia uma pessoa melhor.

À minha família, meu porto seguro, minha rede de apoio – sem vocês eu não teria conseguido. Obrigada, mãe e pai, por me apoiarem e cuidarem do meu pequeno para que eu pudesse me dedicar à escrita desta tese. Obrigada Cunca, Cida, Noé, Carlinho, Mana e Daniel; esta tese tem um pouco de cada um de vocês.

À professora doutora Marilene Zazula Beatriz, por ter aceitado me acompanhar nessa trajetória, pela partilha de vida, pelas orientações, pela sua vida dedicada à causa da Economia Solidária.

Aos colegas do Grupo de Estudo Economia Solidária e Tecnologia Social – Nabyla, Flávio, Acir, Luiza, Juliana, Gustavo, Ray, Marcos, Rafa, Cecilia – pela partilha de conhecimento e pelo apoio nos momentos delicados.

Ao professor Marcos e à professora Luiza, pelo aprendizado proporcionado com o estágio de docência.

A todos(as) os(as) trabalhadores(as) do campo da Economia Solidária, pelo aprendizado e parceria de tantos anos.

Aos(às) professores(as) que compuseram a banca, pelas ricas contribuições.

A coordenação de avaliação do PRONINC 2013, na pessoa do Professor Dr. Felipe Addor, pelo compartilhamento dos dados resultantes da avaliação.

A Secretária da Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, pelo compartilhamento de dados e informações sobre as ITCPs.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Código de financiamento 001.

Depois de termos conseguido subir a uma grande
montanha, só descobrimos que existem ainda mais
grandes montanhas para subir.

Nelson Mandela, 1994

RESUMO

RIBEIRO, Lourença Santiago. **As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a produção de conhecimento: uma análise crítica do conhecimento científico no âmbito das ITCPs.** 2021. f.204 Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) têm entre os seus objetivos o assessoramento de Empreendimentos Econômicos Solidários e a produção e disseminação de conhecimento sobre o campo denominado Economia Solidária. Elas se caracterizam como nichos contra-hegemônicos dentro de instituições hegemônicas por natureza – as universidades. Dito isto, informa-se que o objetivo geral desta tese foi realizar uma análise crítica do conhecimento científico produzido no âmbito das ITCPs. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa e quantitativa. A metodologia empregada foi pesquisa bibliográfica e documental, e o instrumento ou estratégia de coleta de dados foi a análise de documentos, que envolveu 66 artigos publicados, no período de 2012 a 2017, por professores(as) e técnicos(as) integrantes de 15 ITCPs ligadas à Rede de ITCPs e que executaram os dois últimos editais do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). A análise dos artigos possibilitou a identificação de dados e informações relacionadas a: autores(as), temas, palavras-chave, abrangência, objetivos, referencial teórico, método, metodologia, procedimento, instrumentos, estratégias de coleta de dados e aspectos complementares. Ao final, os dados foram sistematizados e passaram por uma análise descritiva-interpretativa. Entre os resultados obtidos encontra-se que o conhecimento desenvolvido no âmbito das ITCPs é produzido predominantemente por mulheres. No entanto, isso não se reflete nem na forma nem no conteúdo dos estudos – por exemplo: não foram encontrados estudos sobre gênero ou temas correlatos. Trata-se de um conhecimento produzido por pesquisadores(as) profissionais com título de mestre ou doutor(a), oriundos de diferentes áreas do conhecimento. A considerar os temas estudados, a abrangência das pesquisas e os objetivos dos artigos, trata-se de um conhecimento endógeno, que correlaciona teoria e prática, produzido com base em problemas locais. É um conhecimento crítico, que dialoga com outros saberes, desenvolvido em interlocução com pessoas socialmente excluídas e sobre temas que não são de interesse da ciência moderna, do capitalismo. O referencial teórico utilizado é predominantemente crítico. Com relação aos aspectos metodológicos dos artigos analisados, observou-se que muitos autores(as) não apresentam preocupação com a caracterização da pesquisa, tampouco com a descrição do desenho ou percurso metodológico utilizado. Predominam as pesquisas do tipo qualitativa e as estratégias de coleta de dados mais utilizadas são a observação e a realização de entrevista. Entre as questões identificadas e que foram consideradas contraditórias, levando em conta o ideário da Economia Solidária e as características do conhecimento na perspectiva contra-hegemônica, destacam-se: a disciplinaridade na produção do conhecimento e a ausência de trabalhadores(as) entre os(as) autores(as). Não estabelece pontes com outros movimentos antissistema, tais como LGBTQIA+, feminismo, pela moradia, entre outros. E, por fim, sentiu-se falta de artigos que tratem de temas relevantes para o avanço do campo Economia Solidária, tais

como: crédito, finanças solidárias, Tecnologia Social, gênero, sustentabilidade, bem viver e formação jurídica dos EES, por exemplo.

Palavras-chave: Conhecimento. ITCPs. Economia Solidária.

ABSTRACT

RIBEIRO, Lourença Santiago. Technological Incubators of Popular Cooperatives and Knowledge Production: a critical analysis of scientific knowledge in the context of ITCPs. 2021. 204 f. Thesis (Doctorate in Technology and Society) – Postgraduate Program in Technology and Society, Federal Technological University of Paraná. Curitiba, 2021.

Among the objectives of the Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCPs) are the assistance of Solidarity Economic Enterprises and the production and dissemination of knowledge about the field called Solidarity Economy. They are characterized as counter-hegemonic niches within a hegemonic institution by nature. That said, it is reported that the general objective of this thesis was to carry out a critical analysis of the scientific knowledge produced within the scope of ITCPs. For that, a descriptive research with a qualitative and quantitative approach was carried out. The methodology used was bibliographic and documentary research, and the instrument or data collection strategy was document analysis, which involved the analysis of 66 articles published in the period from 2012 to 2017 by teachers and technicians members of 15 ITCPs linked to the Network of ITCPs and who carried out the last two public notices of the National Incubator Program for Popular Cooperatives - PRONINC. The analysis of the articles allowed the identification of data and information related to: authors, themes, keywords, scope, objectives, theoretical framework, method, methodology, procedure, instruments, data collection strategies and complementary aspects. At the end of the data were systematized and underwent an interpretive descriptive analysis. Among the results of deaths, it is found that the knowledge developed under the ITCPs is predominantly produced by women, however this is not reflected in either the form or the content, such as in conducting studies on gender or related topics. It is knowledge produced by professional researchers with a Master's or Doctoral degree from different areas of knowledge. Considering the themes studied, the scope of research and the objectives of the articles, it is an endogenous knowledge, which correlates theory and practice, produced based on local problems. It is critical knowledge, it dialogues with other knowledge, developed in dialogue with socially excluded people and on topics that are not of interest to modern science, from capitalism. The theoretical framework used is predominantly critical. Regarding the methodological aspects of the analyzed articles, it was observed that many authors are not concerned with the characterization of the research, nor with the description of the design or methodological path used. With regard to methodological aspects, qualitative research predominates, the most used data collection strategies are observation and interviewing. Among the issues identified and considered contradictory, considering the ideas of the solidarity economy and the characteristics of knowledge in the counter-hegemonic perspective, the following stand out: the disciplinary nature of knowledge production, the absence of workers among the authors. It does not establish connections with other anti-system movements, such as lgbtqia+, feminism, housing and others. And finally, there was a lack of articles that dealt with topics relevant to the advancement of the Solidarity Economy field, such as: credit, solidarity finance, Social Technology, gender, sustainability, well-being, and legal education of EES, for example.

Keywords: Knowledge; ITCPs; Solidarity economy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trajetória da Economia Solidária no Brasil	44
Figura 2 – Amostra da pesquisa	102
Figura 3 – Conhecimentos produzidos no âmbito das ITCPs	103
Figura 4 – Fontes de informação utilizadas na pesquisa	105
Figura 5 – Etapas da pesquisa	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área de formação dos(as) autores(as).	121
Gráfico 2 – Titulação dos(as) autores(as).	123
Gráfico 3 – Resultado quanto à abordagem dos dados	148
Gráfico 4 – Estratégias e instrumentos utilizados para coleta de dados.	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Vinculação das incubadoras às redes	53
Quadro 2 –	Caracterização da perspectiva hegemônica x contra-hegemônica	85
Quadro 3 –	Tempo de existência e localização das ITCPs que compõem a amostra	100
Quadro 4 –	Ficha de análise	110
Quadro 5 –	As cinco ITCPs com maior produção científica	116
Quadro 6 –	ITCPs com maior número de artigos publicados em periódicos científicos no período de 2012 a 2017.	117
Quadro 7 –	Número de artigos publicados por ano.	117
Quadro 8 –	Periódicos científicos em que os artigos analisados foram publicados.	118
Quadro 9 –	Tema e abrangência temática dos artigos analisados.	127
Quadro 10 –	Segmento de atuação das ITCPs x temas pesquisados.	132
Quadro 11 –	Abrangência geográfica dos estudos.	134
Quadro 12 –	Objetivos dos artigos analisados.	136
Quadro 13 –	Áreas em que os EES requerem apoio	138
Quadro 14 –	Autores mais citados nos artigos analisados.	141
Quadro 15 –	Tipos de pesquisa quanto ao objetivo e aos procedimentos de coleta.	149
Quadro 16 –	Outras estratégias e instrumentos utilizados para coleta de dados.	152
Quadro 17 –	Concepções de Economia Solidária identificadas nos artigos analisados.	159
Quadro 18 –	Princípios basilares da Economia Solidária apontados nos artigos analisados.	160
Quadro 19 –	Origem da Economia Solidária/bases históricas.	162
Quadro 20 –	Conceitos de Tecnologia Social presentes nos artigos analisados.	168

LISTA DE SIGLAS

ABCRED – Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CADSOL – Cadastro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBs – Comunidade Eclesial de Base

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

COPPE/ UFRJ – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DRP – Diagnóstico Rural Participativo

EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas

ECOSOL – Economia Solidária

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FBB – Fundação Banco do Brasil

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

GAPI – Grupo de Análise de Políticas de Inovação

GT – Grupo de Trabalho

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

IESOL UEPG – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa

INC-COOP UFRJ – Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro

INCOP UFOP – Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto

INCOP UNESP Assis – Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Assis

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITCP da UFV – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa

ITCP FURB – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau

ITCP UFMS – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

ITCP UFRN – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ITCP UNIFAL – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas

ITCP Unimontes – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Montes Claros

ITCP UNIOESTE – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ITCP UNIVALI – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí

ITES UFBA – Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais

MCTI – Ministério de Ciência e Tecnologia

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NESIC UCPELOTAS – Núcleo de Economia Solidária e Incubadora de Cooperativas da Universidade *Católica de Pelotas*

NUMI Ecosol UFSCar – Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONGs – Organizações Não Governamentais

PLACS – Pensamento Latino-Americano em Ciência e Tecnologia

PROCOAS-AUGM – Comité Académico Procesos Cooperativos y Asociativos de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo

PRONINC – Programa Nacional de Fortalecimento de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

Rede de ITCPs - Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

RILESS – Rede de pesquisadores Latino-Americanos em Economia Social e Solidária

RTS – Rede de Tecnologia Social

SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SOLTEC – Núcleo de Solidariedade Técnica

TA – Tecnologia Apropriada

TC – Tecnologia Convencional

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TS – Tecnologia Social

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFGM – Universidade Federal de Minas Gerais

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 AS ITCPs E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	21
1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA	24
1.3 CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO	25
1.4 OBJETIVOS	28
1.5 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	29
1.6 DA MILITÂNCIA À ACADEMIA: A TRAJETÓRIA DE QUEM ESCREVE	32
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO	36
2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA	37
2.2 ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	38
2.3 CONCEITOS E PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	40
2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	44
2.5 INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES	49
2.6 SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES – PRONINC	54
3 CONHECIMENTO: UMA CATEGORIA MULTIFACETADA	58
3.1 SOBRE O CONCEITO DE CONHECIMENTO	58
3.2 O CONHECIMENTO NA MODERNIDADE	63
3.2.1 Conhecimento e Relações de Poder	69
3.2.2 Eurocentrismo e Colonialidade do Saber	72
3.3 CENTRALIDADE DO TRABALHO E EXPROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO	75
3.3.1 Os Processos de Expropriação do Conhecimento do Trabalhador: do Nascimento das Fábricas à Gestão do Conhecimento	79
3.4 O CONHECIMENTO NA PERSPECTIVAS CONTRA-HEGEMÔNICA	83
3.4.1. O Campo Ciência, Tecnologia e Sociedade	88
3.4.1.1 Tecnologia Social	92
3.4.1.2 Tecnociência solidária	95
4 PERCURSO METODOLÓGICO	97
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	97
4.2 UNIVERSO E AMOSTRA PESQUISADA	99
4.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	104
4.4 PERCURSO DA PESQUISA	107
4.5 INSTRUMENTO DE ANÁLISE	110
4.6 ANÁLISE DOS DADOS	112

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	114
5.2.1 Área de Formação dos(as) Autores(as)	121
5.2.2 Grau de Formação dos Pesquisadores(as).....	122
5.2.3 Interdisciplinaridade	124
5.2.4 Sobre a Cooperação na Produção de Conhecimento por Autores(as) de Diferentes Instituições de Ensino Superior (IES)	124
5.2.5 Questão de Gênero.....	125
5.2.6 Presença de Trabalhadores(as) dos EES no Grupo de Autores(as).....	126
5.3 TEMAS.....	127
5.4 ABRANGÊNCIA	134
5.5 OBJETIVOS.....	135
5.6 MATRIZ TEÓRICA.....	140
5.7 MATRIZ METODOLÓGICA	147
5.8 ASPECTOS COMPLEMENTARES À ANÁLISE	157
5.8.1 Economia Solidária	158
5.8.2 Trabalhadores (as) dos Empreendimentos Econômicos Solidários	163
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	181
APÊNDICE A – Instrumental utilizado na análise da base de dados de avaliação do PRONINC 2013.....	193
APÊNDICE B – Dados sobre as ITCPs que fizeram parte do estudo	196
APÊNDICE C – Lista de autores(as) citados(as) mais de 2 vezes nos artigos analisados	200
ANEXO A – Termo de Confidencialidade.....	203

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por grandes transformações políticas, econômicas e sociais. Contribuiu significativamente para isso, à crise do petróleo que teve como pano de fundo o aumento no preço do barril, devido a questões relacionadas à geopolítica mundial; depois, por implicações da dívida externa¹ e a implementação de políticas neoliberais. Na década de 1990, com o avanço do neoliberalismo e da globalização, houve um agravamento dessa crise. Por outro lado, houve um contexto de lutas populares protagonizadas por movimentos sociais e sociedade civil organizada, ensejando a redemocratização do país (SCHIOCHET, 2021).

Diante do contexto de crises, de lutas democráticas e da ação de diferentes instituições, como igrejas, organizações não governamentais (ONGs) e sindicatos, começaram a surgir coletivos de trabalhadores(as) que se reuniam para produzir e/ou comercializar determinados tipos de produtos. Estes se organizaram em coletivos informais de trabalhadores(as), em associações e cooperativas; em outros casos os (as) trabalhadores(as) ocuparam empresas que estavam em processo de falência e passaram a administrá-las – a essa categoria de empreendimentos chamou-se empresas recuperadas. Tais iniciativas, a princípio isoladas, reuniam catadores(as) de materiais recicláveis, agricultores(as), artesãs, costureiras, cozinheiras, artistas, trabalhadores(as) do segmento de turismo, entre outros (DELLA VECHIA; TILLMANN; NUNES; CRUZ, 2011).

Assim, aos poucos esse fenômeno que se convencionou chamar de Economia Solidária foi ganhando corpo, se constituindo como uma estratégia de organização dos(as) trabalhadores(as) em torno da ideia de inclusão social e da geração de trabalho e renda, ou uma alternativa ao capitalismo (DELLA VECHIA, et. al. 2011). Schiochet (2021) complementa dizendo que para além do pragmatismo

¹ “Crise da dívida externa foi uma sucessão de problemas econômicos que atingiu a América Latina após a declaração de moratória da dívida externa pelo governo do México em 1982. Foi a mais grave da história da América Latina, com queda de renda, diminuição do emprego e aumento da inflação. Devido a crise, a maioria das nações abandonou a política de substituição de importações e adotaram outras voltadas para a exportação, estratégia de fundo neoliberal encorajada pelo FMI, exceto Chile e Costa Rica que preferiram estratégias reformistas. A taxa de crescimento real do PIB para a região foi de apenas 2,3 por cento entre 1980 e 1985, mas, em termos per capita, a América Latina experimentou um crescimento negativo de quase 9 por cento.” Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_da_d%C3%ADvida_externa_latino-americana. Acesso em: 10 mar. 2021.

relacionado à geração de trabalho e renda e à inclusão social, a Economia Solidária se constituiu como resistência aos avanços da globalização neoliberal (SCHIOCHET, 2021).

Em meio ao contexto de crise da década de 1990, setores da classe média brasileira, dentre eles as Universidades, se uniram em torno da ideia de fortalecer a luta contra a fome no Brasil. Tal apoio contribuiu para que, em 1993, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) – ONG fundada por Herbert de Souza (Betinho) – lançasse a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (DELLA VECHIA et al., 2011, p. 119). Diante dessa conjuntura, as universidades participantes começaram a ser questionadas sobre o real papel da instituição, considerada “o lócus social da construção do conhecimento” (DELLA VECHIA et al., 2011, p. 120). Questionava-se, por exemplo:

Por que o conhecimento não era capaz de gerar ferramentas sociais eficazes contra a fome e a miséria? Ou, de forma mais crítica: diante de um contexto político adverso, em que a transformação social parecia temporariamente derrotada, qual seria o caminho que permitiria responder à urgência da fome e da miséria e, ao mesmo tempo, retomar o rumo da transformação social? (DELLA VECHIA et al., 2011, p. 120)

Em resposta, surgiu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1995, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), com a missão de “organizar os trabalhadores de forma coletiva e autogestionária para que através da geração de trabalho e renda lhes fosse possível alcançar seus direitos e a plena cidadania” (SALOMÃO, 2017, p. 17).

Passados mais de 20 anos e, sabendo-se que é um campo ainda em construção, Cunha e Santos (2011, p. 15) defendem que a Economia Solidária vai além das “lutas políticas, econômicas e sociais”, da inclusão social e geração de trabalho e renda: ela envolve, sobretudo as questões relacionadas à produção de conhecimento. Esse campo tornou-se objeto de estudo para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, possibilitando “diferentes interpretações teóricas, que, por sua vez, também contribuem para sua construção” (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 15).

É nesse contexto que se insere o presente estudo. Ele foi desenvolvido sob a égide de um programa de pós-graduação interdisciplinar, O Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, por uma pesquisadora com formação no

campo das Ciências Sociais Aplicadas, conforme consta na seção 1.6, intitulada “Da militância à academia: a trajetória de quem escreve”.

1.1 AS ITCPs E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Sobre as ITCPs, tem-se que elas se diferenciam das incubadoras tecnológicas tradicionais pelo formato, pelo público atendido e pela metodologia de trabalho empregada. Para Victória (2011, p. 44) enquanto as incubadoras tradicionais buscam promover “maior dinamismo econômico e tecnológico” através da transferência de conhecimento produzido em Instituições de Ensino Superior (IES) para empresas privadas, com vistas ao acúmulo de capital, as ITCPs, ainda conforme Victória (2011, p. 44), atuam na viabilização de “iniciativas populares, por meio da formação continuada, assessoria e assistência técnica, o desenvolvimento de tecnologia social, na perspectiva de inverter a lógica das incubadoras de empresas”, buscando desenvolver conhecimento científico a partir da interação com trabalhadores(as) de diferentes campos e realidades, visando a solução de problemas locais e a potencialização dos setores produtivos populares.

Segundo Addor e Menafrá (2017), as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares têm entre seus objetivos:

- a) assessorar Empreendimentos Econômicos Solidários;
- b) produzir e disseminar conhecimento sobre Economia Solidária;
- c) formar quadros para trabalhar com Economia Solidária.

Della Vechia et. al. (2011, p. 116), definem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares como:

[...] uma unidade acadêmica interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, cujo objetivo é fazer interagir o meio universitário e os grupos de trabalhadores/as, que tentam empreender economicamente de forma coletiva – solidária e autogestionária – de maneira a apoiar a formação e a consolidação dos empreendimentos e, ao mesmo tempo, transformar a universidade, aproximando-a dos interesses, desejos e necessidades dos setores populares. Isso é feito através de um processo intenso de troca de conhecimentos práticos e teóricos e de uma construção compartilhada de novos conhecimentos, entre a incubadora e os grupos de trabalhadores associados.

Ao que se percebe, o fazer das ITCPs está diretamente relacionado com a produção, a disseminação e o uso do conhecimento. No entanto, na perspectiva da Economia Solidária, que é uma perspectiva contra-hegemônica², o conhecimento, bem como seu processo de produção, apresenta diferenças substanciais em relação àquele desenvolvido sob a égide da ciência moderna, do capitalismo, da perspectiva hegemônica.

Sobre esse aspecto, Addor e Rolim (2018, p. 121) escrevem:

[...] o trabalho desenvolvido nas incubadoras, que chamamos de incubação, é uma construção e reconstrução de conhecimento por meio do processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de EES, tendo em vista a necessidade de dar suporte técnico, político e social a esses empreendimentos, tanto urbanos quanto rurais. Esse processo valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão social e econômica, acrescenta conhecimentos básicos de trabalho cooperativo e técnicas específicas de produção e gestão administrativa, orienta para o mercado e para a inserção em redes, cadeias produtivas e/ou planos e arranjos produtivos locais. Une “saber popular” a “saber científico”, numa tentativa de transformação da prática cotidiana, inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desenvolve um processo educativo que modifica as circunstâncias, os homens e as mulheres na sua maneira de ser e agir. É, portanto, um processo de construção e reconstrução de conhecimentos para os atores envolvidos em vários aspectos.

Vislumbra-se que as ITCPs levaram para dentro das universidades uma nova dinâmica de trabalho e uma visão diferenciada sobre o que é conhecimento e como este pode ser produzido. Na perspectiva assumida pelas ITCPs, o conhecimento se dá a partir da ação humana (trabalho ou práxis) consciente, intencional e transformadora do ser humano. É da relação do ser humano com o mundo ou da

² A perspectiva contra-hegemônica se constitui como um processo de construção de reações aos grupos dominantes (SOUZA, 2013).

É importante ressaltar que, não contente com o conceito preponderante do termo Tecnologia Social, Dagnino (2020) desenvolveu uma reflexão teórica e cunhou o conceito de Tecnociência Solidária, que para ele está mais alinhado com a concepção da Economia Solidária.

“A noção de hegemonia foi criada no seio da tradição marxista para pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço. Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e em Lênin, é Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição. A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Nesse contexto, a sociedade civil adquire um papel central, bem como a ideologia, que aparece como constitutiva das relações sociais.” (ALVES, 2010, p. 71).

Existem hoje no Brasil mais de 100 incubadoras que atuam no campo da Economia Solidária. Elas estão organizadas politicamente em duas redes, a UNITRABALHO e a Rede de ITCPs. (ADDOR; ROLIM, 2017)

intervenção na natureza que surgem as ideias e os produtos materiais; é também dessa interação que resulta o conhecimento (ADDOR; ROLIM, 2017).

Na perspectiva hegemônica, a ciência e o conhecimento são considerados autônomos e neutros, se colocam acima do bem e do mal e são apresentados como universais. No entanto, são eurocêntricos, voltados à produção de bens e serviços com vistas à acumulação de capital, atendem aos objetivos de uma minoria que monopoliza o conhecimento e o capital. O objetivo, as prioridades, bem como a metodologia são determinados pelo patrocinador. Podem assumir um viés racista, machista, extrativista, cientificista, totalitário, cartesiano, disciplinar; usam o conhecimento como instrumento de controle e só o consideram válido se desenvolvido na universidade e seguindo os padrões positivistas. Na perspectiva contra-hegemônica, da qual os pesquisadores(as) integrantes das ITCPs são partícipes, assume-se que o (a) pesquisador (a) é dotado de subjetividade e, por isso, a ciência não pode ser considerada neutra, e que todo conhecimento é relativo. Reconhece a existência da pluralidade de saberes, sem distinção ou hierarquização, advoga pelo conhecimento útil, ou pelo conhecimento que tem relação com a realidade local ou com a solução de problemas locais, reais – Tecnologia Social, para melhorar a qualidade de vida das pessoas, e não só de quem pode pagar. Compreende que o conhecimento pode ser um mecanismo de promoção de cooperação e solidariedade e de emancipação. Uma perspectiva contra-hegemônica se constrói com ciência e conhecimento próprios – desenvolvidos a partir da nossa realidade latina –, críticos e engajados, sustentáveis, inclusivos, feitos por brancos, pretos, pardos, indígenas, homens, mulheres de diferentes lugares e denominações religiosas, construídos de forma participativa e democrática.

Nesta perspectiva, as ITCPs se aproximam teoricamente da discussão feita pelo Estudos Sociais da Ciência, Tecnologia e Sociedade (ECTS). Ambos tecem críticas ao modelo tradicional de produção de conhecimento e à perspectiva hegemônica e postulam a necessidade de desenvolver uma nova plataforma científica e tecnológica, pautada na participação, democratização, promoção da autonomia, inclusão, sustentabilidade, cooperação e valorização de diferentes saberes.

É importante ressaltar que pesquisadores(as) do campo contra-hegemônico não negam a importância do conhecimento ou da ciência e tecnologia, mas compreendem que, assim como no capitalismo, a viabilização de outro sistema econômico ou de outra forma material de vida demanda o desenvolvimento de um

arcabouço teórico, metodológico e tecnológico que o sustente. Ou seja, não se trata de abolir a ciência e a tecnologia, mas de desenvolvê-las sob outros pressupostos, a fim de construir uma sociedade justa, solidária e sustentável. A relação entre pesquisadores(as) dos dois campos tem se estreitado cada vez mais e eles encontram os seus principais pontos de convergência no debate sobre extensão universitária, no desenvolvimento de tecnologias sociais(as) e no trabalho desenvolvido pelas Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

O presente estudo foi realizado junto a 15 Incubadoras Tecnológicas Populares de Cooperativas Populares. A análise voltou-se a uma parte do trabalho desenvolvido pelas ITCPs: a produção do conhecimento científico. O corpus da pesquisa compreende um conjunto de artigos publicados em periódicos científicos, no período de 2012 a 2017, por pesquisadores(as) ligados a 15 incubadoras que integram a Rede de ITCPs³.

A seleção das ITCPs foi realizada com base nos seguintes critérios: ser membro da Rede de ITCPs, ter sido selecionada nos dois últimos editais do Programa Nacional de Fortalecimento de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – PRONINC⁴ (chamadas publicadas em 2007 e 2013) e integrar o grupo das ITCPs escolhidas entre as participantes do PRONINC 2013 para a avaliação do programa⁵. Tais critérios foram definidos de forma a selecionar ITCPs com trabalho consolidado e dados atualizados, sistematizados e confiáveis.

³ Existem hoje no Brasil mais de 100 incubadoras que atuam no campo da Economia Solidária. Elas estão organizadas politicamente em duas redes, a UNITRABALHO e a Rede de ITCPs. De acordo com Salomão (2017, p. 18), “a Rede ITCPs foi criada para atuar como articulação política e representar os interesses dos trabalhadores, empreendimentos e das próprias incubadoras. A Rede ITCPs, que começou com 9 incubadoras, abrange 65 instituições de ensino nos dias atuais”.

⁴ “O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) foi criado pelo governo federal em 1998, com o objetivo de fomentar a criação de ITCPs em universidades públicas brasileiras, para que essas realizassem assessoria continuada ou incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários, qualificação, assistência técnica, estudos e pesquisas que culminassem na produção de conhecimento e tecnologias voltados para o segmento da economia solidária.” (ADDOR et al., 2018, p. 28).

⁵ Nem todas as ITCPs que executaram o PRONINC 2013 foram avaliadas. Foi acordado entre as coordenações das duas redes que todas as ITCPs apoiadas pelo PRONINC pela primeira vez seriam avaliadas; já entre as veteranas, somente as que não tinham sido avaliadas ao final da execução do PRONINC 2007 passariam por avaliação, estabelecendo-se uma espécie de revezamento.

Cabe informar que os artigos científicos são uma pequena parte de todo o conhecimento produzido no âmbito das ITCPs. Se considerarmos os dados obtidos com a avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares executado entre 2013 e 2015, e avaliado entre 2016 e 2017, o conjunto de artigos científicos analisados representa menos de 3% de todo o conhecimento produzido pelas 15 ITCPs que fazem parte do presente estudo. A decisão de analisar somente os artigos publicados em periódicos científicos considerou a facilidade de acesso, já que as revistas científicas estão disponíveis na *web*, e a compreensão de que no âmbito das ITCPs o conhecimento é, ou deveria ser, produzido a partir da materialidade da vida. Isso significaria que os artigos são fruto do trabalho desenvolvido pelos(as) pesquisadores(as) e suas equipes em interação com outros atores da sociedade – ou seja, até ser publicado em um periódico científico, esse conhecimento já passou por diferentes fóruns de discussão internos e externos à ITCP.

A análise dos artigos sucedeu a leitura de autores(as) partícipes da teoria crítica, tais como: Nunes (2006), Frigotto (2006), Singer (2002; 2004), Dagnino (2010; 2014; 2019; 2020), Santos (2006; 2007; 2008; 2017; 2020), Freire (1974; 1987), Vieira Pinto (1979), Severino (1998), Cortella (1997), Debus (2004), Varsavsky (1969), Foucault (1999), Zart (2012), Deus (2006), Aquino (2015), Escobar (2006), Lage (2008), Alvares (2006), Claude (CIÊNCIA, 2000), Enguita (1989), Quijano (2005), Mora-Osejo e Fals Borda (2006), Antunes (1998; 2020), Cuti e Zacarias (2018), Decca (1982), Behr e Nascimento (2008), Cunha e Santos (2011), Rahman e Fals Borda (1988), Cutcliffe (2003), Bazzo (2003), Dias (2008; 2012), Vaccarezza (1998), Thomas (2009), Della Vechia et. al. (2011), Fraga (2012), Addor (2017; 2018), Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), Coraggio (2000), Silva (2014), Schiochet (2011; 2021) entre outros(as). Estes(as) contribuíram para a compreensão das diferentes perspectivas de produção do conhecimento, bem como para a definição das categorias ou elementos a serem observados.

1.3 CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO

Para Dagnino (2010), ainda que exista um grupo de professores(as) críticos(as) ao modelo predominante de produção de conhecimento, as universidades e a

comunidade acadêmica, no geral, não estão preparadas para subverter as lógicas deterministas e produtivistas que assolam esses espaços, tampouco para promover a democratização do conhecimento. Segundo o autor, são vários os motivos que levam a isso, sendo que o principal é a crença enraizada no modelo linear de produção de conhecimento. Dagnino (2010) fala que mesmo entre pesquisadores(as) progressistas existem aqueles(as) que acreditam que a universidade é a instituição detentora do *ethos* do conhecimento. Na perspectiva dos(as) pesquisadores(as) que acreditam nisso, quanto mais investimento em ciência, maior será o desenvolvimento do país, condição que trará a resolução dos problemas sociais. No entanto, os estudos de Dias (2012) mostram que essa equação – mais recurso para pesquisa é igual mais progresso e, conseqüentemente, menos problemas sociais – não se confirmou.

O modelo linear de produção do conhecimento, criticado por Dagnino (2010) e por Dias (2012) engessa e direciona o trabalho dos(as) pesquisadores(as), uma vez que atrela o financiamento da pesquisa a uma série de condicionantes, tais como a produção de *papers*, a realização de estudos dentro das áreas e temas considerados estratégicos para o capital, o uso de métodos, técnicas e ferramentas tecnológicas, muitas vezes resultantes de processo de transferência tecnológica. Isso tolhe a autonomia e compromete o trabalho de pesquisadores(as) que buscam produzir conhecimento e desenvolver soluções que suportem outro modelo de desenvolvimento, como por exemplo, o proposto pelo movimento de Economia Solidária.

Considerando que as ITCPs são unidades acadêmicas, organizadas em forma de núcleos, programas ou projetos de extensão universitária, que na modernidade a instituição universidade se tornou a legítima representante da ciência moderna, e que existe uma preponderância do modelo linear de produção do conhecimento, sobra pouco espaço ou oportunidade para atuação dos(as) pesquisadores(as) integrantes das ITCPs. Eles(as) acabam atuando de forma marginalizada ou nas fendas resultantes dos conflitos desencadeados internamente.

Outra questão importante é apresentada por Fraga (2012). De acordo com ela, apesar da crítica à perspectiva hegemônica de produção do conhecimento, ao eurocentrismo e à colonialidade do saber tecida pelos(as) pesquisadores(as) integrantes das ITCPs, e de, pelo menos no discurso, a proposta pedagógica dessa categoria de incubadoras ser desenvolvida com base nos escritos de Paulo Freire, a ideia de transferência do conhecimento ainda é recorrente no âmbito das ITCPs. Na

sua tese de doutorado, a pesquisadora busca compreender “as origens e as consequências da ideia de transferência de conhecimentos na atuação das ITCPs” (FRAGA, 2012, p. xi). Uma das razões ou justificativas encontradas é o lugar que essas ocupam dentro das universidades – o campo da extensão – e a forma como a extensão se desenvolveu no Brasil⁶.

Fraga (2012) reconhece o potencial das ITCPs para a construção de outra racionalidade. Nas palavras da autora:

Identificamos nas incubadoras um potencial, uma possibilidade de ser o espaço de experimentação da esperança ao qual nos referimos anteriormente. Contudo, para que esse potencial se concretize, as incubadoras terão que lidar com a ambivalência que carregam atualmente.

Se por um lado, carregam o potencial de legitimar um projeto para além do capital fundado na autogestão e, portanto, na superação do trabalho alienado, por outro, elas têm canalizado a capacidade criativa e de contestação de estudantes e professores em práticas de resignação como a de transferência de conhecimento. Nesse segundo caminho, as incubadoras se limitam a resistir à lógica do capital e não a tentar superá-la. Atuam, portanto, em alguma medida, cooptando as forças transformadoras da universidade e contribuindo para a manutenção da universidade distante das necessidades dos grupos populares [...]

[...] pouco têm avançado na transformação da universidade como um todo e a conexão entre ensino, pesquisa e extensão, a partir das mesmas, ainda é incipiente. Como consequência, é reduzido o número de pesquisas realizadas e de estudantes formados a partir das práticas das incubadoras se comparado com a universidade de maneira geral. (FRAGA, 2012, p. 198)

Para Fraga (2012, p. 199), aparentemente existe um consenso entre os(as) pesquisadores(as) ligados às ITCPs sobre a necessidade de superar essa “condição residual para dentro das universidades”. A autora diz ainda que, assim, existe uma preocupação entre os(as) pesquisadores(as) em desenvolver uma plataforma científica e tecnológica voltada para as necessidades da população, ou seja, que esteja além das demandas do capital.

Ainda sobre a problemática relacionada à produção de conhecimento no âmbito das ITCPs, Della Vechia et al. (2011, p.138) dizem que entre os desafios ou problemáticas que as ITCPs precisam enfrentar estão: a) qualificar a “capacidade de reflexão teórica” e, b) aumentar a “visibilidade e nossa capacidade de intervenção,

⁶ Historicamente, a extensão se desenvolveu sob a influência das universidades europeias e estadunidenses, as quais tratavam a extensão ou como oferta de cursos ou como prestação de serviço. Em ambos os casos reiterava-se a lógica da transferência de conhecimento. (TAVARES; FREITAS, 2016).

através do reconhecimento acadêmico e social sobre a importância de nosso trabalho”.

Tomando por base os escritos de Vieira Pinto (1979), que postula não ser possível dissociar o conhecimento do contexto no qual ele é produzido e justifica o seu desenvolvimento, e os demais autores, citados na seção anterior, que subsidiaram a reflexão teórica do presente estudo, conjectura-se que a produção do conhecimento na perspectiva contra-hegemônica, assumida por pesquisadores integrantes das ITCPs, resulta da materialidade da vida das pessoas envolvidas no processo; no entanto, ela se dá em um ambiente com muitos conflitos e disputas de recursos e de modelo de sociedade, ou seja, marcado pela dialética. E, reverbera nos processos e nas práticas das ITCPs, inclusive na produção do conhecimento.

Os registros sobre a problemática relacionada à produção do conhecimento no âmbito das ITCPs estão dispersos em livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Até a realização desta pesquisa não foram localizados estudos que apresentem um panorama sobre o conhecimento que vem sendo produzido por pesquisadores(as) ligados a essa categoria de incubadoras, ou que respondam às seguintes perguntas: o que caracteriza o conhecimento produzido no âmbito das ITCPs? O conhecimento produzido por pesquisadores(as) integrantes das ITCPs pode, de fato, ser considerado contra-hegemônico? No que as ITCPs precisam avançar para se consolidarem como produtoras de conhecimento na perspectiva contra-hegemônica?

A problemática apresentada nesta seção e as questões mencionadas no parágrafo anterior deram origem à pergunta que orientou o presente estudo. Tendo em vista que na perspectiva contra-hegemônica, à qual se filia a Economia Solidária, a produção do conhecimento provém da existência, ou seja, da materialidade da vida, pergunta-se: que conhecimento vem sendo construído no âmbito das ITCPs? O que o caracteriza?

1.4 OBJETIVOS

Objetivo geral

O objeto desta tese é o conhecimento científico produzido por professores(as) e técnicos(as) administrativos(as) que atuam em Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e publicado em periódicos científicos no período de 2012 a 2017. O objetivo geral é analisar criticamente o conhecimento científico produzido no âmbito das ITCPs por professores(as) e técnicos(as) administrativos(as)

Objetivos específicos

- a) Compreender as diferentes facetas da categoria conhecimento;
- b) Caracterizar o conhecimento científico produzido no âmbito das ITCPs;
- c) Conhecer/investigar os enfoques teóricos metodológicos do conhecimento científico produzido no âmbito das ITCPs;
- d) Identificar questões contraditórias relacionadas à produção do conhecimento no âmbito das ITCPs que comprometem a capacidade de reflexão teórica, sob uma perspectiva crítica.

1.5 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

A autocrítica é um passo importante para avançar na construção de um conceito, disciplina ou campo de estudo, já que possibilita, entre outras coisas, ampliar e refinar o olhar, incluir e considerar novos aspectos, bem como desenvolver novas estratégias e/ou alternativas e, assim, cumprir aquilo a que se propõe o pesquisador(a). Só isso já justificaria a presente pesquisa. No entanto, existem outros atributos que a justificam e a tornam relevante, conforme será apresentado na sequência.

A análise crítica do conhecimento produzido no âmbito das ITCPs é de interesse e relevância política, econômica e social. Tal afirmação se baseia no fato de que parte significativa dos conhecimentos produzidos sobre o vasto campo interdisciplinar denominado Economia Solidária ter como autores(as) professores(as), técnicos(as) e bolsistas integrantes das ITCPs, e no fato de a Economia Solidária, bem como as ITCPs, terem *expertise* no trabalho com populações e territórios

empobrecidos, com organização de lutas populares, com a defesa de direitos, além de atuarem no fortalecimento de ambientes justos, solidários e democráticos.

Existe um certo consenso entre pesquisadores(as) do campo da Economia Solidária no sentido de que ela se constituiu e ganhou visibilidade no Brasil, na década de 1990, como uma tentativa de superação do desemprego, já que, segundo dados do IBGE, naquele momento a taxa de desemprego girava em torno de 12% e a pobreza crescia (NAGEM; JESUS, 2013). Passados mais de 20 anos, a Economia Solidária expandiu seu escopo de atuação, trouxe novos temas, conceitos, áreas e autores(as) que ampliaram e enriqueceram o debate.

Apesar de a Economia Solidária ter surgido como alternativa para geração de trabalho e renda, uma análise preliminar da literatura aponta para a existência de ao menos três diferentes vertentes. A primeira dedica-se a discutir o modelo de gestão praticado pelos Empreendimentos Econômicos Solidários, a autogestão; a segunda volta-se para a importância da Economia Solidária na geração de trabalho e renda, na inclusão social e na superação da pobreza; e a terceira discorre sobre a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento, e tem no seu âmago o ser humano, além de preocupar-se, verdadeiramente, com a sustentabilidade do meio ambiente (RIBEIRO, 2016).

No entanto, a dimensão econômica, ou de geração de trabalho e renda, continua sendo muito importante e pode se tornar ainda mais relevante nos próximos anos, a depender da capacidade de articulação e da capacidade de comunicar o potencial que a Economia Solidária representa, ainda mais no período de pandemia de Covid-19 e nos anos subsequentes⁷, já que os dados do IBGE, referente ao terceiro trimestre de 2021, apontam que o Brasil tem uma taxa de 14,7% de desempregados⁸,

⁷ Os dois últimos anos da presente pesquisa se deram durante o período da pandemia de Covid-19 (2020 e 2021). Tem-se que o contexto da pandemia elevou ainda mais a taxa de desemprego no país.

⁸ De acordo com o IBGE, são consideradas desempregadas as “pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho”. (BRASIL. IBGE. **O que é desemprego.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 19 de julho de 2021

7% de desalentados⁹ e 40% de trabalhadores na informalidade¹⁰. Além disso, 29% das pessoas ocupadas se dizem disponíveis para trabalhar mais horas por dia, em um cenário de constante diminuição de postos de trabalho.

Para Singer (2004), assim como no capitalismo, o desenvolvimento na lógica da Economia Solidária apoia-se no conhecimento acumulado. No entanto, na perspectiva da Economia Solidária as forças produtivas devem estar “à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização, e, portanto, dos benefícios que venham a proporcionar” (SINGER, 2004, p. 11).

Diante do exposto, entende-se que a Economia Solidária, bem como as ITCPs, tem muito a contribuir com a superação da crise econômica e social, que já estava em curso com o avanço dos governos neoliberais e que se agravou com as últimas reformas promovidas pelo Estado brasileiro, pelas novas configurações de trabalho, denominadas por Antunes (2020) de “uberização do trabalho”, e pela pandemia de Covid-19.

Para Deus (2006, p. 213) “a ciência é feita por seres humanos em sociedade” e, portanto, ela “faz parte da sociedade”. Logo, “a crítica da ciência”, ou ao modo de produzir conhecimento, precisa ser estendida à sociedade, à forma como ela se organiza, se desenvolve, aos valores e à cultura exaltada. Nesse sentido, não é possível tecer críticas à ciência moderna sem mencionar o capitalismo, e vice-versa. Isso porque, conforme será abordado no próximo capítulo, a ciência moderna se constituiu como aliada do capitalismo.

⁹ A população desalentada, conforme o IBGE, “é definida como aquela que estava fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: não conseguia trabalho, ou não tinha experiência, ou era muito jovem ou idosa, ou não encontrou trabalho na localidade - e que, se tivesse conseguido trabalho, estaria disponível para assumir a vaga”. (LIMA, A. et al. O desalento das pessoas que desistiram de procurar trabalho. **Retratos**, 1 jun. 2018. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21318-o-desalento-das-pessoas-que-desistiram-de-procurar-trabalho>. Acesso em 19 de julho 2021

¹⁰ De acordo com o IBGE, “os trabalhos **informais** possuem características específicas, como a falta de carteira assinada, direitos trabalhistas previstos em lei, auxílios de segurança social, como o auxílio-maternidade, auxílio-doença, entre outros”. (BRASIL. IBGE. **Setor informal**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/setor-informal.html>. Acesso em: 19 de julho 2021

Taxa de trabalhadores na informalidade em Julho de 2021 – Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/taxa-de-informalidade-no-mercado-de-trabalho-sobe-para-40-diz-ibge>. Acesso em: 19 ago. 2021.

Os(as) pesquisadores(as) integrantes das ITCPs defendem a necessidade de produzir conhecimento a partir de outro paradigma que não o produtivismo, o cientificismo e o eurocentrismo, marcas elementares da ciência moderna. Eles são partícipes da perspectiva crítica, ao menos no discurso; priorizam metodologias que proporcionem a participação, a escuta e a cooperação, advogam por uma ciência própria, voltada para a solução dos problemas locais, são partidários de um modelo contra-hegemônico de produção de conhecimento.

Por fim, ainda que o modelo hegemônico de produção do conhecimento predomine dentro das universidades, não é singelo o trabalho desenvolvido por pesquisadores(as) integrantes das ITCPs. Além de envolver equipes interdisciplinares formada por professores, técnicos, bolsistas, estudantes, advindos de diferentes áreas do conhecimento, se mescla ao trabalho de profissionais como: agricultores, catadores, pescadores, artesãos, artistas, cozinheiras, padeiros(as), costureiras, metalúrgicos, jardineiros, gestores públicos para, a partir da práxis, produzirem conhecimento voltado às questões presentes no cotidiano dos (das) trabalhadores (as). Em outras palavras, as ITCPs propõem a sistematização de saberes experienciais (a partir da vida material dos envolvidos), e isso subverte a lógica hegemônica de produção de conhecimento.

1.6 DA MILITÂNCIA À ACADEMIA: A TRAJETÓRIA DE QUEM ESCREVE

Para Harding (1993), o processo de produção do conhecimento tem como ponto de partida o lugar onde se encontra o(a) pesquisador(a), compreendendo sua etnia, o gênero, a classe social, a história de vida. Aproveito esta deixa para me apresentar. Eu sou a Lourença Santiago Ribeiro, mulher, brasileira, cearense, natural de Campos Sales, com ascendência indígena (dos povos kariris), africana e europeia (holandesa). Filha de um vaqueiro/agricultor e de uma dona de casa que lutaram para que os filhos fossem alfabetizados e soubessem mais do que eles, a quarta filha de um total de sete irmãos, mãe do Vicente (que nasceu durante a realização desta pesquisa), companheira do professor Aparecido Vasconcelos, negro e militante das relações étnico-raciais.

Dito isto, informo que esta tese é fruto da experiência de uma pesquisadora que tem 22 anos de militância em movimentos sociais, dos quais 12 foram dedicados ao movimento de Economia Solidária.

Iniciei a minha militância na Pastoral da Juventude e nas Comunidades Eclesiais de Base, na década de 1990. Por mais de dez anos estive envolvida na luta em defesa da vida da juventude, o que me aproximou de diferentes movimentos sociais, entre eles o movimento de Economia Solidária.

Sou bacharel em Gestão da Informação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestre em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação pela mesma instituição. No mestrado, estudei os processos de criação e partilha de conhecimento na Associação de Padarias Comunitárias Fermento na Massa, um dos empreendimentos solidários de maior relevância de Curitiba, cuja origem se confunde com a da Economia Solidária no estado do Paraná. Foi durante o mestrado que eu estreitei laços com o movimento de Economia Solidária de Curitiba.

Posteriormente, fiz parte da coordenação local de uma pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade, voltada para a formação de gestores públicos que trabalhavam ou que queriam trabalhar com Economia Solidária. Esse projeto foi financiado pela extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Nos anos que se sucederam trabalhei na Rede Marista de Solidariedade, onde tive a oportunidade de implementar programas e projetos de assessoria, fomento e incidência pública com foco no fortalecimento da Economia Solidária em Curitiba e Região Metropolitana. Entre os projetos executados está a implementação de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

Nesse ínterim, integrei a coordenação de fóruns municipais e estadual de Economia Solidária, compus a comissão que conduziu o processo de aprovação da Lei de Economia Solidária em Curitiba, fui membro da coordenação da Rede de ITCPs, da equipe editorial da revista de ITCPs e membro do conselho científico da Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária.

O caminho percorrido até aqui não foi tranquilo; enfrentei situações de machismo, racismo e mesmo xenofobia. Trabalho desde o primeiro ano do segundo grau (atualmente ensino médio), já fui jovem aprendiz, estagiária, vendedora, instrutora, analista, supervisora, gestora de projetos, assessora parlamentar, consultora e professora – como dizem, já amassei muito barro nas periferias de Curitiba. Tudo isso contribuiu para minha formação.

De todas as minhas experiências profissionais, sem dúvida, o tempo que estive à frente de uma ITCP foi um dos mais ricos que vivi até o momento. Como escreveram Della Vechia et al. (2011, p.142-143)

Trabalhar numa ITCP e fazer parte da REDE de incubadoras é algo apaixonante; é sentir-se parte do movimento da história, na pequena escala em que isso representa; é tomar a si a tentativa de fazer com que o conhecimento socialmente produzido e historicamente acumulado pela instituição universitária deixe de ser um privilégio para tornar-se um direito de todos; e, ao mesmo tempo, é participar da luta para que o conhecimento socialmente compartilhado e historicamente construído pelos trabalhadores seja reconhecido como parte essencial da nossa civilização. As incubadoras são um elo numa corrente histórica, já longa, de esforço para a construção de uma universidade a serviço de toda a sociedade.

Não cheguei até aqui sozinha. Reconheço a importância de todas as mulheres que vieram antes e abriram portas, que foram apoio e inspiração. Reconheço a importância da minha da minha família, em especial da minha mãe; sem eles talvez não estivesse aqui, realizando esta pesquisa e defendendo ideias nas quais acredito. Reconheço a importância e a influência dos meus tios que migraram para São Paulo nas décadas de 1970 e 1980 e contribuíram diretamente em momentos importantes da história do nosso país, tais como a construção do Partido dos Trabalhadores, as greves do ABC e o movimento Diretas Já.

Além de familiares, tive a oportunidade de conviver com líderes comunitários, religiosos e professores(as) que me inspiraram, mostraram caminhos e acreditaram no meu potencial. Também aprendi muito com as(os) trabalhadoras(es) dos Empreendimentos Econômicos Solidários com quem convivi.

Repetindo o poeta espanhol Antonio Machado, gosto de dizer que o caminho se faz caminhando. Mas o caminhante também se faz no caminho, e eu sou o resultado das experiências vivenciadas até aqui, das pessoas com quem vivi e das lutas que travei. O conhecimento que estou produzindo é impactado pela minha experiência de vida, pelas ideias que defendo, pela cultura dos lugares onde estive e pelos valores nos quais acredito e que defendo.

Sou o que Cunha e Santos (2011, p. 15) chamam de “pesquisadora militante”; assim como afirmam os autores, eu “participo e partilho do projeto social e político” do campo que estou estudando. E também como Cunha e Santos (2011), não considero que isso comprometa a pesquisa; pelo contrário, a enriquece. A vivência fornece

elementos que possibilitam uma análise muito mais rica sobre o fato ou a conjuntura observada.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Ao longo da história da humanidade a sociedade passou por significativas transformações na forma de prover sua existência e vivenciou muitas mudanças nos meios e formas de produção, que aumentaram a capacidade produtiva dos(as) trabalhadores(as). No entanto, isso não significou aumento de renda daqueles que participavam do processo produtivo; pelo contrário, as transformações no mundo do trabalho ocorridas na modernidade contribuíram para a criação de uma “grande massa de desempregados que, apenas pela sua existência, propicia a continuidade de remunerações reduzidas para aqueles, levando inevitavelmente ao aumento da pobreza” (CULTI; ZACARIAS, 2018, p. 117). Um exemplo disso foi o que aconteceu no Brasil na década de 1990. Com o país recém-saído de anos de governo militar, diferentes agentes e instituições se organizaram em torno da ideia de retomar o processo democrático interrompido. O ápice desse movimento foi a realização da Assembleia Nacional Constituinte que levou à aprovação da Constituição de 1988, resultando em conquistas sociais imprescindíveis para o povo brasileiro.

No entanto, nos anos que se sucederam, influenciado por um movimento global, o país iniciou o processo de implementação de políticas econômicas neoliberais, com medidas que visavam diminuir a atuação do Estado e ampliar a hegemonia do mercado, agravando principalmente as questões relacionadas ao mundo do trabalho. Esse fenômeno constituiu um retrocesso e impactou na implementação da agenda política voltada à redução das desigualdades sociais. Entre as mudanças ocorridas nesse período estão: a abertura comercial e o início da implementação das políticas de privatizações. Tais alterações culminaram, dentre outras coisas, na flexibilização das relações trabalhistas, contribuindo para uma significativa redução no número de empregos formais¹¹. É nesse contexto que surge a Economia Solidária.

O presente capítulo é constituído por seis seções. A primeira faz uma apresentação geral e resgata alguns elementos basilares da Economia Solidária; a segunda discorre sobre a sua origem, enquanto a terceira seção apresenta conceitos, princípios e características dessa forma de organização econômica. A quarta seção

¹¹ Segundo dados do IBGE, em 2003 a taxa média de desemprego foi de 12,3%. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2020/12/pais-fecha-2020-com-14-milhoes-desempregados-ocupacao-despenca/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

relata a trajetória da Economia Solidária no Brasil. A quinta seção discorre sobre as ITCPs, e por fim, a sexta seção apresenta o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), principal política de financiamento das ITCPs e que serviu de base para seleção das ITCPs que integram a presente pesquisa.

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Economia Solidária é um modelo econômico antagônico ao sistema capitalista e tem como princípios a solidariedade, a sustentabilidade, o trabalho coletivo, a cooperação, a prática da autogestão e a centralidade no ser humano. Ela remonta à origem do termo “economia”, que, na sua origem, designa um conjunto de práticas humanas que, valendo-se da utilização dos recursos disponíveis na natureza, “garante o atendimento das necessidades de um grupo social, independentemente da existência de trocas e da intermediação por moedas” (ADDOR; LARICCHIA, 2018a, p. 11). Os autores explicam que na origem do conceito de economia encontra-se a dimensão do cuidado, da cooperação e da vivência em coletivos, e que ele remete à forma como nossos ancestrais se organizavam para realizar as atividades inerentes à sua subsistência

Para Schiochet (2021), a Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui os setores dos trabalhadores e assim por diante. Para o autor, a Economia Solidária resulta da convergência de lutas e ideias de diferentes grupos sociais que atuavam no desenvolvimento de propostas e projetos de outras economias, tais como ecossocioeconomia¹², economia social e economia popular solidária. É importante ressaltar que essas outras economias tinham em comum o enfrentamento das contradições capitalistas.

Para Medeiros, Vilaça, Nunes e Dubeux (2018, p. 65):

A economia solidária apresenta-se como uma prática que reúne experiências de grupos e organizações de trabalho, formais ou informais, que procuram estabelecer valores e fundamentos particulares na realização do trabalho, recuperar o sentido político do produto do trabalho e reapropriar-se da economia em um horizonte social e político. A economia solidária torna-se,

¹² A ecossocioeconomia retrata experiências do cotidiano, comunitárias, organizacionais, territoriais que muitas vezes ficam relegadas a um mundo invisível ou descalço (MAX-NEEF, 2012).

assim, parte das ações de resistência ao neoliberalismo, ao patriarcado e ao racismo, e busca construir uma ruptura com o modelo hegemônico capitalista que aponta para a exaustão da vida.

2.2 ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Existe um certo consenso na literatura sobre Economia Solidária no sentido de que esta tem suas bases no movimento cooperativista, nascido na Europa no século XIX e que tinha como princípios a autogestão, a solidariedade e a cooperação. Esse movimento surgiu como resposta à crise gerada com o novo arranjo produtivo baseado no uso da máquina, na industrialização dos processos e na exploração dos trabalhadores, que ocasionaram o empobrecimento e a exclusão dos artesãos (SINGER, 2002).

No entanto, Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017, p. 91), dizem que a origem da Economia Solidária está relacionada a

[...] distintas vertentes em diferentes contextos históricos espaço-temporais. Já nas primeiras décadas do século XX, a economia social europeia, comumente citada como uma das origens da economia solidária atual, se opôs às tendências de redução da economia capitalista, ao princípio do mercado e à racionalidade da acumulação privada. Com isso, desempenhou um papel considerável na construção dos regimes de bem-estar social naquele continente. A partir dos anos 1970, com a crise de regulação keynesiana e o desequilíbrio social resultante, uma série de novas experimentações sociais teve lugar, revigorando as práticas associativas e de solidariedade econômica.

No Brasil, conforme Schiochet (2021), a história da Economia Solidária teve início na década de 1980, em meio a uma profunda crise econômica e social, resultante de uma crise global impulsionada pelo aumento no preço do petróleo, e que impactou no aumento da dívida externa dos países da América Latina. Na década de 1990, em decorrência da adoção das políticas neoliberais, a crise se aprofundou, provocando, no entanto, também um impacto positivo:

Agora também há um contexto de crise, mas também de lutas democráticas da sociedade civil, de movimentos sociais e assim por diante. E eu sempre sustento que, para mim, a economia solidária no Brasil é resultado desses dois movimentos: movimento de crise e movimento de lutas democráticas. A economia solidária vai se constituir como uma resposta democrática da sociedade civil, dos setores da sociedade civil, a crise da década de 80 e década de 90. Nesse período o que nós podemos identificar é que nós

tínhamos iniciativas diversas nisso, mas com uma forte ênfase na dimensão comunitária desse processo. E aqui eu queria chamar e destacar 3, vou chamar de processos, que vão desaguar naquilo que chamamos de economia solidária. Os chamados projetos alternativos comunitários, fundamentalmente implementados pela Cáritas brasileira e por uma outra organização muito importante que é a FASE. A socioeconomia que é em torno do PACS, projetos alternativos do cone sul, que vai construir no final da década de 90 a rede brasileira de socioeconomia solidária (SCHIOCHET, 2021, s/p)

Concordando com Schiochet (2021), Cult e Zacarias (2018) dizem que a Economia Solidária surgiu como resposta à crise econômica e social instaurada no Brasil da década de 1990, caracterizando-se como uma economia de resistência. Eles defendem que “o trabalhador abandone sua forma individualizada de trabalho e assuma uma dimensão coletiva”, de forma que produza coletivamente e distribua “equitativamente” (CULT; ZACARIAS, 2018, p. 117).

Segundo Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017, p. 92):

No Brasil, sempre subsistiram práticas econômicas fundamentadas no trabalho e escoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material atende a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social. Desde fins do século XIX, em paralelo ao domínio do capitalismo, estratégias associativas e cooperativas buscaram assegurar condições de vida a importantes contingentes e, ademais, mantiveram em vigor princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza distintos da racionalidade estrita do capital. Trata-se de uma resistência histórica, orientada por valores cuja defesa se fez a duras penas, e não logrou impedir desvios de rota e importantes concessões em seus princípios originais.

Silva (2014) tece uma crítica a um certo consenso existente na literatura de que a Economia Solidária remonta ao movimento cooperativista europeu, que, para a autora, é um movimento de patrões, já que foi protagonizado por industriais. Ao mesmo tempo, observa, pouco se fala da contribuição de lutas brasileiras protagonizadas por trabalhadores brasileiros como, por exemplo, “Canudos (1895-1998), Contestado (1912-1916), Juazeiro (1889-1934), Caldeirão (1936-1938)” (SILVA, 2014, p. 251). Para a autora, apesar de serem diferentes entre si, além do aspecto messiânico de algumas dessas lutas, elas têm em comum o fato de serem iniciativas populares, de base territorial, protagonizadas por trabalhadores e que se configuram como resistência ao modelo hegemônico.

Para Silva (2014, p. 252) “é mais coerente reconhecer nos movimentos populares de luta pela terra as origens históricas do atual ressurgimento de iniciativas

populares de superação da pobreza massiva”. Reconhece-se também a importância dos povos tradicionais, das comunidades ribeirinhas e das comunidades quilombolas.

Sobre esse aspecto, Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017, p. 97) falam do lugar da tradição e da ancestralidade na Economia Solidária:

[...] comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas, por exemplo, integram atualmente redes de economia solidária, embora sempre tenham praticado o solidarismo econômico, a produção e o consumo sustentáveis em seus modos de vida, mesmo antes da formação dessas redes, às vezes por necessidade, como no caso dos quilombos, que precisavam ser produtivos e auto-organizados para sustentar um coletivo.

Silva (2014) sugere que o conceito de Economia Solidária considere outras bases conceituais. A autora defende a “necessidade de superar propostas de cunho produtivistas baseadas no argumento da geração de trabalho e renda” (SILVA, 2014, p. 245). Nesse sentido, Singer (2002, p. 114) fala que “a Economia Solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor”. Isso significaria, por exemplo, que os(as) trabalhadores(as) pudessem dedicar menos tempo à produção de bens e serviços e mais tempo para a família, os amigos, a vivência comunitária, o cuidado com a casa comum e a liberdade para escolher o que, como e quando fazer.

2.3 CONCEITOS E PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O vocábulo Economia Solidária ganhou “expressão e oficialidade no Brasil a partir dos anos 1990, à medida que despontaram no país iniciativas econômicas notabilizadas e reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão” (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p. 89). Para os autores, “a Economia Solidária evoca um amplo conjunto de sujeitos, de organizações econômicas, de entidades representativas e de organismos da sociedade civil e do Estado. Ela designa, ao mesmo tempo, um setor econômico e um movimento social” (2017, p. 90). Estas duas perspectivas serão retomadas na próxima seção.

Uma análise preliminar da literatura aponta que o conceito de economia está associado à ideia de geração de trabalho e renda, à inclusão social e reinserção social, à reciprocidade, à justiça social, ao desenvolvimento territorial, à valorização do saber

local, às lutas populares, à sustentabilidade, à segurança alimentar, ao exercício da democracia, à organização e resistência dos(as) trabalhadores(as), à autogestão, à cooperação e à solidariedade.

Na perspectiva do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Economia Solidária é uma forma diferente de “produzir, vender, comprar e trocar” produtos e serviços necessários à sobrevivência, desenvolvida sob outra racionalidade e que não explora o ser humano, não visa à vantagem a qualquer custo, preocupa-se verdadeiramente com o meio ambiente, busca produzir sem destruir e/ou gerando os menores danos possíveis, além de trabalhar de forma cooperativa, buscando o fortalecimento do grupo e o bem-estar de todos (BRASIL, 2019).

Segundo o referido ministério, a Economia Solidária apresenta-se como uma “inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social” (BRASIL, 2019, não p.). Envolve diversas práticas econômicas e sociais, estando organizada sob a forma de

[...] cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. (BRASIL, 2019)

Segundo consta na Carta de Princípios da Economia Solidária, esta tem como fundamentos:

a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003, não p.).

Para Gadotti (2009), a Economia Solidária é uma prática pedagógica. O autor enfatiza a riqueza dos processos e experiências encontradas no âmbito da Economia Solidária e ressalta a importância dos princípios de solidariedade, cooperação, sustentabilidade, inclusão social e emancipação. Iaskio (2007) complementa dizendo que a solidariedade, a autogestão, a posse comum dos meios de produção, a cooperação e a centralidade do trabalho no ser humano são as principais características da Economia Solidária. Para o autor, a autogestão é o que diferencia

a Economia Solidária das demais formas de gestão praticadas por organizações que seguem a lógica capitalista.

A autogestão se materializa com a adoção de práticas e processos que estimulam e viabilizam a participação de todos, fortalecendo a democracia, a coletividade e a autonomia do grupo. A autogestão fomenta a partilha, a transparência e fortalece os relacionamentos e a cooperação entre os membros do empreendimento. E deve perpassar todas as práticas, setores e/ou atividades desenvolvidas que tenham relação com o empreendimento. Nesse sentido, todos os membros do empreendimento devem participar tanto da tomada de decisão quanto da sua execução (RIBEIRO, 2016).

Albuquerque (2003) escreve que a autogestão é mais que um modelo de gestão; trata-se de uma mudança de âmbito social, cultural, econômico, político e técnico. No campo social e cultural, a mudança ocorre com a participação das pessoas no planejamento e na execução das ações e, posteriormente, na partilha dos resultados. No aspecto econômico, o trabalho humano constitui-se como o bem maior. No que se refere às questões políticas, a prática da autogestão gera a necessidade de elaboração e aprovação de um novo marco regulatório, que possibilite que as decisões coletivas sejam respeitadas e executadas democraticamente.

Sobre a solidariedade, Singer (2002, p. 9) escreve:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual.

Coraggio (2000) enfatiza que o princípio da solidariedade une os trabalhadores em torno das atividades laborais cotidianas em busca de um objetivo comum e os leva a aprender uns com os outros continuamente. Para o autor, na perspectiva da Economia Solidária, o trabalho atribui menor importância à matéria-prima ou insumos empregados e maior relevância às relações humanas estabelecidas.

Em que pese a importância dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) para a geração de trabalho e renda de mais de um milhão de trabalhadores, Addor e Laricchia (2018a) esclarecem que

Os empreendimentos solidários não pautam sua atuação unicamente pela receita que se pode gerar. É natural que um objetivo superavitário seja necessário para qualquer empreendimento econômico que deseje ter continuidade. Entretanto, uma série de outros critérios e valores será considerada quando da tomada de decisão sobre os caminhos de um empreendimento. O bem-estar dos trabalhadores da economia solidária é um elemento de importância maior que a produtividade e a eficiência. Estas não são um fim em si mesmas, como costumam ser nos empreendimentos capitalistas, mas ferramentas para buscar esse bem-estar. (ADDOR; LARICCHIA, 2018a, p. 11)

Tem-se que a Economia Solidária devolve ao(à) trabalhador(a) a possibilidade de juntar o motivo e o sentido do trabalho, e assim torná-los uma coisa só. Permite ainda que ele(a) pense o trabalho com uma ação transformadora do mundo. Isso não é possível em empresas heterogestionárias, já que nestas o trabalhador não tem oportunidade de pensar no motivo pelo qual determinadas atividades são desenvolvidas, pois ele apenas executa o que os superiores determinam (CNPQ, 2008).

Sobre o lugar e a concepção da Economia Solidária na atualidade, Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017, p. 89) dizem que

[...] ao expandir-se, a economia solidária veio a abarcar diversas categorias sociais e variadas modalidades de organização, como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas, dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito. Geralmente, o foco principal desses grupos é a geração de bem-estar social e sobrevivência digna para seus associados.

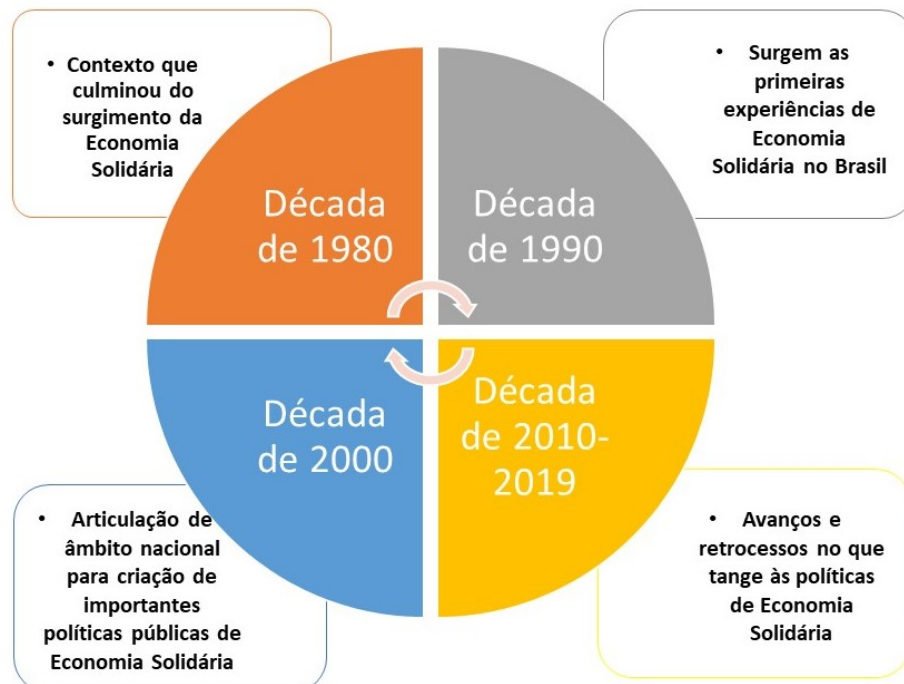
Colaborando com o debate, Ribeiro (2016) diz que, apesar de sua origem estar relacionada à geração de trabalho e renda e superação da pobreza, atualmente existem inúmeros trabalhos e pesquisas que apontam a pluralidade, a diversidade e a transversalidade da Economia Solidária. Ainda assim, é possível identificar ao menos três grandes vertentes dessa forma de organização econômica: a Economia Solidária como alternativa na geração de trabalho, renda e inclusão social; a autogestão como processo pedagógico; e a Economia Solidária como modelo de desenvolvimento.

2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Conforme já mencionado anteriormente, a história da Economia Solidária no Brasil é uma história de resistência, construída a muitas mãos, resultante da articulação de diferentes atores em vista da organização dos trabalhadores para que pudessem, juntos, gerar trabalho e renda de forma solidária, cooperativa e autogestionária e, com isso, promover a inclusão social. Não se trata de uma história linear ou cíclica. Talvez ela possa ser melhor representada por uma espiral, cujo ponto de partida é o movimento cooperativista, em meados do século XIX, e, mais tarde, o agravamento dos problemas sociais resultantes das políticas neoliberais implementadas a partir do início da década de 1990.

A origem da Economia Solidária no Brasil está relacionada à ação das igrejas e dos movimentos sociais que atuavam de forma a atenuar os problemas sociais relacionados ao desemprego e à exclusão social. Sua trajetória pode ser melhor entendida com infográfico apresentado na sequência, que mostra o contexto da Economia Solidária por décadas, iniciando com a apresentação do cenário que culminou no surgimento da EcoSol no Brasil.

Figura 1 – Trajetória da Economia Solidária no Brasil



FONTE: Autoria própria (2019).

Entre os acontecimentos da década de 1980 que contribuíram para o advento da Economia Solidária estão: a) O surgimento das primeiras experiências de autogestão em empresas recuperadas cujo comando foi assumido por trabalhadores; b) A mobilização dos trabalhadores, que levou à realização de greves que marcaram a história do sindicalismo brasileiro; c) O surgimento de organizações não governamentais ligadas a igrejas, sindicatos e demais movimentos sociais; d) O êxodo rural e o crescimento das grandes cidades; e) A mecanização de processos de trabalho; e f) A disseminação da Teologia da Libertação, bem como a ampla articulação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs (LINHA..., 2019).

Nesse sentido, Schiochet (2011) escreve que a Economia Solidária surgiu como uma proposta ou estratégia da sociedade civil, mas foi com a chegada de governos ligados às camadas populares que o tema ganhou espaço e foi aos poucos sendo incorporado na agenda das políticas públicas locais. Porém, é preciso reconhecer que a Economia Solidária entrou para a “agenda das políticas governamentais” pela porta dos fundos e que os programas, assim como os recursos despendidos, estavam voltados para a geração de trabalho e renda e tinham como apelo a questão da empregabilidade (SCHIOCHET, 2011, p. 445).

O segundo quadrante do infográfico faz referência ao surgimento das primeiras, ou mais significativas, experiências de Economia Solidária. Sobre esse aspecto, é fundamental ressaltar que a expansão do movimento de Economia Solidária no Brasil se deu a partir de instituições e entidades que apoiavam as iniciativas associativas comunitárias, pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e Economia Solidária – e foram estas as principais responsáveis por grande parte das experiências que marcaram esse período (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2019).

Entre os acontecimentos relacionados à Economia Solidária que marcaram a década de 1990 estão: a) A disseminação do ideário da Economia Solidária e o surgimento de diversos Empreendimentos Econômicos Solidários ligados a igrejas e movimentos sociais, entre os quais as padarias comunitárias, na região Sul de Curitiba; b) A implementação das primeiras políticas públicas de Economia Solidária, nos municípios de Porto Alegre, São Paulo, Belém e Recife; c) A Realização da I Feira Santa Maria – RS, um dos maiores eventos de Economia Solidária realizados no Brasil; d) O surgimento da primeira usina sem patrão, a Catende Harmonia, em Pernambuco; e) A criação do Comitê e Campanha de Combate à Fome, coordenado

pelo sociólogo Herbert José de Sousa; f) A criação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária; g) O surgimento das primeiras experiências de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; e h) A criação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). Tais acontecimentos foram cruciais para a construção que se deu nos anos seguintes (LINHA, 2019).

O terceiro quadrante remete às articulações que levaram ao surgimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e à criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

A criação do FBES foi, sem dúvida, um marco na história da Economia Solidária, como resultado da articulação que ocorreu durante o I Fórum Social Mundial, em 2001, na cidade de Porto Alegre, entre redes e organizações adeptas de diferentes práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, igrejas, sindicatos, universidades, gestores públicos, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (Anteag), Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase), Cáritas Brasileira, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab), Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs), Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), UniTrabalho, Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (ABCRED)(FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, s. d).

Foi esse grupo que em 2002, durante o processo eleitoral, elaborou e encaminhou ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva uma carta intitulada “Economia Solidária como estratégia política para o desenvolvimento”. O documento apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária no país e reivindicava a criação de um órgão nacional para cuidar dessa área, o que ocorreu logo no primeiro ano do governo Lula, quando foi criada a SENAES, que ficou sob o “guarda-chuva” do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e foi coordenada pelo professor Paul Singer¹³ (FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, s.d).

¹³ Paul Singer é um dos expoentes da Economia Solidária. Foi professor, escritor e esteve à frente da Secretaria Nacional de Economia Solidária de 2003 a 2016. Disponível em: <https://paulsinger.com.br/paul-singer-uma-vida-por-outra-economia/>. Acesso em: 23 ago. 2021

De 2003 a 2010, a SEANES, em conjunto com o Conselho Nacional de Economia Solidária e com o FBES, realizou dois mapeamentos de Empreendimentos Econômicos Solidários e três Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES), sendo que a primeira aconteceu em 2006 e teve como tema “Economia Solidária como estratégia para geração de trabalho e renda”. Os debates ocorreram em torno da organização autônoma dos trabalhadores, da transformação das relações sociais e econômicas e da democratização dos meios de produção. Ao final da primeira conferência foi aprovado um conjunto de prioridades para as políticas públicas de Economia Solidária em diversas áreas de intervenção: marco jurídico, crédito e finanças solidárias, produção e comercialização, formação, comunicação, entre outras. A conferência também apontou a necessidade de uma Lei Orgânica e de um Sistema de Políticas Públicas de Economia Solidária e afirmou a necessidade de ampliação do espaço institucional da política de Economia Solidária no governo federal (BRASIL, 2014, p. 5).

A segunda CONAES aconteceu em 2010 e teve como objetivo realizar um balanço sobre os avanços, limites e desafios da Economia Solidária e das suas políticas públicas e avançar no reconhecimento do direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade. Os participantes concordaram que houve acúmulos organizativos da Economia Solidária, reconheceram os avanços relacionadas às políticas públicas da área e afirmaram a necessidade de estabelecer um diálogo com o Poder Legislativo, com o intuito de aprovar a Lei Nacional de Economia Solidária (BRASIL, 2014).

Sobre os mapeamentos, o primeiro, realizado entre 2005 e 2007, identificou 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários, que reuniam mais de 1,6 milhão de pessoas (BRASIL, 2007). Já o segundo, foi realizado entre os anos de 2009 e 2013 e constatou a existência de 19.708 empreendimentos organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros.

O quarto quadrante do infográfico se refere aos avanços e retrocessos na Política Nacional de Economia Solidária ocorridos entre 2010 e 2019. Nesse período, em relação à Economia Solidária destacam-se: a) A articulação para a construção de políticas públicas de acesso a crédito e implementação de políticas de formação em e para a Economia Solidária, (como foi o caso dos Centros de Formação em Economia Solidária e do Programa de Pós-graduação para Gestores Públicos de Economia

Solidária); b) A implementação de projetos de comercialização; c) O fomento à criação e ao fortalecimento de feiras e pontos fixos de comercialização em todo o Brasil e da Rede de Bancos Comunitários; d) A ampliação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC); e) A aprovação de portaria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) voltada para os empreendimentos de Economia Solidária; f) A criação do Cadastro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária (CADSOL) e do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; g) A discussão e implementação de políticas transversais de EcoSol junto a públicos específicos, como: população em situação de rua; usuários do sistema de saúde mental; agricultores; mulheres; jovens; comunidades tradicionais; movimento nacional de catadores, entre outros (RIBEIRO, 2016).

Em 2014, aconteceu a terceira CONAES, com os objetivos de fazer um balanço acerca dos “avanços, limites e desafios da Economia Solidária considerando as deliberações das Conferências Nacionais de Economia Solidária” (BRASIL, 2014, p. 9); discutir a integração das ações de apoio e fomento à Economia Solidária e construir planos municipais, estaduais e nacional de Economia Solidária. Durante a conferência foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Economia Solidária. O documento é composto por: contexto da Economia Solidária no Brasil, visão de futuro, diretrizes, metas e prioridades temáticas.

Segundo consta no Plano Nacional de Economia Solidária, vislumbrava-se tornar

A Economia Solidária reconhecida social e politicamente como parte de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, incluída num ambiente institucional adequado à legalização, financiamento, participação nos mercados e ao acesso às políticas públicas, possibilitando a efetiva promoção da organização coletiva autogestionária de trabalhadores e trabalhadoras, sua proteção social e a melhoria de sua qualidade de vida. (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 15)

O Plano Nacional de Economia Solidária (BRASIL/SENAES, 2014) reúne quatro eixos temáticos, ou áreas prioritárias:

1. Produção, comercialização e consumo;
2. Financiamento: crédito e finanças solidárias;
3. Educação e autogestão;
4. Ambiente institucional.

Para cada eixo ou área temática foram propostos objetivos, diretrizes, linhas de ação e ações prioritárias¹⁴.

O primeiro Plano Nacional de Economia Solidária foi entregue para a presidenta da República Dilma Rousseff em junho de 2015. No entanto, não houve tempo hábil para implementá-lo ainda na sua gestão. E, em virtude da conjuntura política, entre 2015 e 2016 os esforços do movimento de Economia Solidária foram para manter a SENAES, sobrando pouco tempo e espaço para pautar a implementação do plano, construído a muitas mãos e que representa o desejo de trabalhadores que estão na Economia Solidária, como também das entidades de apoio e fomento, possuindo um importante papel na organização e no avanço do movimento.

No primeiro semestre de 2016, a unificação do Ministério do Trabalho com o Ministério da Previdência Social fez com que a SENAES perdesse o *status* de secretaria, tornando-se uma subsecretaria, o que significou um retrocesso para a política pública de Economia Solidária em âmbito nacional. Já em 2019, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, a subsecretaria deu lugar a um departamento dentro do Ministério da Cidadania; no entanto, até o momento não consta nenhuma informação sobre esse departamento no site do ministério.

Por fim, resgato um tema que vem sendo abordado desde a introdução deste trabalho, que é a importância das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares para a construção do campo Economia Solidária. Reitero que essas são as principais responsáveis pela produção, sistematização e disseminação de conhecimento sobre o amplo campo interdisciplinar denominado Economia Solidária.

2.5 INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES

A primeira Incubadora Tecnológica de Economia Solidária surgiu em 1995 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em meio a uma série de movimentos e mobilizações populares, como por exemplo, a Ação da Cidadania, coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza. A Fundação Oswaldo Cruz, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa

¹⁴ O documento completo está disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf.

em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/ UFRJ) reuniram-se em torno de uma ideia que culminou no surgimento de uma experiência que posteriormente se configurou como a primeira Incubadora Tecnológica de Economia Solidária do Brasil. Em 1999, quatro anos depois, já passavam de 40 as experiências do gênero em todo o Brasil, e atualmente são mais de cem (100), a maioria instituída como programa ou projeto de extensão universitária (ADDOR; MENAFRA, 2017).

As ITCPs têm-se constituído como espaço e instrumento que viabilizam o apoio das IES ao segmento Economia Solidária, possuindo um papel fundamental para sua consolidação, na medida em que assessoram os EES, disseminam o ideário da Economia Solidária, contribuem com a formulação de políticas pública, apoiam a formação de estudantes universitários e criam condições para a produção de conhecimento e das tecnologias sociais voltadas para o desenvolvimento de EES e dos territórios. As incubadoras representam “uma das principais experiências articuladas no país de aprofundamento da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão prevista na Constituição de 1988” (ADDOR; MENAFRA, 2017, p. 21).

Culti e Zacarias (2018, p. 117) complementam dizendo que as ITP's

[...] se tornaram espaços de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação das iniciativas produtivas coletivas e nas estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores, redes e outras organizações populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto autossustentável. As incubadoras ajudam, na prática, a organizar, formar/orientar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais, procurando qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em constituir e melhorar seus EES. Por meio de processo educativo, orientado na participação e no diálogo, instrui quanto à organização do trabalho, aos aspectos da autogestão, de ordem jurídica, contábil, financeira, relações interpessoais e outros aportes necessários.

Uma característica fundante dessa modalidade de incubadora é o princípio da horizontalidade, que se constitui em premissa para a metodologia de trabalho da equipe de incubação. As metodologias de incubação foram desenvolvidas a partir das experiências das incubadoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que se espelharam ou tiveram como base “os princípios e práticas da extensão universitária e da educação popular, vivenciadas pelos seus gestores e realizadores” (ADDOR; MENAFRA, 2017, p. 31).

De acordo com os autores, a metodologia de incubação desenvolveu-se alicerçada na prática e foi sendo aperfeiçoada a partir das demandas que os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) incubados foram apresentando.

A incubação pode ser entendida como:

Elaboração e implementação de um plano de ação devidamente articulado e construído entre todas as pessoas diretamente afetadas no processo de criação e desenvolvimento de um empreendimento de geração de trabalho e renda orientado pelas perspectivas da Educação Popular e da Economia Solidária, cujas finalidades são promover a produção e a comercialização de bens de consumo no contexto de uma estrutura administrativa autogestionada coletivamente, seguido da distribuição igualitária dos ganhos financeiros e sociais conquistados (CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMIENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS, 2016, não p).

Na perspectiva de Addor e Laricchia (2018a), o trabalho desenvolvido pelas ITCPs considera e respeita as singularidades de cada local e isso faz com que não exista uma fórmula ou processo fixo empregado na incubação, mas princípios teóricos e metodológicos que orientam a incubação/assessoramento prestado pela incubadora.

A expressão “incubadoras” faz referência ao objetivo do trabalho desenvolvido por pesquisadores(as), professores(as), técnicos(as) e bolsistas junto à população em situação de vulnerabilidade, grupos populares e/ou territórios empobrecidos, “para os quais elas servirão como suporte capaz de fazê-los crescer e de torná-los cada vez mais autônomos e independentes para seguirem seu caminho, diminuindo a necessidade de apoios externos” (ADDOR; LARICCHIA, 2018a, p. 15). Já a expressão “tecnológicas”, observam os mesmos autores, remete à ideia de que pessoas, grupos e territórios assessorados pelos profissionais que integram as incubadoras “devem buscar a construção de ferramentas, técnicas, máquinas e metodologias que sirvam para melhor estruturar seus processos de produção, gestão, comercialização” (ADDOR; LARICCHIA, 2018a, p. 15), com vistas à melhoria da renda e da qualidade de vida dos trabalhadores.

Addor e Laricchia (2018a, p. 15) continuam dizendo que

[...] as tecnologias desenvolvidas pelas incubadoras podem e devem servir para o apoio a outros grupos que tenham objetivos semelhantes. Dessa forma, o desenvolvimento dos empreendimentos não termina como um fim em si, mas serve também como ferramenta experimental para a construção de conhecimentos que se estabelecem e podem ser difundidos.

As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária estão alinhadas às novas perspectivas da extensão universitária, são terrenos férteis para pesquisa e possibilitam a aprendizagem de todos os envolvidos. No âmbito das Incubadoras, a extensão é muito mais que “uma ação de intervenção social onde apenas a universidade é detentora do conhecimento”, pois na prática o aprendizado é mútuo, a comunidade aprende com a universidade, mas o contrário também acontece, caracterizando um intercâmbio de saberes (NASCIMENTO; RIGO; FRANÇA FILHO, 2013, p. 193) – processo que, segundo os autores, resulta na elaboração de projetos, na produção de conhecimento, bem como na resolução de problemas dos territórios e/ou das comunidades em que a incubadora atua.

Segundo Dagnino (2012, p. 258), as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária são cruciais para que a universidade aprenda a produzir um novo tipo de conhecimento. Para o autor, as incubadoras possibilitam que as universidades inovem no método e no conteúdo, contribuindo, assim, para a ruptura de um modelo ofertista e linear que se consolidou na modernidade. O conhecimento produzido a partir das experiências das incubadoras, além de importante para Empreendimentos Econômicos Solidários e/ou fábricas recuperadas, apresenta outras perspectivas de vida para a humanidade.

Conforme citado na introdução deste estudo, parte significativa do conhecimento envolvendo a temática da Economia Solidária foi produzido/sistematizado por pesquisadores (as), técnicos(as) e bolsistas ligados às Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. Segundo o relatório final de avaliação do PRONINC, publicado em 2017, entre 2014 e 2016 foram realizadas 3.012 publicações acadêmicas, sendo que destas, 212 são artigos completos em periódicos, 607 artigos que foram publicados em anais de eventos científicos, além de 58 livros, 145 capítulos de livros, 841 apresentações de trabalho, 270 trabalhos de conclusão de curso e monografias, 82 dissertações de mestrado e 32 teses de doutorado (ADDOR, F. et al, 2017).

As ITCPs estão organizadas politicamente em formato de rede, sendo que até o momento existem duas redes: a Unitrabalho e a Rede de ITCPs. No entanto, conforme dados extraídos do relatório de avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC) publicado em 2017, e disponibilizados no quadro abaixo, existem incubadoras que ainda não se filiaram a nenhuma rede.

Quadro 1 – Vinculação das incubadoras às redes

Vinculação às redes de incubadoras		
Distribuição	Total	%
Unitrabalho	13	15,6
ITCPs	38	45,3
Ambas	3	3,0
Nenhuma	30	33,1
Total	84	100

FONTE: Adaptado de Addor e Menafrá (2017, p. 21).

Pelo exposto, a Rede de ITCPs é a que reúne o maior número de incubadoras. Não só por isso, mas pela proximidade da pesquisadora com a essa Rede ITCPs, de cuja coordenação fez parte no período entre 2015 e 2017, optou-se por estabelecer como um dos critérios para seleção das ITCPs que fariam da pesquisa que fossem integrantes da Rede de ITCPs.

Segundo o Estatuto da Rede de ITCPs (1999, p. 1), estas “são agentes de um processo educativo para a cooperação e a autogestão, constituindo-se como projetos, programas ou órgãos das Universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de Cooperativas Populares”, e têm por princípios:

- a) colocar-se como agentes do Cooperativismo Popular, entendido como um meio que possibilita a melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos associados, suas famílias e comunidades em que se inserem, visando o pleno exercício da cidadania;
- b) estimular o ensino, a pesquisa e a extensão sobre o Cooperativismo Popular e a Economia Solidária, envolvendo interdisciplinarmente corpo docente, discente e técnico;
- c) disponibilizar conhecimentos capazes de instrumentalizar propostas de políticas públicas voltadas a essa forma de organização para o trabalho;
- d) desenvolver e implementar uma metodologia de trabalho para a incubação da Cooperativa Popular, da organização do grupo até sua inserção e consolidação no mercado;
- e) desenvolver e aplicar metodologias capazes de garantir na prática, uma forma de organização para o trabalho autogestionário;
- f) desenvolver um processo educacional continuado e particularizado (técnico, administrativo, tecnológico e outros);
- g) valorizar a educação integral do ser humano como direito fundamental de todo cidadão;
- h) socializar os avanços metodológicos, os conhecimentos e as informações obtidas com as demais Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, no meio acadêmico, em instituições afins e na sociedade em geral. (ESTATUTO DA REDE DE ITCPs, 1999, p.1)

2.6 SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES – PRONINC

Apesar de o presente estudo não consistir em uma análise de política pública, por falta de base de dados com informações estruturadas, atualizadas e confiáveis sobre as ITCPs e pesquisadores (as) que as integram, optou-se por utilizar como ponto de partida os documentos – relatórios, planilhas e banco de dados – resultantes da avaliação da chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013, também conhecida por Edital PRONINC 2013.

O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) foi criado pelo governo federal em 1998, com o objetivo de fomentar a criação de ITCPs em universidades públicas brasileiras, para que estas realizassem assessoria continuada ou incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários, qualificação, assistência técnica, estudos e pesquisas que culminassem na produção de conhecimento e de tecnologias voltados para o segmento da Economia Solidária. Na sua primeira edição, foram contempladas seis (6) universidades: a Federal do Ceará (UFC), a Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade de São Paulo (USP), a Estadual da Bahia (UNEB), a Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (ADDOR et al., 2018, p. 28).

A segunda chamada pública aconteceu somente em 2003, após a criação da SENAES. É importante ressaltar que nesse período, mesmo sem aporte financeiro do programa PRONINC, surgiram muitas incubadoras e, em 2003 já eram 33. Além do aumento no número, elas se organizaram politicamente em formato de redes: em 1999 surgiu a Rede de ITCPs e em 2001 foi criada a Rede Unitrabalho. O aumento no número de incubadoras, bem como sua articulação política, fortaleceu o movimento e foi fundamental para a retomada e a reestruturação do programa (ADDOR et al., 2018).

Em 2003, Paul Singer, então secretário nacional de Economia Solidária, construiu uma ampla articulação com diferentes atores, tais como: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); Fundação Banco do Brasil (FBB); as duas redes de incubadoras; os Ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde, da Educação, da Cultura, da Pesca e Agricultura, da Justiça e do Turismo e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão. Essa articulação possibilitou uma ampliação do programa e culminou na criação do Comitê Gestor, que acabou se tornando um elemento estratégico para o

PRONINC. O fórum foi aos poucos recebendo contribuições de outros ministérios e órgãos governamentais, além de contar com a colaboração de entidades de apoio e de Empreendimentos Econômicos Solidários (ADDOR et al., 2018).

De 2003 a 2006 o PRONINC apoiou 43 incubadoras. Em 2007, conforme Addor et al. (2018, p. 29) “as chamadas públicas começaram a distinguir o apoio a incubadoras antigas e novas”, sendo que os projetos das incubadoras já existentes concorriam na categoria A e os projetos para criação de novas incubadoras concorriam na categoria B. Esse edital recebeu 80 projetos, dos quais 63 foram selecionados.

Em 2010 foi aprovado o Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010, que oficializou o PRONINC como política pública e estabeleceu os seguintes objetivos e diretrizes:

- I. geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários;
- II. construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários pós-incubação;
- III. articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional;
- IV. desenvolvimento de novas metodologias de incubação de empreendimentos econômicos solidários articuladas a processos de desenvolvimento local ou territorial;
- V. formação de discentes universitários em economia solidária;
- VI. criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações para a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior. (BRASIL, 2010, p. 1)

Em 2013, a SENAES, em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), lançou a chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013, que tinha como objetivo geral “selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão que objetivam a incubação de empreendimentos econômicos solidários” (BRASIL, 2013). A referida chamada tinha como objetivos específicos:

- i. construir referencial conceitual e metodológico acerca dos processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários (EES) pós-incubação;
- ii. estimular o aprimoramento das metodologias de incubação de EES articuladas a processos de desenvolvimento territorial e regional;
- iii. desenvolver processos de incubação de EES e/ou redes de cooperação;

- iv. capacitar, no âmbito da economia solidária, docentes, técnicos, discentes e participantes dos projetos incubados;
- v. promover a articulação entre as atividades de pesquisa, desenvolvimento e aplicação de tecnologia social e as políticas públicas de fomento à economia solidária (BRASIL, 2013, p.1)

A exemplo dos editais anteriores, a chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013 tinha como objetivo apoiar incubadoras já existentes e que haviam executado editais PRONINC anteriores, linha A, e fomentar a criação de novas incubadoras, linha B. Segundo dados do Relatório de Avaliação publicado em 2017, no total 84 incubadoras foram beneficiadas com recursos dessa chamada, sendo que 43 já tinham experiências na execução desse tipo de edital, Linha A, e 41 eram novas, Linha B do edital. Com relação ao edital PRONINC publicado em 2010, o de 2013 ampliou em 33% o número de ITCPs contempladas.

Os projetos contemplados na chamada/edital MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013 foram executados nos anos de 2014 e 2015 e, em alguns casos em que restaram sobras de recursos, houve prorrogação do prazo até 2016.

A exemplo do que havia acontecido em edições anteriores, o PRONINC 2013 passou por um processo de avaliação, sendo que este foi conduzido pelo Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ e contou com uma coordenação ampliada, na qual havia representantes das duas redes de incubadoras. A avaliação iniciou-se no segundo semestre de 2016 e terminou no primeiro semestre de 2017, e nesse período foram realizadas visitas em *in loco*, seminários regionais e seminário nacional.

Para Addor et al. (2018), o PRONINC tornou-se uma das principais políticas públicas voltadas à Economia Solidária. Ele se destaca por, ao mesmo tempo, financiar Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), pesquisadores (as), bem como produção e socialização do conhecimento/tecnologias sociais. O programa é viabilizado pela parceria entre secretarias, ministérios, agências de fomento, universidades e setores populares e tem se destacado por contribuir na formação de pessoas para trabalhar no segmento da Economia Solidária, seja como integrantes de empreendimentos, assessores técnicos, pesquisadores ou gestores públicos.

O último edital PRONINC foi lançado em 2015. Trata-se da chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 21/2015, na qual foram contempladas vinte (20) ITCPs que por motivos diversos não haviam sido beneficiadas no edital PRONINC lançado em 2013. É importante ressaltar que somente as ITCPs que executaram a

chamada/edital MCTI/SECIS/MTE/Senaes/CNPq nº 89/2013 passaram pelo processo de avaliação conduzido pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC) da UFRJ, e que resultou nos relatórios e livros utilizados na presente pesquisa.

3 CONHECIMENTO: UMA CATEGORIA MULTIFACETADA

O presente capítulo discorre sobre a categoria conhecimento sob uma perspectiva crítica¹⁵. Parte-se do princípio de que o conhecimento é uma construção histórica, social e cultural, propõe-se um revisitar às estruturas da ciência moderna, questiona-se o privilégio epistemológico e social que beneficia o conhecimento científico e postula-se a necessidade de reconhecer outras formas de conhecimento, bem como a construção de uma racionalidade que se coloca numa posição de contra-hegemonia.

O texto está organizado em quatro seções: a primeira discorre sobre o conceito e a diversidade epistemológica do conhecimento; a segunda apresenta uma reflexão sobre o conhecimento na modernidade e como este se tornou instrumento de controle e dominação; a terceira seção discorre sobre a centralidade do trabalho na vida das pessoas e sobre os processos de expropriação do conhecimento do trabalhador. Por fim, a quarta seção aborda o conhecimento na perspectiva contra-hegemônica, assumida na presente pesquisa.

3.1 SOBRE O CONCEITO DE CONHECIMENTO

O que é conhecimento? Burke (2015, p. 20) postula que existem conhecimentos, no plural, os quais podem ser: filosóficos, religiosos, “puro e aplicado, abstrato e concreto, explícito e implícito, adquirido e popular, masculino e feminino, local e universal, saber como fazer algo e saber que algo se aplica”. Já Santos (2007, p. 25) fala da existência de uma ecologia de saberes. O autor defende que existe “uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico”.

Segundo Burke (2015, p. 21), no

[...] grego antigo, havia uma divisão do trabalho entre *techne* (saber como), *episteme* (saber que), *praxis* (prática), *phronesis* (diligência) e *gnosis* (perspicácia). Em latim, distinguia-se *scientia* (saber que) de *ars* (saber como), ao passo que *sapientia* (derivado de *sapere*, “saber”) significava sabedoria e *experientia* se referia ao conhecimento derivado da experiência.

¹⁵ De acordo com Pinzani (2012, p. 89), o “termo teoria crítica indica, portanto, uma maneira de se fazer filosofia, mais especificamente, de pensar a sociedade em termos críticos”, caracterizada, sobretudo, por seu método, uma vez que “ela tem que encontrar os critérios, com base nos quais possa criticar a sociedade, na própria realidade social” (idem, p. 97.)

Em árabe, traduzia-se *episteme* como *ilm* (plural de *ulum*, “as ciências” logo os eruditos eram conhecidos como *ulema*) O equivalente a *gnosis* era *ma'rifah* e o equivalente a *sapientia* era *hikma*. Na China, *zhi* significava conhecimento geral, enquanto *shixue* se referia à habilidade.

Ainda com relação a semântica da palavra conhecimento, Burke (2015) informa que o idioma alemão diferencia conhecimento baseado na prática (*erkenntnis*) de conhecimento acadêmico (*wissenschaft*). O mesmo ocorre no idioma inglês, que emprega cientistas e especialistas para o conhecimento superior e folclore para designar conhecimento inferior, e no francês, que diferencia conhecimento geral (*savoir*) de conhecimento especializado (*connaissance*).

Para McGarry (1999), é comum conhecimento e informação serem tratados como sinônimos. Essa confusão teria como base o verbo conhecer, que é usado diariamente com significados diferentes, não sendo avaliados a epistemologia da palavra e o significado a ela atribuído. Com frequência, as pessoas usam a palavra conhecer para dizer que têm ou obtiveram informações a respeito de algo, o que não quer dizer, exatamente, que ela tenha conhecimento sobre esse algo.

Para Kant (1987), o conhecimento tem origem nos seres humanos, que, de acordo com o filósofo, contam com duas fontes de conhecimento: a sensibilidade e o entendimento. A primeira se manifesta a partir do contato com determinados objetos; tal contato despertaria os sentidos, além de criar por si só representações e colocar atividades em movimento para que se possa compará-las, conectá-las e ou separá-las e, assim, assimilar as impressões obtidas no ato com experiências anteriores. Já o entendimento resulta de situações vividas ou presenciadas e que despertam sentidos, isso sem que necessariamente a pessoa tenha vivenciado a experiência na prática. Do entendimento resultam as impressões, abstrações e conceitos. Na perspectiva de Kant (1987), o conhecimento se fundamenta na experiência.

Sob outra perspectiva, Freire (1974) escreve que o conhecimento tem origem na inquietude humana. Para o autor, esse sentimento impulsiona, coloca em movimento, leva a novas descobertas e conduz à criação e recriação dos conhecimentos. Para Freire (1974, p. 119), “todo novo conhecimento é gerado a partir do conhecimento que se tornou velho, que por sua vez tinha sido gerado a partir de conhecimentos prévios”. O autor pondera que nosso conhecimento é limitado: “Ninguém pode saber tudo, assim como ninguém pode ser ignorante de tudo” (FREIRE, 1974, p. 119). Ter ciência disso nos faz buscar conhecer sempre mais.

Para Vieira Pinto (1979, p. 21), “o conhecimento resulta sempre da existência do ser vivo no mundo”; ele é por essência social. O autor argumenta que o ser humano desenvolve sua consciência a partir das vivências, ou dos seus antecedentes e condicionantes. Na perspectiva de Vieira Pinto (1979, p. 17) esse ser é histórico, vive coletivamente em sociedade e procura compreender “o fenômeno do conhecimento”, a partir da sua existência, ou da sua “experiência exterior, social, histórica”. O autor escreve ainda que o conhecimento resulta da materialidade da vida, e não de uma “evidência interior”.

Santos (2007, p. 25), além de reconhecer a existência de uma diversidade epistemológica, postula que existe uma variedade de conceitos para a categoria conhecimento, bem como de critérios utilizados para validar esse conceito. Corroborando Santos, Burke (2015), argumenta que não existe um conceito único, fechado, para a categoria conhecimento; para um filósofo, por exemplo, conhecimento “é qualquer instância de um organismo que estabeleça uma relação com o mundo”. (BURKE, 2015, p. 18)

Entre os conceitos presentes na literatura para a categoria conhecimento, encontra-se que se trata de “uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e ‘insight’ experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações” (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 6).

Já no *Dicionário de Filosofia* consta que o conhecimento é “em geral, uma técnica para a verificação de um objeto qualquer, ou a disponibilidade ou posse de uma técnica semelhante”. Por “técnica de verificação”, entende-se “qualquer procedimento que possibilite a descrição, o cálculo ou a previsão controlável de um objeto; e por objeto deve-se entender qualquer entidade, fato, coisa, realidade ou propriedade” (ABBAGNANO, 2007, p. 174).

Técnica, nesse sentido, é o uso normal de um órgão do sentido tanto quanto a operação com instrumentos complicados de cálculo: ambos os procedimentos permitem verificações controláveis. Não se deve presumir que tais verificações sejam infalíveis e exaustivas, isto é, que subsista uma técnica de verificação que, uma vez empregada em relação a um C. x, torne inútil seu emprego ulterior em relação ao mesmo C, sem que este perca algo de sua validade. A controlabilidade dos procedimentos de verificação, sejam eles grosseiros ou refinados, significa a repetibilidade de suas aplicações, de modo que um "C" permanece como tal só enquanto subsistir a possibilidade da verificação. Contudo, as técnicas de verificação podem ter os mais diversos graus de eficácia e podem, em última instância, ter eficácia mínima

ou nula: nesse caso, perdem, de pleno direito, a qualificação de conhecimento. (ABBAGNANO, 2007, p. 174)

Se para Abbagnano (2007) o conhecimento é uma técnica de verificação, e se técnica tem origem no grego *τέχνη*, *téchnē*, que para Burke (2015) significa “saber como”, o conhecimento não pode ser considerado estático, ou o resultado final de uma análise, e sim, todo o processo que levou a tal resultado. Concordando, Severino (1998, p. 40) escreve que “o fundamental no conhecimento não é sua condição de produto, mas seu processo”.

Em 1979, Vieira Pinto escreveu que o conhecimento é um processo. Para o autor

A pesquisa científica é um aspecto, na verdade o momento culminante de um processo de extrema amplitude e complexidade pelo qual o homem realiza sua suprema possibilidade existencial, aquela que dá conteúdo à sua essência de animal que conquistou a racionalidade: a possibilidade de dominar a natureza, transformá-la, adaptá-la às suas necessidades. Este processo chama-se “conhecimento”. (VIEIRA PINTO, 1979, p. 13)

Como todo processo, o conhecimento é concebido dentro de um contexto. Nesse sentido, Vieira Pinto (1979) fala que seria um grande equívoco isolar a pesquisa científica, ou o processo de produção do conhecimento, da conjuntura da qual faz parte e que a justifica. Para o filósofo, isso

seria considerá-la à parte, tomando-a por efeito da iniciativa individual, produto de uma vocação, feliz casualidade, enfim, aspecto parcial, delimitado e desraizado do processo contínuo e incessante de conquista do conhecimento 'do mundo pelo homem, no qual unicamente o ato indagador encontra explicação lógica e existencial. Nosso ângulo de visão dirige-se em sentido oposto. Mostra que a pesquisa científica tem de ser interpretada desde o primeiro momento com o emprego do conceito de totalidade, pois somente a partir da compreensão lógica oferecida por esta categoria se chegará a criar a teoria que explica em todos os aspectos a atividade investigadora do mundo. (VIEIRA PINTO, 1979, p. 14)

Vieira Pinto (1979), Cortella (1997, p. 88) e Severino (1998) concordam que o conhecimento é uma construção coletiva, histórica e social. Cortella ratifica que o conhecimento resulta das experiências ou esforços dispendidos por pessoas com diferentes culturas, valores e que viveram em períodos históricos distintos. E Vieira Pinto segue dizendo que o conhecimento ou “a concatenação de todos os fenômenos” que integram a totalidade do conhecimento não seguem uma lógica “linear”; que o conhecimento é “contraditório e dialético” (1979, p. 14).

O autor diz também que

Qualquer ato definido de pesquisa de algum dado da realidade só pode ser entendido como determinado pela totalidade do conhecimento existente no momento; mas, por outro lado, precisamos igualmente compreender que o todo do conhecimento presente em cada época se constituiu pela acumulação destes atos singulares, que são as distintas pesquisas da realidade empreendidas cada qual num determinado instante, num determinado lugar, por um investigador individual. (VIEIRA PINTO, 1979, p. 14)

Para Vieira Pinto (1979, p. 15), não faz sentido falar de conceito de conhecimento, já que o conceito seria um produto do próprio conhecimento “e a simples possibilidade do enunciado do termo ‘conceito’ só se verifica no âmbito do conhecimento já realizado”. Para o autor

Uma coisa é o conhecimento como ato vivo de apreensão de um conteúdo da realidade, outra é a sua formulação mental. E depois verbal. A lógica, que procura penetrar no íntimo da operação viva, e captá-la, fazendo dela um dado da consciência, delimitado numa ideia, tem igualmente por função ordenar a exposição verbal coerente daquilo que o pensamento apreende de si mesmo ao produzir os seus elementos constituintes, as ideias que refletem a realidade dos objetos ou fenômenos a cujo exame se aplicou. Não tentaremos começar por “definir” o conhecimento, pois é a este que compete produzir as definições, mas partiremos do fato existencial e socialmente indubitável, da realidade do conhecimento. (VIEIRA PINTO, 1979, p. 16)

Dito isto, a compreensão de conhecimento assumida no presente estudo tem por base os escritos de Vieira Pinto (1979), Freire (1974), Cortella (1997) e Severino (1998).

Para Cortella (1997, p. 88) o conhecimento é uma construção histórica, social e cultural, resultante da ação organizada e intencional de diferentes grupo sociais que tem por objetivo produzir bases referenciais que respaldem as ações do ser humano. Conforme o autor, uma narrativa que se apresenta como verdade numa dada sociedade não necessariamente será verdadeira para outros povos, a depender do momento histórico, da cultura, dos valores e da aprendizagem acumulada. Tomando por base Cortella (1997), conjectura-se que o fato de na modernidade predominar uma racionalidade e um tipo específico de conhecimento não significa que não existam ou não possam existir outros tipos de conhecimento e diferentes formas de produzi-lo.

3.2 O CONHECIMENTO NA MODERNIDADE

A revolução científica foi de grande relevância na história do conhecimento. Debus (2004) apregoa que esse foi um dos acontecimentos mais importantes da história da humanidade. A revolução científica transcorreu no período entre o século XV e o final do século XVIII, e ficou marcada pela mudança paradigmática na forma de produzir conhecimento, passando de uma postura teocêntrica – na qual a ciência estava diretamente relacionada às questões teológicas/dogmáticas – para um pensamento mais crítico, comportamento característico do humanismo, uma das correntes do Renascimento. A partir desse período, aos poucos o ser humano passou a observar os fenômenos naturais e a realizar experimentos, o que culminou em conhecimento mais estruturado e prático.

Santos (2008, p.20-21) concorda com Debus (2004) sobre a importância da revolução científica para que a ciência moderna se desenvolvesse e assumisse a dianteira no que tange à produção de conhecimento, tornando-se um modelo hegemônico. Para o autor, se no século XVI a ciência moderna dominou as ciências naturais, nos séculos XVIII e XIX o modelo de racionalidade que se desenvolveu e consolidou com a ciência moderna estendeu-se “às ciências sociais emergentes”. Isso levou à construção e a disseminação da ideia

de um modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna, mas que se distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos). (SANTOS, 2008, p.21)

A revolução científica foi importante, entre outras coisas, para a Europa Ocidental aumentar a sua influência cultural e política sobre o restante do mundo e criar as bases para a construção do “inconsciente coletivo”, que perdura até hoje no mundo ocidental, e que tem como característica central o cientificismo. Nesse, “o passado é sinônimo de atraso e ignorância inocente, a verdade é uma conquista inevitável da racionalidade progressista e a ciência é instrumento de redenção da humanidade em geral” (CORTELLA, 1997, p. 47).

Por cientificismo entenda-se: a crença absoluta na ciência, no seu caráter autônomo e universal, na sua neutralidade e objetividade, a reverência ao modelo de

ciência produzida nos países desenvolvidos, a incapacidade de questionar os elementos determinantes dos temas – processos e metodologias empregadas –, a adaptação das pesquisas às necessidades do mercado capitalista, o foco na produção de invenções rentáveis, a quantidade de *papers* em detrimento da qualidade, a renúncia à preocupação com questões sociais e ambientais, a postura de ignorar as questões políticas, como por exemplo o abismo social existente entre países do norte e do sul e a exclusão social de parcela da população. Com o cientificismo, as pesquisas perdem o carácter genuíno de descobertas e se transformam em invenções rentáveis, ou seja, se adaptam às necessidades do sistema capitalista, à produção industrial massificada, diversificada, de rápida obsolescência, cujo principal objetivo é a ampliação do mercado, o aumento da produção e da concentração de riquezas (VARSAVSKY, 1969).

A racionalidade da ciência moderna constituiu-se como um modelo global de produção do conhecimento, o que a torna “também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2008, p. 21). Essa seria, segundo o autor, a característica central da ciência moderna, além de ser a que melhor representa a interrupção do paradigma que a precedeu e a ascensão do novo paradigma científico

Ainda sobre a ascensão do novo paradigma científico, Santos (2006, p. 18) escreveu que o que o diferenciou dos paradigmas anteriores foi o “fato de a ciência moderna ter assumido a inserção no mundo mais profundamente do que qualquer outra forma de conhecimento anterior ou contemporânea”. A ciência moderna propôs-se não apenas compreender o mundo ou explicá-lo, mas também transformá-lo. Complementando, Kuhn e Kuhn (2018, p. 307) escrevem: “Uma ciência objetiva e neutra propõe-se a produzir um conhecimento objetivo e neutro que funda e produz certezas e verdades duradouras”.

É importante ressaltar que a ascensão da ciência moderna, ou do novo paradigma científico, se deu às custas da invisibilização e da extinção de muitos e distintos saberes. A história mostra que existe uma pluralidade de processos que levam à produção de uma infinidade de saberes/conhecimentos. No entanto, grande parte destes são subjugados e deixados de lado; por vezes são perseguidos, apagados e, em outros casos, são negligenciados a fim de que caíam no esquecimento (GALLO, 2006).

Foucault (1999, p. 218) ressalta que até o século XVIII não existia ciência, “existiam ciências, existia saberes”, no plural, e havia a filosofia, responsável pela “comunicação, dos saberes uns em relação aos outros”. Esse processo colocou a ciência no lugar que até então era da filosofia.

Para Santos (2006) a ascensão da ciência moderna começa, de fato, no século XVII, quando as sociedades ocidentais passaram a favorecer, epistemologicamente e sociologicamente, o novo paradigma científico. Para Santos (2006, p. 18), “esta nova forma de conhecimento se autoconcebeu como um novo começo”, e conduziu os debates relacionados ao conhecimento em direção à construção dos fundamentos e critérios que validariam a condição

[...] privilegiada do conhecimento científico, nas relações deste com outras formas de conhecimento (filosófico, artístico, religioso, etc.) nos processos (instituições, organizações, metodologias) de produção da ciência e no impacto de sua aplicação”. (SANTOS, 2006, p.18)

Para Zart (2012)

As ciências modernas alimentaram e legitimaram as visões de mundo do ocidente. Tudo que se adaptava e estava em consonância com esta forma particular de pensar poderia ser considerado como um pensar rigoroso pelo qual o conhecimento poderia ser experimentado, controlado, demonstrado e reproduzido. Aquele conhecimento que seguisse restritamente o método poderia ser considerado um conhecimento legítimo, portanto verdadeiro. As demais formas colocavam-se no campo da irracionalidade e eram negadas como formas de conhecer válidas para a reprodução social da vida. (ZART, 2012, p. 41)

Como bem escreveu Vieira Pinto (1979), não se pode desvincular o conhecimento do contexto. Assim, é importante dizer que o processo que tornou o conhecimento científico hegemônico não teria sido tão exitoso sem a atuação estratégica do Estado, que agiu para conter a efervescência de saberes existentes na época. Para tanto, colocou em prática um processo autoritário de disciplinamento dos saberes, ou seja, organizou os saberes em formato de disciplinas. Isso foi fundamental para que a ciência moderna e o conhecimento científico se tornassem hegemônicos. Com esse objetivo, o Estado elegeu o conhecimento técnico/tecnológico como expoente de uma disputa travada entre os diversos saberes existentes naquele momento histórico. Sobre essas questões, Foucault escreve:

Costuma-se dizer que o século XVIII é o século de emergências dos saberes técnicos. De fato, o que se passou no século XVIII foi algo muito diferente. Primeiro, a existência plural, polimorfa, múltipla, dispersa, de saberes diferentes, que existiam com suas diferenças conforme o porte das empresas, das oficinas, etc. – estou falando de conhecimentos tecnológicos, não é? –, conforme as categorias sociais, a educação, a riqueza daqueles que os detinham. E tais saberes estavam em luta uns com os outros, numa sociedade em que o segredo do saber tecnológico valia riqueza, em que a independência de saberes, uns em relação aos outros, significava também a independência dos indivíduos. Portanto, saber múltiplo, saber segredo, saber que funciona como riqueza e como garantia de independência: era nesse fracionamento que funcionava o saber tecnológico. Ora, à medida que se desenvolveu tanto as forças de produção quanto as demandas econômicas, o valor desses saberes aumentou, a luta de saberes uns em relação aos outros, as delimitações de independências, as exigências de segredo, tornaram-se mais fortes e, desse modo, mais tensas. Nessa mesma ocasião, desenvolveram-se os processos de anexação, de confisco, de apropriação dos saberes menores, mais particulares, mais locais, mais artesanais, pelos maiores, eu quero dizer os mais gerais, os mais industriais, aqueles que circulavam facilmente: uma espécie de imensa luta econômico-política em torno dos saberes, a propósito desses saberes, a propósito da dispersão e da heterogeneidade deles; imensa luta em torno das induções econômicas e dos efeitos de poder ligados à posse exclusiva de um saber, à sua dispersão e ao seu segredo. (1999, p. 214-215)

A atuação do Estado se deu especialmente no estabelecimento de critérios a serem empregados para diferenciar saber verdadeiro de falso saber; definiu os formatos aceitáveis para apresentação dos saberes, estabeleceu hierarquias entre os saberes, ou seja, categorizou os saberes/conhecimentos de forma que um tinha mais valor que os outros, e estabeleceu os procedimentos ou as etapas necessárias para o disciplinamento do conhecimento. Esse processo se dá por meio da desqualificação/seleção; normalização; hierarquização; centralização piramidal (FOUCAULT, 1999). Na primeira etapa, afirma Foucault (1999), os saberes são selecionados por meio de um processo, permeado de valores, no qual são eliminados saberes considerados inúteis, de difícil simplificação e/ou considerados inviáveis economicamente. Na segunda etapa, é realizada padronização de forma e conteúdo, o que possibilitaria a permuta ou intercâmbio e disseminação de tal conhecimento. Na sequência, se estabelece uma hierarquia entre os saberes, de forma que um saber se sobrepõe aos demais. A última etapa caracteriza-se pela centralização piramidal do conjunto de saberes, o que possibilita organizar, controlar e transmitir tais saberes de acordo com o interesse de quem o detém.

Sobre essa questão, Santos (2017, p. 40) escreve que “o conhecimento científico produzido nas universidades” no decorrer do século XX é

“predominantemente disciplinar” e descontextualizado. Segue a cartilha da ciência moderna, na qual os pesquisadores:

determinam os problemas científicos a resolver, definem a sua relevância e estabelecem a metodologia e os ritmos da pesquisa. É um conhecimento hegemônico e organizacionalmente hierárquico na medida em que agentes que participam na sua produção partilham os mesmos objetivos de produção do conhecimento, têm a mesma formação e a mesma cultura científica e fazem-no segundo hierarquias organizacionais bem definidas. (SANTOS, 2017, p.40)

A ciência moderna se constituiu como uma aliada do sistema capitalista. Sobre essa questão, Deus (2006, p. 214) escreveu:

Quando o peso das tradições e das nações vai desaparecendo, quando as relações sociais se tornam objetivas, assentando na troca de objetos, eles próprios metamorfoseados em abstratas mercadorias, não há forma de conhecimento mais adequada do que a fornecida pela ciência: um conhecimento universal e objetivo. Deixa de haver mundos particulares cheios de percursos metafísicos para passar a existir, sim, um mundo global e objetivo.

Corroborando Deus (2006), Aquino (2015, p.9) escreveu que o conhecimento produzido no âmbito do sistema capitalista costuma ser denominado de “Ciência Moderna”. Os dois prometem, entre outras coisas, benefícios materiais e liberdade para escolher o que se deseja.

Escobar (2006, p. 695) complementa dizendo que quanto mais o conhecimento “científico” abraçava a perspectiva e as necessidades de desenvolvimento capitalistas, ou seja, produção e acúmulo de riqueza, mais ele contestou as “formas não científicas de conhecimento”, nem que para isso tivesse que aniquilar pessoas e culturas ancestrais, conforme será discutido na seção sobre eurocentrismo e colonialidade do saber.

No entanto, Lage (2008) ressalta que, pelo menos na perspectiva da teoria crítica, se reconhece que a ciência não contribuiu para que todos tivessem acesso aos benefícios materiais prometidos. A promessa de verdade absoluta também não se concretizou, já que a história mostra que “o saber científico é relativo, tal como os demais saberes, que a ideia do erro está muito mais presente do que se imagina e por fim, que muitos destes erros foram fabricados como verdades indiscutíveis” (LAGE, 2008, p. 1).

Santos postula que a perspectiva hegemônica assumida pelo conhecimento científico se esgotou. Na sua obra *Um discurso sobre as ciências* (2008, p. 41), o autor escreveu: “A crise do paradigma dominante é o resultado interactivo de uma pluralidade de condições”, as quais o autor diferencia “entre condições sociais e condições teóricas”. Para Santos, uma das principais questões que conduziram a ciência moderna a esta crise foi o avanço proporcionado pelo próprio conhecimento. Nas palavras do autor, “o aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda” (SANTOS, 2008, p. 41). Na mesma obra, ele defende a necessidade de pensar o desenvolvimento de conhecimento sob outros princípios, bases e objetivos que não os da ciência moderna e do capitalismo.

Para Santos (2008, p. 61) é possível observar que a modernidade levou ao desenvolvimento de dois tipos de conhecimentos, “o conhecimento regulação e o conhecimento emancipação”.

O primeiro encara a diversidade de modos de conhecer e de intervir no mundo como os sintomas de um caos, feito de irracionalidade e de noções pré-científicas ou abertamente hostis à ciência, que só o triunfo da racionalidade que esta protagoniza poderá transformar em ordem. Para o segundo, a pretensão da ciência e da racionalidade científica de legislar sobre as outras formas de conhecimento e experiência corresponde a uma situação de colonialismo, feito de marginalização, descrédito ou liquidação do que não possa ser reduzido aos imperativos da ordem racionalizadora. (SANTOS, 2008, p. 61)

Ainda segundo o autor:

A essa pretensão opõe-se uma concepção solidária do conhecimento, feito da coexistência, do diálogo e da articulação entre modos de conhecimento e de experiência, sem desqualificação mútua. É esta segunda forma de conhecimento que deve ser privilegiada no período de transição que estamos a viver. Longe de ser um vale-tudo epistemológico, esta posição exige que os diferentes modos de conhecimentos sejam avaliados em função do contexto e situações em que são mobilizados e dos objetivos daqueles que os mobilizam, sem subordinação a imperativos globais de racionalidade que ignoram o caráter situado da produção e apropriação de todas as formas de conhecimento e das suas consequências para pessoas e lugares com uma singularidade que lhes é conferida pela história. (SANTOS, 2008, p. 61)

No entanto, entende-se que a construção de um conhecimento forte, ou do conhecimento como princípio de solidariedade, demanda um revisitar as estruturas da ciência moderna. Isso implica desconstruir o cientificismo, assumir que o conhecimento não é neutro, reconhecer o privilégio epistemológico e social de que o conhecimento científico gozou durante a modernidade e compreender como o

conhecimento se tornou instrumento de poder. Tais questões serão retomadas nas próximas seções.

3.2.1 Conhecimento e Relações de Poder

Conhecimento é poder! Essa afirmação foi feita por Francis Bacon em 1620. No entanto, Álvares (2000) diz que isso pode até ser verdade; contudo, é o poder, ou quem o detém quem define o que pode ou não ser considerado conhecimento.

Para Escobar (2006, p. 703-704), a célebre frase de Bacon refere-se ao conhecimento na perspectiva da modernidade, e oculta a “colonialidade do poder e do conhecimento” colocada em prática pelos países europeus. Para o autor, a estratégia de Bacon seguiu a mesma “lógica promovida pela Teologia Cristã nos séculos anteriores e, sobretudo, no século XVI, quando teve de dar conta de uma parte desconhecida do mundo e de uma diversidade desconhecida do povo” (ESCOBAR, 2006, p. 703-704). Assim, para Santos (2006), Bacon construiu uma narrativa subjugando as teses opostas ao que ele defendia. Então, ao dizer que conhecimento é poder, ele está dizendo que o conhecimento desenvolvido a partir da perspectiva que defendemos é o único portador de verdades, é o mais valioso. Esse é o conhecimento que é sinônimo de poder, uma vez que essa narrativa foi usada como instrumento de controle e de dominação.

Sobre conhecimento e relações de poder, Cortella (1997, p. 92) escreveu:

Por imposição ou convencimento, a maior parte dos valores e conhecimentos oriundos do escopo mais exclusivo daqueles que detém o poder sócio/político/econômico é seguido e acatado como tendo extensão globalizante e sempre verdadeira.

Na verdade, contudo, como observa o mesmo autor, “o conhecimento é fruto da convenção, isto é, de acordos circunstanciais que não necessariamente representam a única possibilidade de interpretação da realidade” (CORTELLA, 1997, p. 92), o que nos permite questionar a neutralidade, a universalidade e a objetividade do modo de produzir e do próprio conhecimento.

As reflexões propostas por Cortella (1997) remetem às relações de poder estabelecidas e/ou sustentadas pela posse do conhecimento em diferentes momentos da história. Elas estão presentes, por exemplo, no livro *O nome da rosa*, de autoria de Umberto Eco, no qual o autor mostra como a igreja, por muito tempo, deteve a

hegemonia sobre a produção e a guarda do conhecimento e como isso estava relacionado ao controle e/ou manipulação da sociedade. Seguindo essa perspectiva, Enguita, na sua obra *A face oculta da escola*, publicada em 1989, mostra como a burguesia via na escola e no conhecimento um instrumento de controle e domesticação dos(as) trabalhadores(as).

No capitalismo essa relação ficou ainda mais evidente, levando instituições de ensino, o Estado e as corporações a assumirem o discurso de que conhecimento é poder, e como tal precisa ser gerenciado de forma estratégica. Isso mostra que um modelo econômico, ou um modo de produção, não se resume aos processos econômicos produtivos praticados; ele demanda, entre outras questões, um arcabouço metodológico, tecnológico, cultural e educacional que possibilite a sua implementação e consolidação. Nesse sentido, a educação, enquanto mecanismo que possibilita a produção e a reprodução do conhecimento, tem se constituído como estratégia para sustentar sistemas econômicos hegemônicos. Sobre esse aspecto, Cortella (1997) escreve que a educação pública tem sido utilizada para sustentar o “*apartheid* social” cunhado pelas elites econômicas.

Para Enguita (1989), a educação foi utilizada no decorrer da história da sociedade ocidental como instrumento a favor do controle e da dominação – primeiro pelo controle de acesso, ou seja, selecionando quem deveria ou não frequentar as escolas e, por conseguinte, ter acesso ao conhecimento estruturado, considerado como verdadeiro; depois, controlando o que, ou que conhecimento, deveria ser compartilhado nas escolas para os populares.

No século XII, a burguesia via na educação e, por conseguinte, no acesso ao conhecimento estruturado, a possibilidade de reduzir o poder da igreja e, com isso, criar uma nova ordem social. No entanto, parte desta classe receava que o acesso à educação despertasse nos populares o desejo de ascender, e de que estes tomassem o lugar dos burgueses. Esse dilema levou autores como John Locke a defender uma lógica utilitarista. O autor escreveu que ninguém precisava saber tudo, e que o ensino das ciências deveria ser ofertado para aqueles que dispõem de tempo livre; para os demais, que fosse oferecida formação condizente com seus afazeres (ENGUITA, 1989).

Em alguns casos a escola foi utilizada para impor cultura, costumes e comportamentos que fortalecessem a concepção de nação e que atendessem às demandas do capital. Isso aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos, no século

XIX, onde a escola se tornou instrumento para a americanização, tendo em vista que o país recebeu imigrantes oriundos de diferentes lugares (ingleses, irlandeses, camponeses do leste europeu e africanos), com diferentes saberes e culturas. A escola teve a incumbência de mitigar o passado, a cultura e o idioma dos imigrantes, a fim de torná-los cidadãos americanos, além, é claro, de incutir neles novos hábitos, costumes e comportamento, dentre os quais pontualidade e regularidade, conduta essencial para o trabalhador da indústria (ENGUIITA, 1989, p. 122).

Com relação à instituição denominada universidade, Zart (2012, p. 41) pondera que esta ganhou destaque com o advento da ciência moderna, já que lhe foi atribuído o *ethos* da produção e disseminação do conhecimento; ou seja, na perspectiva do autor, coube a essa instituição julgar “o que poderia ser considerado como ciência” e criar mecanismos de comunicação do conhecimento considerado verdadeiro (ZART, 2012, p. 41). Segundo Zart (2012, p. 41) “a Universidade e as constelações de entidades regulatórias, de fomento e de financiamento tornaram-se mecanismos de controle e de legitimação”, e desempenham uma função fundamental para manutenção do *status quo*.

Ainda sobre a instituição universidade, Foucault (1999) diz que na modernidade ela se tornou a responsável por classificar e legitimar os saberes, ou seja, é ela quem hierarquiza e define que tipo de conhecimentos deve ser considerado verdadeiro e quais devem ser relegados. Corroborando, Gallo (2006) diz que se impôs a ideia de que existe um método universal de construção do conhecimento, e que este tem como princípios a disciplinaridade, a objetividade e a universalidade do conhecimento. Tais princípios passaram a integrar a definição do conhecimento na perspectiva da ciência moderna e, assim, todos os saberes e/ou conhecimentos que não foram produzidos nos bancos e nos laboratórios das universidades, e a partir do tal modelo universal, passaram a ser considerados inferiores.

Uma das estratégias de controle e de dominação colocada em curso na modernidade se chama eurocentrismo e colonialidade do saber. Tal estratégia foi colocada em prática pelos países europeus a fim de disseminar a racionalidade ocidental que se desenvolveu a partir da revolução científica.

3.2.2 Eurocentrismo e Colonialidade do Saber

Sobre eurocentrismo e colonialidade do saber, Escobar (2006, p. 670) afirma que “a colonialidade (do poder, do conhecimento e do ser)” refere-se à ocultação, negação ou repúdio a saberes, culturas e valores que sejam divergentes daqueles apregoados pelo mundo ocidental.

A ruptura e a disjunção que a colonialidade (do poder, do conhecimento e do ser) introduz no avanço triunfal da modernidade – substituindo ordens econômicas, sociais e epistêmicas “antigas e tradicionais” – aparecem como a única realidade existente. (ESCOBAR, 2006, p. 670)

O autor continua dizendo que o eurocentrismo e a colonialidade do saber e do poder utilizaram a racialização dos países de Terceiro Mundo como estratégia:

[...] o colonialismo moderno funcionava na base da classificação das pessoas pela cor, religião e línguas (distintas das cores, religiões e línguas europeias), mas também através da racialização de divisões continentais (isto é, a Europa, a Ásia e a África constituem uma trilogia cristã que foi modificada pela descoberta pelos cristãos do quarto continente, a América, e da conversão da trilogia no tetrágono geopolítico cristão). (ESCOBAR, 2006, p. 695)

Para Quijano (2005), raça é uma criação subjetiva que legitimou as relações de dominação dos países do sul, uma referência aos trópicos, que serviu como uma estratégia de “classificação social universal da população mundial” e que sustenta as novas formas de organização social, bem como as relações de trabalho ou de controle para o trabalho (QUIJANO, 2005, p. 117). Na perspectiva do autor,

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho. (QUIJANO, 2005, p.117)

Quijano (2005, p. 117) continua dizendo que muito provavelmente a ideia de raça surgiu “como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos”. Essa classificação com base nos traços fenotípicos levou à criação de duas categorias:

colonizados e colonizadores, e à legitimação da relação de dominação (QUIJANO, 2005).

De acordo com Quijano (2005), os colonizadores lançaram mão de uma série de operações como, por exemplo a expropriação, a repressão e a imposição da cultura europeia. Nas palavras do autor:

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África [...]. Em terceiro lugar, forçaram – também em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura. (QUIJANO, 2005, p. 121)

Concordando com Quijano, Escobar, (2006 p. 695) denuncia que em nome da pseudoeficiência do conhecimento científico, aniquilou-se aquilo que era considerado “erva daninha” – nesse caso, os índios e os negros, e com eles os conhecimentos que detinham.

Para Quijano (2005, p. 126) eurocentrismo é

[...] o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. (QUIJANO, 2005, p. 126)

O êxito obtido com o eurocentrismo e a colonialidade do saber pode ser constatado pela forma como a transferência de conhecimento científico desenvolvido na Europa é aceita no nosso país e em toda a América Latina. O êxito é tamanho que

levou as pessoas a acreditarem que o conhecimento desenvolvido na Europa pode elucidar distintas realidades, inclusive da América Latina (MORA-OSEJO E FALS BORDA, 2006). O autor pondera que

Faz-nos falta compreender e aceitar que a mera transferência de conhecimentos básicos e aplicados – válida para explicar fenômenos ou fatos característicos de outras latitudes –, ou a introdução no nosso meio de inovações ou produtos, por muito surpreendente que seja a sua sofisticação, novidade e utilidade comprovada para outros meios – nem sempre é apropriada para conceber soluções que surgem no nosso meio; pelo contrário, gera muitas vezes situações caóticas e obscurece a urgência de promover o conhecimento científico básico, ou aplicado e tecnológico, para captar as nossas realidades e enriquecer os nossos recursos naturais com o valor adicional do conhecimento científico ou tecnológico. (MORA-OSEJO E FALS BORDA, 2006, p. 712)

Mora-Osejo e Fals Borda (2006, p. 714) advoga pela construção de uma ciência própria, desenvolvida a partir da realidade da América Latina, que tenha como base a participação popular e a descolonização, ou a superação do eurocentrismo e da colonialidade do saber. O autor chama atenção para os efeitos negativos que a dependência cega do conhecimento/tecnologia desenvolvida nos países europeus pode provocar:

[...] a ignorância sobre nós próprios, sobre a nossa origem, sobre o nosso futuro histórico, a nossa geografia, os nossos recursos naturais, entre outros, mais cedo do que julgamos, levar-nos-á a convertermo-nos no grande mercado dos produtos e tecnologias dos países poderosos e, sem que o queiramos, em promotores da economia do consumo. (MORA-OSEJO E FALS BORDA, 2006, p. 714)

A reflexão proposta por Mora-Oseja e Fals Borda (2006) remete à questão central: a relação entre a ciência moderna e o capitalismo. O eurocentrismo e a colonialidade do saber foram, na verdade, uma estratégia de controle e dominação para que os demais países se tornassem dependentes da ciência e da tecnologia desenvolvida nos países europeus. Essa relação umbilical entre capitalismo e colonialidade do saber também é destacada por Santos no livro *A cruel pedagogia do vírus*, publicado em 2020. Segundo o autor, na modernidade, o capitalismo, a colonialidade e o patriarcado se constituem como instrumentos de poder, e os três atuam em conjunto, ou melhor, eles funcionam como um tripé de autossustentação.

Sabe-se que o debate sobre eurocentrismo e colonialidade do saber não pode ser exaurido em uma seção, nem se pretendia isso aqui. A ideia era compreender

como o conhecimento foi utilizado como instrumento de controle e de dominação, e isso envolve o eurocentrismo e a colonialidade do saber.

Conhecimento e práxis caminham juntos, afirmam Culti e Zacarias (2018). Para as autoras, o conhecimento tem origem na ação consciente, intencional e transformadora do ser humano, o que, em muitos casos, se configura como trabalho, principal forma de intervenção do homem no mundo.

Culti e Zacarias (2018) introduzem um debate importante, sobre a centralidade do trabalho na vida das pessoas. Na perspectiva assumida neste estudo, o conhecimento é produzido a partir da materialidade da vida, e se o trabalho é central na vida das pessoas, entende-se que ele está relacionado à produção do conhecimento.

3.3 CENTRALIDADE DO TRABALHO E EXPROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO

Nos primórdios do capitalismo, as máquinas dependiam basicamente da “energia humana”. Um exemplo são os teares manuais. O surgimento de “novas fontes de energia”, como a hidráulica, o carvão e o petróleo, transformou o processo produtivo. No entanto, “o homem continuou assumindo papel indiscutível na produção de riqueza capitalista, mas foi transformado pela classe dominante num apêndice da máquina durante o período de implantação da revolução industrial” (PRIEB, 2000, p. 48).

Já no século XX, acreditou-se que o desenvolvimento técnico-científico que incorporou a informática, a microeletrônica, a robótica, a cibernética no processo produtivo culminaria na eliminação do homem desse processo e, por conseguinte, seria o fim da centralidade do trabalho. Entretanto, apesar das modificações ocorridas com a automação e o uso da tecnologia da informação, ele continua central na vida das pessoas (ANTUNES, 1998).

Sobre a centralidade do trabalho na vida das pessoas, Aquino (2015 p. 19) escreve:

Na literatura marxista, as análises sobre a produção da vida material focalizam, em geral, o trabalho humano como elemento central das relações estabelecidas entre os indivíduos. Assim, quando se fala que é o ser social que determina a consciência, pensa-se logo no ser social enquanto sujeito que trabalha para produzir sua vida material e, portanto, a consciência estaria

indissociavelmente ligada ao trabalho, ao ato de trabalhar que produz experiências práticas que determinam a consciência e, por consequência, o conhecimento. Não temos dúvida de que esta é uma determinação existente, mas apenas em determinadas condições, especialmente se trabalho intelectual e manual ainda formam uma unidade.

Para Navarro e Padilha (2007), o trabalho é uma categoria central na vida do ser humano, passou a fazer parte da cultura e nele as pessoas depositam muitas atribuições. Para Marx (1989), é por meio do trabalho que o homem se torna um ser social. Pode-se afirmar que o trabalho é fonte de experiência psicossocial e contribuiu no desenvolvimento da vida humana. Nessa perspectiva, o trabalho não é somente meio de satisfação de necessidades básicas, mas também fonte de identificação, autoestima, desenvolvimento de potencialidades, sentimento de participação na sociedade, e colabora na busca da identidade.

Marx (1989, p. 255) define o trabalho como:

Um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza. Imprimindo forma à vida humana. Atuando sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

Apoiando-se em Aristóteles, Saviani (2007) descreve o ser humano como um ser racional que, ao contrário dos demais animais, transforma a natureza a fim de garantir a sua sobrevivência. Ressalta, inclusive, que o ser humano surge no momento em que começa a produzir o necessário para a sua subsistência. A ação transformadora do ser humano sobre a natureza foi nomeada como trabalho. Segundo Saviani (2007), o que o homem é, é devido ao trabalho; isso significa que o homem não nasce homem, ele se transforma em homem, uma vez que não nasce sabendo produzir. Ele aprende a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência.

Nesse sentido, Marx (1989, p. 149-150) defende que o que difere “o pior arquiteto da melhor abelha” é a capacidade que o primeiro tem de conceber sua obra antes de desenvolvê-la. Para o autor, o trabalho é um fenômeno excepcionalmente humano, ou ainda, a ação do homem orientada para determinado fim. De acordo com Marx (1989), os elementos que compõem o processo de trabalho são: 1) a atividade

adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto do trabalho; e 3) os meios de trabalho, e o instrumental de trabalho.

Para Frigotto (2006, p. 242),

[...] o trabalho é a categoria ontocriativa da vida humana, e o conhecimento, a ciência, a técnica, a tecnologia e a própria cultura são mediações produzidas pelo trabalho na relação entre seres humanos e os meios de vida. Assim, o desenvolvimento científico-técnico dos instrumentos de produção é que distingue as épocas econômico-sociais e não o que se produz.

Ainda sobre a dimensão ontocriativa do trabalho humano, Frigotto (2006) aponta que na obra *O capital* Marx ratifica que o trabalho é uma resposta às necessidades básicas do ser humano e se trata de um processo dinâmico, responsável pela transformação da “sua própria natureza”. Tem-se ainda que o trabalho exerce um importante papel na formação dos trabalhadores, porque para sobreviver os seres humanos necessitam desenvolver meios para suprir suas necessidades básicas, sejam elas biológicas ou fisiológicas (FRIGOTTO, 2006).

Sabe-se que na sua origem os capitalistas apresentavam um especial interesse no fornecimento de matéria-prima e em alguns produtos desenvolvidos por trabalhadores, que eram repassados a comerciantes e vendidos aos consumidores finais. Com o passar do tempo veio o anseio pelo controle do processo de trabalho humano, o que levou os capitalistas a se apropriarem dos instrumentos de trabalho, das terras e da matéria-prima, restando aos trabalhadores apenas a venda de sua força de trabalho, que incluía seus conhecimentos sobre o uso da matéria-prima. Esse processo, posteriormente, deu origem à industrialização e, por conseguinte, à segmentação e alienação do trabalho (VIEIRA PINTO, 2007).

Segundo Saviani (2007), a nova ordem social consumou a separação entre educação e trabalho, o que corroborou a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, situação que se aprofundou com o advento da Revolução Industrial, quando as máquinas assumiram o centro do processo produtivo, tornando ainda mais acentuada a segmentação e a alienação do trabalho.

Frigotto (2006, p. 248) corrobora dizendo que no capitalismo o trabalho, a ciência, a técnica e a tecnologia deixam de produzir valor de uso, ou de contribuir com a produção de recursos voltados para as necessidades básicas dos seres humanos,

e passam a colaborar para a alienação¹⁶ dos trabalhadores. Dessa forma, os donos dos meios de produção aumentam o controle e a exploração dos trabalhadores e obtêm ainda mais lucros.

Vieira Pinto (2007, p. 22) ratifica que a complexidade do mundo moderno levou as empresas a procurarem novas estratégias que possibilitassem o aumento do volume de produção, a padronização dos processos, a redução dos desperdícios e, por conseguinte, a diminuição dos custos, levando as organizações a aumentarem o controle sobre o trabalho humano. Em muitos casos, o trabalhador é tratado como parte do maquinário utilizado no processo produtivo.

Segundo Aquino (2015, p. 68)

No capitalismo contemporâneo a divisão do trabalho atinge seu auge. O pensar, que antes se constituía da colocação do fim e da busca dos meios, agora se divide em diversas atividades autônomas. A colocação do fim, que se ocupava basicamente do planejamento e organização da produção e da troca, se divide em inúmeras atividades que se profissionalizam no exercício de uma função muito específica como a administração, a contabilidade, o direito, a economia etc. Mesmo estas funções específicas se subdividem em outras tantas especialidades, como administração financeira, administração pública, administração de pessoal etc.

Segundo Aquino (2015), ao contrário do que acontecia com um artesão da Idade Média, que conhecia profundamente todas as etapas do processo produtivo e se envolvia inclusive no planejamento, no capitalismo contemporâneo o(a) trabalhador(a), que passou a ser assalariado(a), só executa uma parte do processo operacional da produção – neste contexto o “pensar não é mais sua tarefa” (AQUINO, 2015, p. 68).

Nem mesmo os trabalhadores responsáveis pelo desenvolvimento de ciência e de tecnologia foram poupados desse processo, já que “a produção da ciência enquanto atividade lucrativa submete o trabalhador intelectual ao mesmo processo de

¹⁶ “A palavra alienação vem do Latim “alienus”, que significa “de fora”, “pertencente a outro”. A alienação é estar alheio aos acontecimentos sociais, ou achar que está fora de sua realidade. Karl Marx em sua obra Manuscritos econômico-filosóficos usou o termo para descrever a falta de contato e o estranhamento que o trabalhador tinha com o produto que produzia. A alienação na sociologia de Marx é descrita também como um momento onde os homens perdem-se a si mesmos e a seu trabalho no capitalismo. Para Marx as relações de classe eram alienantes, pois o trabalhador assalariado se encontrava em uma posição de barganha desigual perante o capitalista (empregador). Dessa forma o capitalista conseguia dominar a produção e o trabalhador.” ALIENAÇÃO na Sociologia por Karl Marx. **Portal Educação**. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/alienacao-na-sociologia-por-karl-marx/50586>. Acesso em: 24 ago. 2021.

subsunção do trabalho ao capital ao qual foi submetido o trabalhador manual” (AQUINO, 2015, p.71). A história mostra que na idade média os cientistas trabalhavam de forma autônoma, tinham o domínio e gerência sobre todo o processo de pesquisa. Já na contemporaneidade, o cientista, passou a ser um trabalhador assalariado como todos os outros

Para Debus (2004), não restam dúvidas de que o conhecimento dos operários e dos cientistas foi essencial para o progresso da ciência. Como bem falaram Cuti e Zacarias (2017), conhecimento e práxis andam lado a lado, sendo que uma das dimensões da práxis na vida das pessoas é o trabalho. Daí a importância de incluir a reflexão sobre a centralidade do trabalho na vida das pessoas no presente estudo, já que consideramos que o conhecimento tem por base a materialidade da vida.

3.3.1 Os Processos de Expropriação do Conhecimento do Trabalhador: do Nascimento das Fábricas à Gestão do Conhecimento

Se na idade média o controle dos populares era feito pela limitação ao acesso ao conhecimento considerado verdadeiro, a partir da segunda metade do século XVIII, com o advento do capitalismo industrial inaugurou-se uma nova época. Nessa, os trabalhadores foram colocados para laborar dentro de determinados espaços físicos, as fábricas, e passaram a ter as suas atividades ligadas à produção monitoradas. Com isso, além do controle dos corpos, os donos das fábricas conseguiram retirar o que o trabalhador tinha de mais genuíno: o seu conhecimento tácito, ou o conhecimento que cada um tinha sobre o processo produtivo.

A implementação da fábrica ocorreu na Inglaterra no século XVIII. Sobre esse período, Decca (1982) escreve que de todas as utopias que surgiram a partir do século XVI, a sociedade do trabalho foi de longe a que obteve maior sucesso. A força dessa utopia conseguiu transformar a concepção de trabalho, de algo penoso, associado à dor e à pobreza extrema, em algo positivo, pelo qual o homem produz riquezas e sua autorrealização. Para o autor,

[...] a dimensão crucial dessa glorificação do trabalho encontrou suporte definitivo no surgimento da fábrica mecanizada, que se tornou a expressão suprema dessa utopia realizada, alimentada, inclusive, às novas ilusões de que a partir dela não há limites para a produtividade humana. (DECCA, 1982, p. 8)

A invenção da máquina a vapor e da máquina para trabalhar o algodão deu origem ao que ficou conhecido como Revolução Industrial, período que transformou a sociedade e que reduziu a fábrica a um evento tecnológico, deixando de lado as discussões em torno de questões importantes da organização do trabalho na modernidade, tais como: a exploração da mão de obra de crianças e mulheres, o controle da produção, que até então era de posse dos trabalhadores, a expropriação do conhecimento e a racionalização do trabalho, que se estendeu para a vida das pessoas (DECCA, 1982).

Com a fábrica se instituiu a divisão social do trabalho, a fragmentação do pensamento, a racionalização e o controle social. E, com isso, o homem perdeu a capacidade de pensar, ou melhor, foi levado a pensar a partir de padrões impostos socialmente; tornou-se um ser limitado. Nesse sentido, o desafio que se coloca é romper com a lógica estabelecida, que é regida por leis de mercado e mecanismos sutis de controle social, superar a visão fragmentada de mundo que se difundiu. É necessário devolver aos seres humanos os saberes que lhes foram retirados e que hoje servem de mecanismo de controle político, econômico e social (DECCA, 1982).

Marglin, citado por Decca (1982), sugere que, ao contrário do discurso que se propagou, a ideia de reunir os trabalhadores na fábrica não tinha relação com o avanço e emprego de tecnologias; estava relacionada, sim, com o desejo dos capitalistas de aumentarem o controle sobre os trabalhadores. Cabe lembrar que os(as) trabalhadores(as) detinham os conhecimentos técnicos, o que lhes permitia estabelecer o ritmo e a qualidade da produção. Dessa forma, Decca (1982, p. 24) diz que “o sistema de fábrica representou, justamente, a perda desse controle pelos trabalhadores domésticos” bem como a imposição “de padrão tecnológico, isto é, um padrão que, acima de tudo, garantia ordem, disciplina e controle de produção por parte do capitalista” (DECCA, 1982, p. 24).

A fim de fortalecer as fábricas, foi criado um conjunto de instituições que trabalhassem a seu favor. Tais instituições, além de desempenharem importante papel para permanência e ampliação das fábricas, garantiram “a continuidade da acumulação capitalista, representada agora pelo amplo domínio, controle e apropriação de saberes técnicos” (DECCA, 1982, p. 39).

Sobre esse aspecto, Decca (1982, p. 39) argumenta que:

Na perspectiva do trabalhador fabril, essa subtração de saberes alcança o limite no momento em que seu próprio trabalho só ganha substância quando uma nova ordem se impõe sobre ele através da presença absoluta da tecnologia. Nesse momento, a neutralidade da tecnologia vai aparecer como natural, posto que ela mesma e a sua presença escamoteiam, justamente, o fato de que ela representa não apenas trabalho acumulado ou morto, mas a enfática distância que separa o trabalho manual do trabalho intelectual.

Ao que parece, no sistema capitalista não há limites para a exploração. Se com a Revolução Industrial se deu o desenvolvimento de tecnologia que possibilitou a expropriação dos saberes dos trabalhadores, na pós-modernidade, com o advento da sociedade da informação e do conhecimento, a estratégia é fomentar e gerenciar o conhecimento tácito dos trabalhadores, tudo em nome do domínio do mercado.

De acordo com Burke (2015, p. 48), a “Gestão do Conhecimento é uma expressão relativamente nova, disseminada na década de 1990”, que tem origem na Ciência da Informação e galgou *status* nos ambientes corporativos ao ser associada ao conceito de capital intelectual, “segundo o qual a informação e ideias são recursos”, e como tal precisam ser fomentados e administrados de forma estratégica (BURKE, 2015, p. 48).

No entanto, Burke (2015, p. 48) observa que a gestão do conhecimento é anterior à década de 1990, pois “o futuro do conhecimento foi muitas vezes planejado e, em menor medida, construído por indivíduos em posições estratégicas externas ao universo acadêmico”. A história mostra que já no século XVII Francis Bacon advogava em favor da realização de pesquisas coletivas. E que Jean-Baptiste Colbert, ministro das finanças do rei Luís XIV, mantinha grandes conglomerados de informação, organizados sob a forma de arquivos e bibliotecas, e contava com equipes formadas por profissionais como pesquisadores e arquivistas para gerenciarem tais informações e conhecimentos.

A concepção de gestão estratégica do conhecimento, disseminada a partir da década de 1990, se constituiu a partir da indústria da inovação, do advento da globalização e da necessidade de as organizações se tornarem cada vez mais competitivas. Para tanto, foram desenvolvidas estratégias com vistas à identificação, à captação, à criação, à classificação, à guarda e à disseminação seletiva de conhecimentos que resultassem em produtos, serviços e processos inovadores e que os colocassem em posição de vantagem com relação aos demais. Essa estratégia

preconizava o investimento em tecnologia de informações, redes, *softwares* e *hardwares* (DRUCKER, 1990).

Segundo Sveiby (2000), outra estratégia de gestão do conhecimento adotada pelas organizações foi o fomento à inovação e à criatividade. Para tanto, apostaram na criação de condições adequadas para o desenvolvimento de novos conhecimentos. Neste caso, o foco foram as pessoas que integram a organização, já que são elas que produzem conhecimento.

Behr e Nascimento (2008) apresentam uma abordagem crítica da gestão do conhecimento. Segundo os autores, no capitalismo atual, marcado pelo aumento crescente da automação, redução de postos de trabalho, liberalismo econômico, e diante das políticas de abertura comercial, as empresas percebem que precisam inovar em produtos e processos para serem competitivas no mercado e, para tanto, lançam mão das estratégias de gestão de conhecimento. Nesse sentido, não é suficiente deter os meios de produção e se apropriar dos processos produtivos; os capitalistas querem se apropriar do conhecimento tácito dos trabalhadores e direcionar os processos de aprendizagem para a inovação e a maximização da produção, tornando a gestão do conhecimento uma técnica de controle dos trabalhadores.

A gestão estratégica do conhecimento considera que a inovação e a melhoria de produtos e processos só são possíveis a partir do desempenho das mentes criativas das pessoas que compõem a organização. Em um mundo cada vez mais competitivo, as organizações têm dispendido recursos e esforços no sentido de fomentar a criação e o compartilhamento de conhecimento internamente, a fim de que estes resultem em novos produtos e serviços que as tornem cada vez mais competitivas (SCHLESINGER et al., 2008, p. 17).

Ao que se percebe, não só o conhecimento oriundo das universidades e laboratórios se tornou instrumento do sistema capitalista, mas também o conhecimento tácito do trabalhador. Com essa reflexão, encerra-se esta seção, na qual buscou-se discorrer sobre a relação entre conhecimento e trabalho e sobre como as transformações ocorridas, especialmente entre a idade média, modernidade e contemporaneidade.

Até o presente momento, apoiados em autores partícipes da teoria crítica, discutiu-se sobre os aspectos conceituais do conhecimento, sobre o conhecimento na modernidade e sobre a centralidade do trabalho e a expropriação do conhecimento

dos (as) trabalhadores(as) no sistema capitalista. Na sequência, nos dedicaremos a falar sobre o conhecimento sob outra perspectiva, ou sobre a emergência de construir outra racionalidade de produção do conhecimento – o que chamaremos de perspectiva contra-hegemônica.

3.4 O CONHECIMENTO NA PERSPECTIVAS CONTRA-HEGEMÔNICA

De início, considera-se importante contextualizar o tema em questão. Com frequência, encontra-se que a origem do termo “contra-hegemônico” a Gramsci; no entanto, ele foi cunhado por Raymond Williams, como contraposição ao conceito de hegemonia, elaborado pelo filósofo italiano.

Segundo Dore e Souza (2018, p. 254), Gramsci não cita o termo contra-hegemonia em nenhuma de suas obras. Ele desenvolveu, a partir do contexto político do momento que vivia (Europa, década de 1920), o conceito de hegemonia. Sobre isso, Souza (2013, p. 55) escreve:

Nos Cadernos do cárcere, Gramsci elabora e desenvolve o conceito de hegemonia, o qual é chave no seu pensamento e constitui uma de suas mais importantes contribuições à análise das relações de poder. A hegemonia significa que o Estado capitalista não baseia o seu poder apenas na força, na pura repressão aos seus adversários, embora a repressão não seja extinta. Para que os grupos dominantes obtenham o consenso na sociedade, eles permitem que os grupos subalternos se organizem e expressem seus projetos sociais e políticos. Com isso, vão se constituindo mediações entre a economia e o Estado, que se expressam na sociedade civil: o partido político, o sindicato, a imprensa, a escola. (grifo nosso)

A concepção de hegemonia desenvolvida por Gramsci não é de uma ação partidária, mas de uma ação de classe; refere-se ao exercício do poder por uma classe determinada. No entanto, ela não se efetiva com o exercício do poder através do conjunto de instituições, e sim pela cultura dominante (CHAUI, 2014). A autora ressalta que o filósofo nunca defendeu que os trabalhadores tomassem o lugar da classe dominante para exercer o poder; isso os tornaria hegemônicos e não era essa a ideia. O que ele propôs foi uma contracultura, que seria cultura popular. Para tanto, seria necessário desmontar o intelectual da classe dominante e criar o intelectual orgânico da classe trabalhadora. Segundo Chauí (2014), na perspectiva gramsciana o intelectual orgânico é o próprio trabalhador, um ser pensante, que desenvolve

criticidade e que é parte da solução dos problemas do seu meio. Gramsci apostou na construção da cultura popular como forma de os trabalhadores construírem, nas palavras de Chauí (2014), a contra-hegemonia.

Segundo Dore e Souza (2018, p. 248) na perspectiva gramsciana,

[...] a hegemonia é construída com base na luta incessante dos grupos sociais dominantes para obter o consentimento ativo dos grupos sociais subalternos, que não é espontâneo, mas precisa ser educado. A direção intelectual e moral depende dos intelectuais vinculados aos grupos sociais fundamentais que atuam nas várias organizações da sociedade civil de maneira a educar e alcançar o consenso ativo dos demais grupos sociais. Para atingir esse objetivo, Gramsci destaca o essencial papel da cultura. Quando o Estado governa com o consentimento ativo dos grupos sociais subalternos, isso significa que eles passaram a adotar, como sendo suas, formas de pensamento e de ação que atendem a interesses dos grupos dominantes. O Estado não é algo externo ao sujeito social, como uma “máquina” que está em algum lugar e contra a qual os ataques devem ser dirigidos. A destruição do Estado que governa com base na hegemonia depende da distinção e cisão dos grupos sociais subalternos com as concepções de mundo dos grupos dominantes que assimilaram como sendo suas e dão suporte à sua própria visão de mundo e ao seu agir moral.

Assim como os autores do campo da Economia Solidária consultados no decorrer da presente pesquisa e citados no capítulo 2 desta tese assume-se, neste estudo, a hegemonia sob a perspectiva gramsciana, exercida não especificamente por instituição e por coerção, mas principalmente pela cultura, e entende-se que o intelectual não é alguém que vem de fora da classe trabalhadora, como se disseminou, especialmente na modernidade – ele é o próprio(a) trabalhador(a), alguém que conhece, que padece dos problemas cotidianos e que é parte da solução desses problemas.

Sem a pretensão de esgotar o debate sobre hegemonia e contra-hegemonia, e sim de contextualizar, ou de informar, as bases teóricas que influenciam os autores utilizados na presente pesquisa, seguir-se-á olhando para os aspectos que caracterizam o conhecimento, bem como a sua produção sob a perspectiva contra-hegemônica, ou seja, como uma reação a ideias, setores e especificamente à cultura dominante.

A perspectiva contra-hegemônica, da qual os(as) pesquisadores(as) ligados às ITCPs se dizem partícipes, compreende que o(a) pesquisador(a) é dotado (a) de subjetividade – por isso a ciência não pode ser considerada neutra – e que todo conhecimento é relativo. Reconhece a existência da pluralidade de saberes, sem distinção ou hierarquização, advoga pelo conhecimento útil, ou pelo conhecimento

que tem relação com a realidade local ou com a solução de problemas locais, reais – tecnologia social, para melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, e não só de quem pode pagar. Compreende que o conhecimento pode ser um mecanismo de promoção de cooperação, solidariedade e de emancipação. Uma perspectiva contra-hegemônica se constrói com uma ciência e um conhecimento próprios – desenvolvidos a partir da nossa realidade latina –, críticos e engajados, sustentáveis, inclusivos, feitos por brancos, pretos, pardos, indígenas, homens, mulheres de diferentes lugares e denominações religiosas, construídos de forma participativa e democrática.

O levantamento dessas características, base para compreender e diferenciar as duas perspectivas de produção do conhecimento, foi realizado a partir da leitura de autores como: Santos (2006), Deus (2006), Nunes (2006), Lage (2008), Quijano (2005), Mora-Ojero e Fals Borda (2006), Freire (1974; 1987), Dagnino (2010; 2014; 2019), Varsavsky (1969), Escobar (2006), Vieira Pinto (1979), Cortella (1997), Singer (2002), Zart (2012) e Cunha e Santos (2011), e resultou no quadro 2, apresentado na sequência.

Quadro 2 – Caracterização da perspectiva hegemônica x contra-hegemônica

Hegemônica	Contra-hegemônica
Autônoma e neutra – está acima do bem e do mal.	Entende que os patrocinadores indicam o que e como (tema, metodologia, finalidade) deve ser pesquisado. Sustenta que o pesquisador é dotado de subjetividade – logo, a ciência e o conhecimento não são neutros.
Cientificismo. Imposição de uma supremacia, comportamento totalitário.	Reconhece que existe uma ecologia de saberes, com muitas formas de saber/conhecimento, e não estabelece uma hierarquia entre essas formas de saber. Conhecimento tradicional é prático, coletivo, implantado no local, reflete experiências pontuais.
Produtivista, foco na quantidade de publicações e não na utilidade.	Ao invés de quantidade, advoga pelo conhecimento útil, ou pelo conhecimento que tem relação com a realidade local, com a solução de problemas locais e reais.

Continua

Hegemônica	Contra-hegemônica
<p>Conhecimento como mecanismo de poder.</p> <p>Para Boaventura de Sousa Santos, conhecimento regulador/opressor.</p> <p>Conhecimento regulador/opressor. (SANTOS, 2006)</p>	<p>Conhecimento emancipação, como mecanismo de promoção de cooperação e solidariedade.</p>
<p>A universidade é o ator que referência ou valida o que é e o que não é conhecimento.</p>	<p>Reconhece que existem diferentes saberes e que não existe uma subalternização entre eles.</p>
<p>Eurocêntrica – só tem valor o conhecimento produzido dentro do modelo europeu que se diz universal.</p> <p>O que é considerado importante e válido é o que se desenvolve nos países do norte (EUA e Europa).</p>	<p>Defende a necessidade de uma ciência e um conhecimento próprio, crítico, engajado, desenvolvido a partir da realidade local (regional, nacional, latina)</p>
<p>Extrativista – baseada em uma pseudodominação da natureza</p>	<p>É sustentável, pautada na cooperação e solidariedade. Reconhece o ser humano e a natureza como uma coisa só.</p>
<p>Ocidental, cristã, sexista, racista, desenvolvida por homens brancos, heteros – não reconhece o conhecimento de outras etnias que não europeia e estadunidense.</p>	<p>Inclusiva, feita por brancos, pretos, homens, mulheres de diferentes lugares e denominações religiosas.</p>
<p>Atende aos interesses de uma minoria rica e predominantemente branca.</p>	<p>Voltada para solução de problemas locais e globais, visando melhorar a qualidade de vida de toda a população, um bem comum.</p>
<p>Faz uma série de promessas: domínio da natureza, paz, uma sociedade justa e livre. Nenhuma dessas promessas se concretizou.</p>	<p>Advoga por uma nova racionalidade, a guerra não é o caminho para a paz, ou não está voltada para a indústria bélica.</p>
<p>Racionalidade cartesiana – divide o mundo entre o sujeito que sabe e o objeto a ser estudado.</p> <p>Pretensa objetividade– um único sentido (o olhar) é utilizado na realização da pesquisa, para que o pesquisador se mantenha distante e não interfira no resultado do estudo.</p>	<p>Honestidade na descrição metodológica, sem promessa de neutralidade. A ciência é uma atividade socialmente embutida, progride por meio da visão e da intuição e em contextos culturais.</p>
<p>Disciplinar – cada vez mais produz conhecimento segmentado.</p>	<p>Pensa de forma holística, interdisciplinar.</p>

Fonte: Autoria própria (2021).

A ideia do quadro 2 é evidenciar as características das diferentes perspectivas de produção de conhecimento, e com isso, demonstrá-la na perspectiva contra-hegemônica.

Concordando com Deus (2006 p. 213) que “a ciência é feita por seres humanos em sociedade” e, portanto, faz parte da sociedade, entendemos que a crítica da ciência ou ao modo de produzir conhecimento não se dá de forma isolada. É preciso estender essa crítica à sociedade, à forma como ela se organiza e se desenvolve, aos valores, à cultura. Nesse sentido, a crítica à ciência moderna e a tudo que ela representa se estende ao sistema econômico hegemônico, o capitalismo. Retomando Vieira Pinto (1979), não é possível dissociar o processo de produção do conhecimento do contexto no qual ele é desenvolvido.

Corroborando essa ideia, Escobar (2006, p. 670) escreve: “O mundo caminha inexoravelmente em direção aos objetivos da ‘modernidade’ e as únicas possibilidades que restam àqueles que gostariam de ter outras alternativas estão na dissidência dentro dos próprios objetivos da modernidade”. Ou seja, o caminho é a construção de uma perspectiva contra-hegemônica, que precisaria abarcar as dimensões política, econômica, social, cultural e a produção do conhecimento, conforme preconiza a Economia Solidária (CUNHA; SANTOS, 2011).

Para Varsavsky (1969), o caminho para superação do *status quo* é o rompimento com o cientificismo e a construção de sistemas de ciência e de tecnologia próprios, o que só seria possível com a promoção da autonomia cultural e com uma mudança na forma de organização material da vida. Essa afirmação remete ao movimento que surgiu na década de 90 no Brasil e que veio a se chamar Economia Solidária.

Segundo Cunha e Santos (2011, p. 36),

as práticas da economia solidária têm questionado as necessidades criadas pelo modo hegemônico de produzir e consumir, apresentando um contraponto ao processo capitalista e fazendo emergir dinâmicas socioeconômicas e sociopolíticas marginalizadas.

Tal questionamento envolve, inclusive, as práticas, processos, metodologias e finalidades da produção do conhecimento.

Santos (2020, p. 13) fala que grande parte dos intelectuais “escrevem sobre o mundo, mas não com o mundo”. O autor continua dizendo que “o tempo dos

intelectuais de vanguarda acabou. Os intelectuais devem aceitar-se como intelectuais de retaguarda, devem estar atentos às necessidades e às aspirações dos cidadãos comuns e saber partir delas para teorizar”. Complementando, Rahman e Fals Borda (1988) advertem que na modernidade criou-se uma elite pensante, formadora de opinião, formada por pesquisadores representantes de universidades. Esse grupo define o que, como e para quê o conhecimento será produzido, bem como quais canais e estratégias de disseminação serão utilizados. Para os autores, a construção de uma perspectiva contra-hegemônica demanda que os pesquisadores que integram essa elite envolvam populares e/ou movimentos sociais em todo o processo de produção de conhecimento, desde a tomada de decisão sobre os temas ou problemas que serão investigados até a metodologia empregada, a sistematização e as formas de comunicação das descobertas. Para os autores, essa mudança paradigmática modificaria a correlação de forças entre o grupo de intelectuais, que representam as universidades, e as pessoas comuns, e levaria à produção de um conhecimento plural e com maior consonância com os problemas locais.

No bojo dessa discussão encontram-se pesquisadores (as) críticos(as) da ciência moderna e, por conseguinte, do capitalismo. Eles se dedicam, entre outras coisas, à realização de estudos sobre o campo Ciência, Tecnologia e Sociedade, sobre o vasto campo interdisciplinar denominado Economia Solidária, sobre a produção de conhecimento voltado para a solução de problemas locais, como é o caso da Tecnologia Social, e, mais recentemente, sobre a necessidade da construção de uma plataforma científica e tecnológica, que vem sendo chamada de Tecnociência Solidária. Esses temas serão retomados nas páginas seguintes.

3.4.1. O Campo Ciência, Tecnologia e Sociedade.

O campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) surgiu na década de 60, e caracterizou-se como campo de pesquisa. Sua emergência ocorreu em um momento de grande convulsão social. A sua origem está relacionada à ação de pesquisadores críticos e ativistas sociais, que começaram a contestar o que até então era considerado verdade absoluta, de que a ciência e a tecnologia só resultavam em benefícios para a sociedade – ideia essa que se consolidou após o fim da Segunda Guerra Mundial. Pesquisadores(as) e ativistas, falando em nome da sociedade, conseguiram evidenciar os problemas relacionados ao consumismo, aos direitos civis

e ao meio ambiente. Some-se a isso as manifestações contra a guerra do Vietnam e a ação de empresas multinacionais e de energia nuclear. É nesse contexto que emerge a crítica à concepção desenvolvimentista apregoada pelos estadunidenses e que ecoava para outras regiões (CUTCLIFFE, 2003).

Para Bazzo (2003), a CTS apresenta um contraponto à visão clássica da ciência que, nas palavras do autor, se caracteriza como um modelo linear de desenvolvimento, o qual defende que mais ciência resulta em mais tecnologia, e, por conseguinte, mais riquezas e menos problemas sociais. O autor ressalta o caráter crítico e interdisciplinar dos estudos em CTS e expõe que, apesar de serem relativamente recentes e heterogêneos, estão bem consolidados. Segundo Bazzo (2003), os estudos em CTS questionam o modelo de produção de conhecimento tradicional, o qual considera a ciência e a tecnologia neutras e autônomas. Na perspectiva dos estudiosos da CTS, ciência e tecnologia são inerentemente sociais, uma vez que sofrem influências culturais, morais, comportamentais, econômicas, entre outras.

Sobre a origem do campo CTS, Cutcliffe (2003) reconhece o pioneirismo do governo dos Estados Unidos no que tange às questões sociais da ciência e da tecnologia. No entanto, ressalta que, apesar de a Europa só ter se manifestado sobre o tema um pouco mais tarde, ambos refletiram questões semelhantes, tais como: dúvidas quanto aos benefícios da ciência e da tecnologia, o impacto da ciência e da tecnologia no mundo do trabalho, bem como a consciência de que não bastava gerar riqueza – era necessário reconhecer que a ciência e a tecnologia causavam impactos sociais e agir de forma a minimizá-los.

Dessa forma, três vertentes formaram o campo CTS: os estudos de ciência e tecnologia na Europa; Ciência, Tecnologia e Sociedade nos Estados Unidos e o Pensamento Latino Americano em Ciência e Tecnologia (PLACS), na América Latina (DIAS, 2008). A primeira voltou-se para a institucionalização acadêmica, enfatizou os fatores sociais antecedentes, preocupou-se primeiramente com a ciência e depois com a tecnologia, além de apresentar um caráter teórico, descritivo e explicativo. Já a vertente americana direcionou-se para a institucionalização administrativa e acadêmica; a ênfase estava nas consequências sociais; primeiro preocupou-se com a tecnologia e depois com a ciência, e apresentou um caráter prático e avaliativo. E a terceira vertente, o Pensamento Latino-Americano em Ciência e Tecnologia (PLACS), surgiu no final da década de 60 e, além de apresentar os mesmos pressupostos

históricos que as vertentes norte-americana e europeia, conformava questões locais, tais como: o descontentamento de parte da comunidade de pesquisa latino-americana frente às orientações políticas dos organismos internacionais (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO; o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; e a Organização dos Estados Americanos – OEA) e às concessões dos governos locais, o que impactava na política científica e tecnológica dos países da região. Os pesquisadores se posicionavam contra tais recomendações por considerar que representavam a forma clássica de fazer ciência (DIAS, 2008).

Com relação à trajetória histórica da CTS, observa-se que no primeiro momento esse campo apresentava um tom crítico e caracterizava-se como uma resposta à postura passiva e acrítica da sociedade no período entre os anos 1950 e 1960. Nesse sentido, a criticidade é a marca da primeira geração da CTS, em que cientistas e engenheiros buscavam mostrar os verdadeiros impactos sociais causados pela ciência e tecnologia.

Na sequência, pesquisadores (as) das ciências sociais passaram a endossar o debate, e devido a isso surgiu a segunda geração de trabalhos/pesquisas no campo da CTS, com o desejo de que a reflexão chegasse a estudantes de diferentes/todas as áreas do conhecimento. A segunda geração dos estudos de CTS compreendia a ciência e a tecnologia como processos sociais que, como tal, sofrem influência política e cultural, e são carregados de valores (CUTCLIFFE, 2003).

No final da década de 1970 surgem estudos que propõem o aprofundamento no debate feito, até então, pelo Campo CTS, que se resumia em ser favor ou contra – ou ainda em mérito e descrédito – a ciência e a tecnologia. No entanto, na década seguinte, a comunidade CTS deixa para trás a postura analítica e passa a ter um posicionamento mais propositivo, formulando cursos e programas voltados à alfabetização em tecnologia. No final de década de 1980, a comunidade CTS endossa o debate sobre construtivismo social¹⁷, levando especialistas do campo a apregoar

¹⁷ “O construtivismo social é uma abordagem da sociologia que se resume essencialmente a um conjunto de pressupostos filosóficos e diretrizes políticas a serem aplicadas à disciplina da sociologia do conhecimento. Ela surge de um grupo de sociólogos da universidade de Edimburgo, em meados dos anos setenta [...]. Sua tese central é a que todo conhecimento é, exclusivamente, uma construção social.” (CASTAÑON, 2015, p. 227).

que a ciência e a tecnologia dependem de fatores socialmente determinados, apesar de construídos por fatores materiais presentes na natureza (CUTCLIFFE, 2003).

Para Cutcliffe (2003), a CTS abandonou o discurso simplista, e passou a conceber ciência e tecnologia como projetos complexos que se dão em contextos históricos e culturais específicos, construindo o consenso de que a ciência e a tecnologia proporcionam muitos benefícios, mas também acarretam impactos negativos.

Para Vaccarezza (1998), os desafios relacionados à ciência e tecnologia na América Latina estão associados à dependência econômica estabelecida entre os países da América Latina e os países do Norte, resultante do eurocentrismo e da colonialidade do saber, tema discutido em seções anteriores deste trabalho. Para o autor, o campo CTS apresenta-se como forma de resistência ao modelo clássico, hegemônico, de produção de ciência e tecnologia, modelo linear e que foi concebido para atender ao sistema capitalista. No entanto, a superação da condição de subalternização e de dependência econômica demanda a construção de um arcabouço teórico, metodológico e tecnológico alinhado ideologicamente com o novo sistema econômico e social que se busca construir. Pelo que se pode perceber a partir das leituras de autores como Cutcliffe (2003), Bazzo (2003), Dias (2008), Vaccarezza (1998), Dagnino (2010), Neder e Morais (2017), Varsavsky (1969) e Herrera (1973), esse novo sistema dialoga com o ideário da Economia Solidária.

Sobre essa questão, Dagnino (2014) diz que a consolidação do ideário da Economia Solidária depende da capacidade de avançar no desenvolvimento de uma nova plataforma científica e tecnológica, que seja desenvolvida a partir de uma abordagem interdisciplinar e que tenha como objetivos a inclusão social, a resolução dos problemas locais, a valorização de diferentes saberes e atores(as), o fomento à geração de trabalho e renda, a promoção da autonomia dos trabalhadores, o baixo impacto ambiental; que seja também acessível aos trabalhadores e contribua para a prática da cooperação, da solidariedade e da autogestão. Segundo o autor, em um primeiro momento essa nova plataforma científica e tecnológica se constituía em torno da ideia de Tecnologia Social (TS). Mais recentemente, em 2019, Dagnino (2019) cunhou o conceito de Tecnociência Solidária, baseado no entendimento de que essa seria a plataforma científica e tecnológica que a Economia Solidária necessita para avançar.

3.4.1.1 Tecnologia Social

As primeiras discussões sobre Tecnologia Social no Brasil ocorreram no final da década de 1980, com a criação de um Grupo de Trabalho (GT) ligado ao CNPQ e que tinha por objetivo “estudar e conceituar as tecnologias não produzidas no âmbito acadêmico e que se encontravam difusas, dispersas, ao contrário daquelas produzidas nos laboratórios e/ou gabinetes dos pesquisadores das ciências puras ou exatas” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 15). Posteriormente, o GT trabalhou em uma espécie de mapeamento dessas tecnologias. Naquele momento, conforme Albuquerque, (2009, p. 15) foram identificadas “1,5 mil tecnologias de acesso fácil de domínio público, sem royalties, e que poderiam contribuir significativamente para mudar a vida de milhares de pessoas que vivem à margem da sociedade”. Ainda segundo o autor, chamou atenção do grupo o fato de grande parte das experiências estarem relacionadas à agricultura familiar, cooperativas rurais, extensão tecnológica e população socialmente excluída.

Tem-se que as ideias que levaram ao desenvolvimento do conceito de Tecnologia Social (TS) tiveram origem nas críticas apresentadas à Tecnologia Apropriada – TA (ALBUQUERQUE, 2009). Esta, por sua vez, surgiu com Gandhi, na Índia do final do século XIX, e tinha como objetivo resistir às investidas inglesas, que avançavam nos campos e aldeias, colocando em risco a sua autonomia, e valorizar as tecnologias já desenvolvidas e utilizadas pelos trabalhadores locais a fim de promover a “transformação da sociedade hindu, a partir do conhecimento e tecnologia tradicional e promover um crescimento endógeno e orgânico, e não por imposição” de outros países (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010, p. 75).

Entre as críticas ao movimento TA que se tornaram ponto de partida para a construção do conceito de Tecnologia Social encontra-se que os defensores da TA não entenderam que não bastava o desenvolvimento de uma tecnologia alternativa; para que os atores sociais a quem se pretendia beneficiar fizessem uso dessa tecnologia, era preciso envolver as pessoas ou grupos sociais na construção das soluções. Muito embora a TA visasse o desenvolvimento social, ela se apresentou de forma passiva. Seus patronos não foram capazes de questionar o *status quo* e as estruturas de poder dominante, seja no plano local ou internacional (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010).

A experiência desenvolvida por Gandhi na Índia e a experiência em curso no Brasil, denominada Tecnologia Social, apresentam-se como alternativas ao modelo hegemônico. Na década de 1990, aproximadamente dez (10) anos depois dos primeiros debates sobre o tema, surgiram os primeiros conceitos de Tecnologia Social, construídos por diferentes atores que, aflitos com a problemática que envolve a exclusão social e a precarização do trabalho, tornaram-se defensores do desenvolvimento de um tipo de tecnologia voltada para a resolução de problemas sociais (DAGNINO, 2010).

Diferentemente do que aconteceu no passado, a TS se desenvolveu a partir da articulação entre universidade, movimentos sociais, Empreendimentos Econômicos Solidários, diferentes órgãos governamentais e comunidades locais, a fim de desenvolver soluções tecnológicas que, de fato, atendessem às necessidades locais e/ou dos atores sociais em desvantagem econômica e social (DAGNINO, 2010).

Para Thomas (2009, p. 27) a expressão Tecnologia Social refere-se à “forma de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia orientada e resolver problemas sociais e ambientais”. Na perspectiva do autor, essas tecnologias abarcam produtos, metodologias e processos relacionados a: “alimentos, moradia, energia, água potável, transporte, comunicações entre outras” (2009, p. 27) e são desenvolvidas a partir do envolvimento de diferentes atores, tais como: organizações sociais, cooperativas populares, agências de fomento, órgãos governamentais, bem como empresas públicas e privadas.

Para Dagnino (2010), o conceito apresentado pela Rede de Tecnologia Social (RTS) reflete a pluralidade dos atores responsáveis pela articulação da rede, já que esta foi articulada por um grupo ideologicamente heterogêneo, no qual se encontravam desde pessoas que correlacionavam a TS à responsabilidade social empresarial até pessoas que buscavam construir uma sociedade socialista, e que entendiam que a TS teria um papel importante nessa construção. Apesar de reconhecer a importância da RTS, Dagnino (2010, p. 10) rechaça o conceito por ela construído e disseminado. O autor o considera generalista e defende que ele não expressa a complexidade da discussão sobre a necessidade de uma tecnologia que não seja considerada neutra e linear e que esteja alinhada ideologicamente com os princípios do modo de organização da vida denominado Economia Solidária.

Segundo Dagnino (2010), o conceito de Tecnologia Social se desenvolveu em oposição ao de Tecnologia Convencional (TC)¹⁸, desenvolvida e utilizada por empresas capitalistas a fim de aumentar a mais-valia. Para Dagnino (2010), o que caracteriza a TS não é o artefato, em si, e sim o processo, a interação do conjunto de elementos – atores envolvidos, interesses, valores, tipos de conhecimentos utilizados, local, entre outros, bem como a forma e as condições como a TS foi produzida –, a propriedade dos meios de produção, o controle do processo de trabalho, a forma de apropriação do excedente gerado e a quem ela se destina. Esse raciocínio de Dagnino (2010) foi um dos aspectos que o conduziu no processo de desenvolvimento do conceito de Tecnociência Solidária. O autor considerava que o conceito de TS que se tornou preponderante não valoriza aspectos como envolvimento e participação dos(as) trabalhadores(as) no desenvolvimento da TS, e não discute as condições como a TS foi produzida (a propriedade dos meios de produção, o controle do processo de trabalho, a forma de apropriação do excedente gerado e a quem ela se destina).

Na concepção de Dagnino (2010), uma tecnologia social deveria prioritariamente:

1. Ser orientada para a geração de trabalho e renda mediante a produção – autogestionária e realizada por Empreendimentos Econômicos Solidários;
2. Ter o foco na inclusão social, contribuindo para que as pessoas que estão inseridas na “economia informal” possam integrar a Economia Solidária;
3. Ser desenvolvida com a participação ativa dos trabalhadores que irão utilizá-la;
4. Ser reaplicável de modo autônomo, com baixo investimento e de preferência sem causar impactos ambientais;
5. Incorporar com criatividade as dimensões: sustentabilidade ambiental e econômica, participação social, cultural e soberania nacional;

¹⁸ Por Tecnologia Convencional entenda-se a tecnologia hegemônica, utilizada por organizações de diferentes naturezas, e que tem por finalidade a maximização dos lucros das empresas privadas. A Tecnologia Convencional é desenvolvida com o objetivo de aumentar o controle sobre o processo produtivo e de poupar de mão de obra. É voltada para grandes escalas de produção, é ambientalmente insustentável, é alienante, fragmenta o processo produtivo, maximiza a produtividade em relação à mão de obra ocupada, é hierarquizada, monopolizada pelas grandes empresas dos países ricos e não tem compromisso nem condições de realizar inclusão social (DAGNINO, 2010).

Entre as questões que levaram ao surgimento da Tecnologia Social, tem-se a necessidade da geração de conhecimento para inclusão social, e mais amplamente a democratização do conhecimento. No cerne da questão está a necessidade do desenvolvimento de tecnologias que atendam às necessidades básicas da população, tais como: produção de infraestrutura, considerando as singularidades de cada região; criação de valor nas cadeias produtivas, começando pela agricultura, pecuária, reciclagem, produção de ervas medicinais, considerando a realidade dos pequenos agricultores, das comunidades tradicionais e das periferias (DAGNINO, 2010).

Incomodado com os contornos que ganhou a discussão sobre Tecnologia Social e rechaçando o conceito amplamente disseminado, Dagnino (2019) trabalhou na construção teórica de uma plataforma científica tecnológica que ele considera condizente com a perspectiva contra-hegemônica. A essa plataforma o autor chamou de tecnociência solidária, apresentada na obra *Tecnociência solidária: um manual estratégico*, publicada em 2019.

3.4.1.2 Tecnociência solidária

Dagnino (2019) apresenta três razões que o levaram a propor o conceito de Tecnociência Solidária: a primeira foi a concepção de que não existe mais uma divisão entre ciência básica e ciência aplicada, já que toda pesquisa é desenvolvida com uma finalidade; para o autor, o termo que melhor define a dinâmica de produção de conhecimento hoje é pesquisa tecnocientífica. A segunda razão é que, apesar de parecer que a fusão entre ciência e tecnologia é algo recente, para o autor a separação entre ambas só existia no discurso; na prática elas sempre estiveram juntas. Para justificar tal argumento, Dagnino (2019) diz que nunca existiram Instituições de Ensino Superior (IES) que só fizessem pesquisa, assim como não existem empresas que só apliquem o conhecimento desenvolvido no âmbito das IES para gerar tecnologia. Para o autor, quando se separa ciência de tecnologia, cria-se a lógica que se a tecnologia causou algum mal, não foi culpa da ciência, já que ela seria neutra, a culpa seria de quem fez o uso ou quem aplicou a tecnologia (DAGNINO, 2020). A terceira razão que levou ao desenvolvimento do conceito de tecnociência

solidária foi a percepção de que a tecnociência capitalista não serve para a Economia Solidária.

E o que seria a tecnociência solidária?

Tecnociência solidária é a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), provoca uma modificação no produto gerado cujo resultado material pode ser apropriado segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário). (DAGNINO, 2019, p. 61, grifos nossos)

O conceito de Tecnociência Solidária elaborado por Dagnino (2019), estabelece como ponto de partida a materialidade da vida dos(as) trabalhadores(as) organizados(as) coletivamente, que buscam controlar ou administrar o processo produtivo, bem como os resultados obtidos, da forma que consideram justa. Trata-se de conceito novo que tem sido discutido, especialmente, em fóruns compostos por pesquisadores (as) críticos(as) da ciência moderna. Apesar de novo, e um tanto abstrato, algumas universidades públicas, como é o caso da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), entendendo que as universidades precisam se dedicar a problemas que assolam o cotidiano da sociedade, já estão trabalhando na implementação de núcleos e/ou escritórios de projetos, a fim de fomentar a inclusão da tecnociência solidária nas políticas científicas e tecnológicas institucionais.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente capítulo apresenta o percurso e as opções metodológicas que orientaram o desenvolvimento desta tese. De início, será realizada a caracterização da pesquisa, discorrendo-se sobre o método, a natureza e o objetivo da pesquisa, a técnica de coleta de dados e a técnica de análise. Segue-se a apresentação do percurso da pesquisa, bem como das limitações encontradas, com a apresentação do contexto, caracterização do ambiente pesquisado e do universo da pesquisa. Na sequência, apresentam-se as fontes de informação consultadas, o instrumento utilizado na análise dos artigos e, por fim, a análise dos dados.

Desde já informa-se que a metodologia empregada foi construída no transcorrer da pesquisa. O que se sabia desde o início era que o estudo se daria a partir da perspectiva crítica, a pesquisa empírica envolveria a produção do conhecimento no âmbito das ITCPs, a metodologia empregada deveria ser flexível e eclética, sem que isso compromettesse o rigor metodológico e a postura ética da pesquisadora, e, por fim, o método empregado deveria possibilitar a análise da relação dos(as) trabalhadores(as) no processo de produção do conhecimento.

O ponto de partida para a realização do presente estudo, além da inquietação da pesquisadora, foi a vivência de seis (6) anos em uma ITCP, a leitura de autores que seguem uma perspectiva crítica e do relatório de avaliação PRONINC 2017. Com isso, desde já, se assume que a pesquisadora não acredita na pseudoneutralidade da ciência e do conhecimento. A definição do tema da tese, bem como a construção metodológica, têm relação com a experiência de vida da pesquisadora, e foram impactadas pelos acontecimentos de âmbito pessoal e pela conjuntura, marcada pelo retrocesso das políticas no campo da Economia Solidária, pelo corte de recursos no âmbito da educação e por questões relacionadas à pandemia de Covid-19, que teve início, no Brasil, em março de 2020 e se estende até o momento.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Pretende-se com esta pesquisa analisar criticamente o conhecimento científico produzido no âmbito das ITCPs, a fim de identificar se esse conhecimento mantém

relação com o ideário da Economia Solidária e temas correlatos, seja no âmbito da agenda do movimento social, seja no campo das políticas públicas.

Assume-se que o conhecimento é uma categoria multifacetada, ou seja, é portador de diferentes características, e é uma construção histórica, social e cultural. Questiona-se o privilégio epistemológico e social outorgado ao conhecimento científico e advoga-se pelo reconhecimento da existência de uma ecologia de saberes, pela superação da perspectiva positivista – inclusive do reconhecimento das metodologias participativas –, pelo uso de diferentes sentidos no processo de coleta de dados e pela existência da figura do (a) pesquisador(a) militante. Espera-se contribuir com o fortalecimento das ITCPs, a fim de que essas se tornem, de fato, espaços de fomento e de produção do conhecimento contra-hegemônico, ou, nas palavras de Santos (2008) e Wagner (2006), conhecimento voltado para a promoção da autonomia e da emancipação das pessoas.

O presente estudo se conforma como uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa e quantitativa. Caracteriza-se ainda como uma pesquisa bibliográfica e documental.

Para Rudio (1985), a pesquisa descritiva caracteriza-se por encontrar e observar fenômenos e/ou eventos, a fim de explicitá-los, classificá-los e torná-los passíveis de análise. Gil (1991) complementa dizendo que a pesquisa descritiva pode descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou então estabelecer relações entre as variáveis.

É fato que o objeto deve ser analisado na sua totalidade e que isso vai além do binômio qualitativo-quantitativo. No entanto, em observância aos manuais de metodologia científica, informa-se que a presente pesquisa fez uso de dados dessas duas naturezas. Sobre a pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, Flick (2009) diz que ela é relevante para os estudos que envolvam interações sociais, ainda mais diante da complexidade do mundo moderno. Segundo o autor, os aspectos centrais da pesquisa qualitativa versam sobre a escolha de métodos e teorias adequadas, o reconhecimento de que existem diferentes perspectivas de análise e sobre as reflexões ou análises realizadas.

Sobre a pesquisa documental, Marconi e Lakatos (2003) argumentam que ela possibilita o contato com fontes primárias e secundárias. Gil (2008) complementa dizendo que a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica apresentam

semelhanças, e que a diferença entre as duas reside principalmente no tipo de fonte que cada uma utiliza.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2008 p. 51)

É importante ressaltar que é considerado documento “qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno” (GIL, 2008, p. 147). No caso do presente estudo, foram utilizados o Relatório de Avaliação PRONINC 2017, a base de dados com o compilado dos questionários-base aplicados na avaliação do PRONINC 2013, planilha disponibilizada pela secretária da Rede de ITCPs, Base de Dados Carlos Chagas, Currículo Lattes dos pesquisadores integrantes das ITCPs, sites dos periódicos científicos e 66 artigos publicados, no período de 2012 a 2017, por pesquisadores(as) ligados(as) a 15 ITCPs integrantes da Rede de ITCPs e que executaram o PRONINC 2013. Os critérios de seleção das ITCPs, bem como a justificativa do recorte temporal, serão apresentados nas próximas seções.

4.2 UNIVERSO E AMOSTRA PESQUISADA

A chamada MCTI/SECIS/MTE/ SENAES/CNPq nº 89/2013 (PRONINC 2013) contemplou 84 ITCPs. Dessas, 43 já existiam e foram contempladas na linha A do edital; 41 foram criadas com recursos do referido edital e foram contempladas na linha B. No entanto, por decisão do comitê gestor do projeto, a avaliação da execução do edital foi realizada, apenas, com 64 ITCPs, das quais 41 foram criadas com recursos do PRONINC 2013 e 23 já existiam (ADDOR, F. et al, 2017).

Das 64 ITCPs que executaram o PRONINC 2013 e passaram pelo processo de avaliação, foram selecionadas 15 para a realização do presente estudo. Os critérios de seleção aplicados foram:

- 1) Ter executado a chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013, especificamente na Linha A, ou seja, surgiram antes de 2013;
- 2) Pertencer à Rede de ITCPs;
- 3) Ter recebido visita *in loco* no processo de avaliação.

Com esses critérios, buscou-se selecionar ITCPs com uma trajetória consolidada e, por conseguinte, com acúmulo na produção de conhecimento científico.

O quadro 3 apresenta o ano de fundação e a região onde estão situadas as ITCPs que fizeram parte do estudo:

Quadro 3 – Tempo de existência e localização das ITCPs que compõem a amostra

Incubadora	Ano de fundação	Região
1	1999	Sul
2	2007	Sul
3	1999	Sul
4	2005	Sul
5	2011	Sul
6	2005	Centro-Oeste
7	2010	Nordeste
8	2008	Sudeste
9	2001	Sudeste
10	2011	Sudeste
11	2010	Sudeste
12	2003	Sudeste
13	1995	Sudeste
14	1998	Sudeste
15	2007	Sudeste

Fonte: Autoria própria (2020).

Conforme exposto, a amostra reúne um número maior de ITCPs situadas no Sul e no Sudeste. Isso resulta do fato de as incubadoras existentes no Centro-Oeste e no Nordeste, que são muitas e com trabalho significativo, não atenderem concomitantemente aos três critérios estabelecidos. A ITCP da Universidade Estadual da Bahia, por exemplo, apesar de ter uma trajetória consolidada e contar com um dos

pesquisadores mais citados nos artigos analisados, não fez parte do grupo que recebeu visita *in loco* dos(as) avaliadores(as) – logo, não atendia a um dos critérios de seleção.

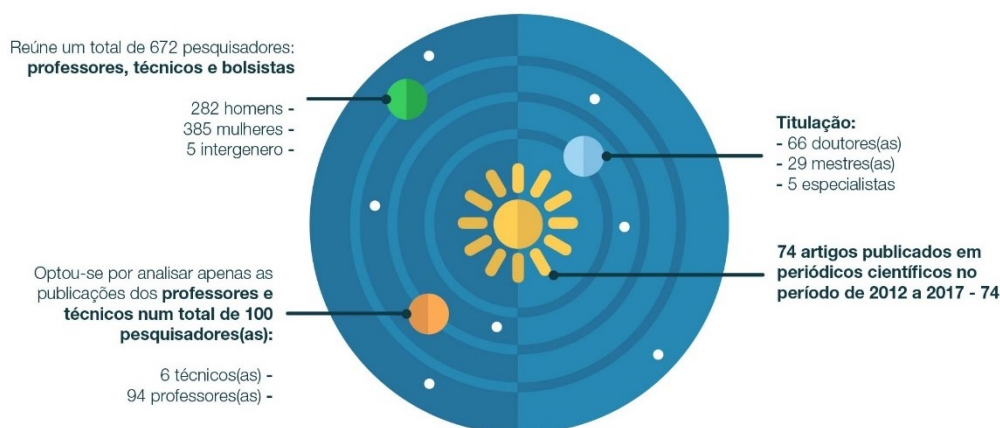
Sobre as ITCPs selecionadas para compor o presente estudo, tem-se que 86% delas estão sob o guarda-chuva de universidades públicas e 14% estão relacionadas a instituições de ensino superior comunitárias. Com relação ao tempo de existência, quando da realização da avaliação do PRONINC em 2017, elas tinham no mínimo 9 anos, sendo que 4 tinham mais de 20 anos e 9 tinham entre 10 e 20 anos de existência. E todas já haviam executado outros editais PRONINC (ADDOR e MENAFRA, 2017).

Tais ITCPs são reconhecidas como espaços interdisciplinares. Reuniram, durante a execução da chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013, 572 alunos(as) das mais diversas áreas de formação; 80% delas têm em suas equipes pesquisadores(as) de diferentes áreas do conhecimento. Entre os(as) coordenadores(as), sete (7) são das ciências sociais aplicadas; quatro (4) das engenharias; três (3) da saúde; três (3) das ciências humanas e um (1) das ciências exatas. Essas ITCPs incubaram 195 Empreendimentos Econômicos Solidários que, juntos, reúnem aproximadamente quatro mil e quatrocentos (4400) trabalhadores, e atuam predominantemente nas seguintes áreas: reciclagem, agricultura, artesanato e saúde mental, nessa ordem.

Quanto ao gênero dos (as) integrantes, dos 100 pesquisadores(as) do grupo, 55 são do sexo feminino e 45 são do sexo masculino. Sete (7) ITCPs são coordenadas por mulheres, seis (6) coordenadas por homens e duas são coordenadas por um homem e uma mulher.

Sobre a formação, 66 (sessenta e seis) pesquisadores(as) têm doutorado, sendo 35 doutoras e 31 doutores; 29 têm mestrado, dos quais 15 são do sexo masculino e 14 do sexo feminino. Tais informações foram sistematizadas no infográfico apresentado na sequência.

Figura 2 – Amostra da pesquisa



Fonte: Autoria própria (2021).

O grupo de ITCPs pesquisadas equivale a 17% do número total de ITCPs contempladas na chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013, e representa 35% das incubadoras contempladas na linha A, isto é, aquelas que já existiam e já haviam executado outros editais da mesma política pública. Elas são responsáveis pela assessoria/incubação de 37% do total de Empreendimentos Econômicos Solidários beneficiados ou assessorados por todas as ITCPs que executaram o PRONINC 2013. Os dados referentes à avaliação do PRONINC realizada em 2017 mostram que essas 15 incubadoras foram responsáveis por 54% do conhecimento científico produzido, no período de 2012 a 2016, por todas as ITCPs que executaram a chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013.

Sobre a publicação de artigos científicos em periódicos, descobriu-se que 40% dos pesquisadores(as) integrantes das ITCPs da amostra não publicaram artigos sobre Economia Solidária e temas correlatos no período de 2012 a 2017. Os outros 60% – 60 pesquisadores(as) (professores(as) e técnicos(as) – publicaram, somados, 74 artigos científicos. No entanto, dos 74, apenas 69 foram localizados, sendo que três (3) desses foram publicados em revista de acesso restrito e pago, e cinco (5) não foram localizados.

O conhecimento científico, fonte dos dados para a presente pesquisa, é um dos tipos de conhecimentos produzidos no âmbito das ITCPs. Trata-se de aproximadamente 4% de todo conhecimento produzido nesses espaços. Conforme

consta no infográfico, os(as) pesquisadores(as) ligados(as) às 15 incubadoras participantes da pesquisa produziram, no período de cinco anos (2012 a 2016), mais de 1100 trabalhos técnicos¹⁹ (documentos de apoio, assessoria, cursos, seminários, feiras, *software*, técnicas de trabalho, artefatos, mapas, cartilhas, relatórios, produtos audiovisuais, disciplinas, projetos de extensão tecnológica). Esses trabalhos são a base para a realização de pesquisas, para a produção de *papers* e artigos, bem como para escrita de capítulos e de livros completos, conforme mostra a figura abaixo.

Figura 3 – Conhecimentos produzidos no âmbito das ITCPs



Fonte: Autoria própria (2021).

¹⁹As expressões “conhecimento científico” e “conhecimento técnico” foram cunhadas pela equipe da avaliação do PRONINC 2013. Como seriam utilizados os dados resultantes de tal avaliação, manteve-se a nomenclatura conforme constava no questionário de avaliação, assim como a categorização por tipo de conhecimento.

Apesar de não haver um juízo de valor ou subalternização entre os conhecimentos produzidos no âmbito das ITCPs, optou-se por analisar os artigos científicos publicados em periódicos por uma questão de ordem prática, que é a possibilidade do amplo acesso. A vivência da pesquisadora em ITCPs a leva a defender que os processos de assessoria, as oficinas, cursos, rodas de conversas, feiras, as vivências proporcionadas pelas incubadoras são, todas, riquíssimas em produção e compartilhamento de conhecimento. No entanto, o acesso a esse tipo de conhecimento só seria possível com uma imersão, inviável neste momento, dadas as questões relacionadas à vida material da pesquisadora e ao fato de estarmos em meio a uma pandemia. Diante desse contexto, optou-se pela análise dos artigos publicados pelos(as) integrantes das ITCPs, até por se considerar que um artigo não surge do nada; ele resulta de um processo de pesquisa e, no caso das ITCPs, na sua grande maioria, estão relacionados ao trabalho que os (as) professores(as) e técnicos(as) desenvolvem, correlacionando ensino, pesquisa e extensão.

4.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A presente seção discorrerá sobre os limites da pesquisa. Para tanto, será apresentada a abrangência, considerando o tipo de fonte utilizada e o recorte temporal. O desenvolvimento da pesquisa, bem como a escrita do texto, está fundamentado na perspectiva crítica, e se voltam para o fazer das ITCP's, especialmente para a dimensão da produção do conhecimento.

A delimitação envolve uma série de tomadas de decisões e essas devem ser feitas visando o melhor resultado possível dentro do cenário existente. No caso da presente pesquisa, um contexto de retrocessos das políticas de Economia Solidária e de cortes no campo da educação²⁰. Ao se delimitar uma pesquisa, assume-se que algo ficará de fora, como, por exemplo, as formações, as cartilhas, os livros e os trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos no âmbito das ITCPs. Por isso, é preciso definir critérios e princípios metodológicos que sustentem as decisões do(a)

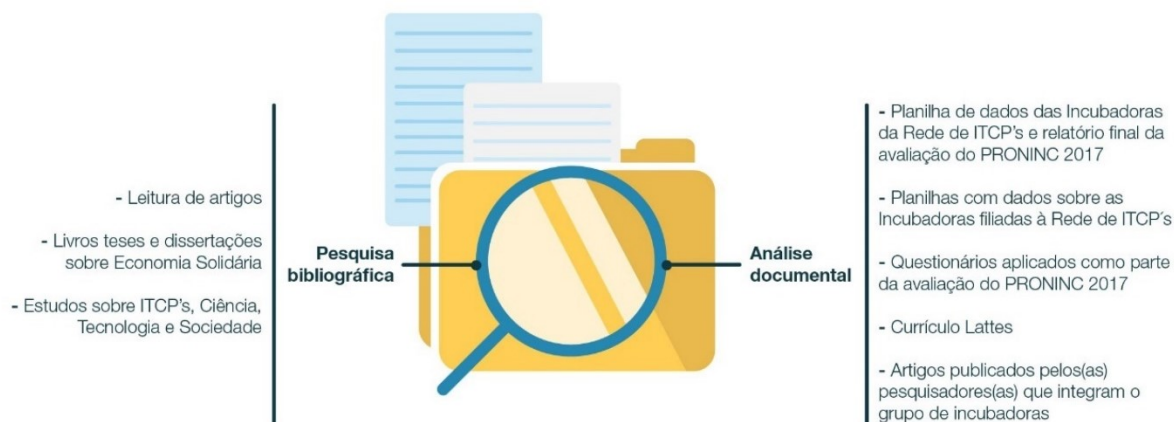
²⁰ Desde de 2016 as ITCPs não contam com recursos do Governo Federal subsidiar seus projetos e em 2019 houve um corte de bolsas que impactou inclusive essa que vos escreve.

pesquisador(a) e que possibilitem chegar aos resultados necessários para responder à pergunta de pesquisa.

O presente estudo se delimita pela temática, já apresentada na introdução, pelas fontes e pelo recorte temporal.

Com relação às fontes, foram utilizadas, na pesquisa bibliográfica, livros, artigos, teses, dissertações e material audiovisual (vídeos de conferências, *lives* e *webinar*). Já a pesquisa documental fez uso de planilhas, relatório final da avaliação do PRONINC publicado em 2017, base de dados com os questionários (questionário-base) aplicados como parte da avaliação do PRONINC 2013, currículo *Lattes* dos(as) pesquisadores(as) e artigos publicados pelos(as) pesquisadores(as) que integram o grupo de incubadoras selecionadas para a pesquisa (período de 2012 a 2017), conforme apresenta a figura abaixo.

Figura 4 – Fontes de informação utilizadas na pesquisa



Fonte: Autoria própria (2021).

A planilha com os dados das incubadoras filiadas à Rede de ITCPs foi utilizada para conferir quais das ITCPs que executaram a referida chamada e passaram por avaliação eram integrantes da rede.

Os relatórios e livros sobre a avaliação do PRONINC 2013, publicados em 2017, foram compartilhados pela equipe que conduziu o processo de avaliação. O acesso foi facilitado pelo fato de a pesquisadora ter acompanhado todo o processo referente

ao PRONINC 2013, já que coordenou a implementação de uma ITCP, o que a levou a participar de todo o processo de avaliação (seminários regional e nacional de avaliação, receber visita de avaliação e responder os questionários encaminhados pela equipe)²¹. Já a planilha e a base de dados com os questionários-base respondidos pelos(os) coordenadores(as) das ITCPs foram disponibilizados depois de uma solicitação formal da pesquisadora e de sua orientadora e da assinatura de um termo de compromisso, anexo A. A planilha com dados sobre as incubadoras filiadas à Rede de ITCPs foi disponibilizada pela secretária da rede, depois de uma solicitação da doutoranda.

Do relatório de avaliação do PRONINC 2017 extraiu-se: número de ITCPs contempladas pelo edital, quantas foram contempladas em cada linha, o número de incubadoras avaliadas, histórico do PRONINC e algumas informações gerais sobre as ITCPs. Dos livros, utilizou-se o histórico do PRONINC, histórico das ITCPs, informações sobre a importância das ITCPs para produção de conhecimento, de tecnologias sociais e para a transformação da sociedade. Da planilha preenchida pelos(as) avaliadores(as) e do questionário-base respondido pelos(as) coordenadores(as) de ITCPs, utilizou-se: os dados sobre o número de ITCPs que responderam o questionário, informações relativas à identificação dessas incubadoras, a distribuição geográfica, os segmentos de atuação dos EES assessorados, número de EES assessorados, número de trabalhadores(as) que integram os EES assessorados, informações sobre os(as) pesquisadores(as), tais como nome, gênero, formação, e informações sobre o conhecimento técnico e sobre o conhecimento científico produzidos em cada ITCPs.

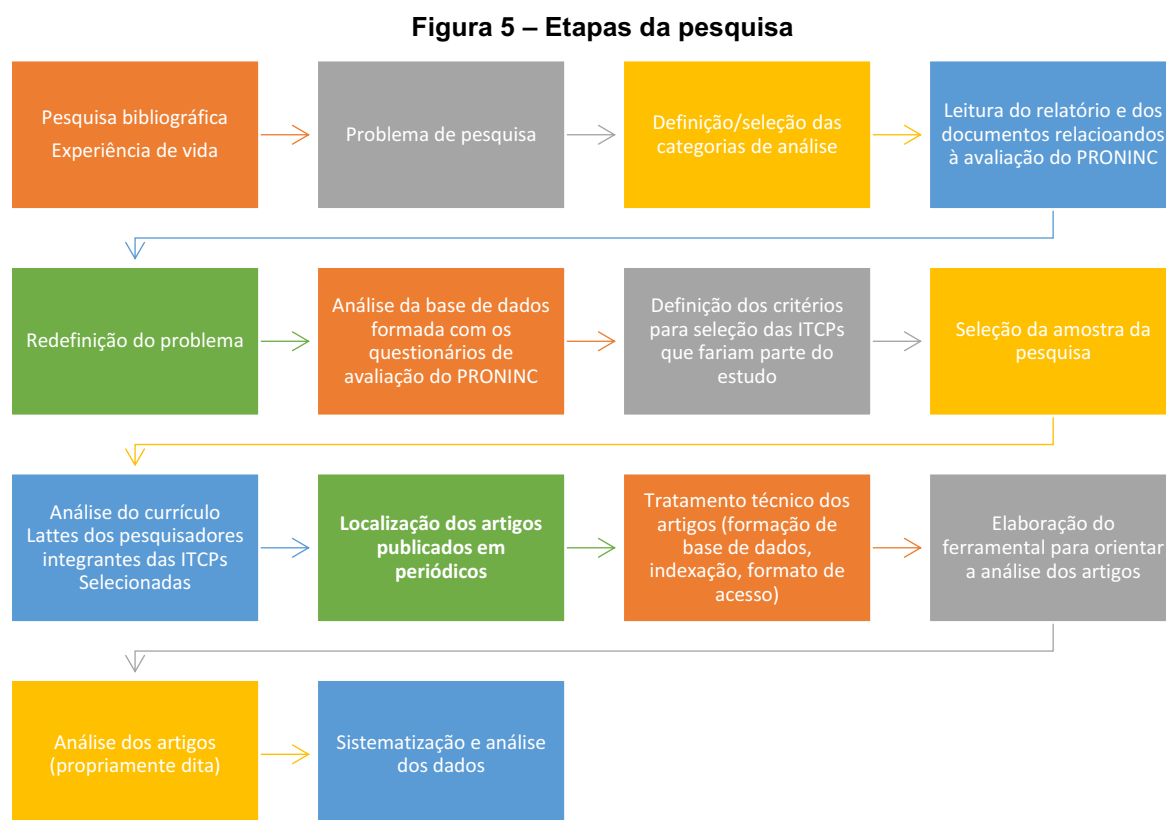
O acesso ao currículo *Lattes* sucedeu a análise da base de dados de avaliação do PRONINC. Nessa fonte, buscou-se informações sobre a área de formação e sobre os artigos publicados no período de 2012 e 2017, título, nome da revista e ano de publicação. Os dados extraídos foram tratados e subsidiaram as buscas dos artigos na internet. De posse dos artigos, seguiu-se com a análise, tendo como base as categorias pré-estabelecidas.

²¹ A pesquisadora implementou a Trilhas Incubadora Social Marista, ligada à PUCPR. No entanto, a Trilhas não está entre as ITCPs que fizeram parte do estudo, já que não atendia a nenhum dos critérios de seleção estabelecidos.

4.4 PERCURSO DA PESQUISA

Esta seção é dedicada à apresentação das etapas da presente pesquisa. De início, é importante elucidar que a pesquisa não seguiu uma sequência linear e rígida; por vezes as etapas se sobrepuseram. O infográfico abaixo é, antes de tudo, a apresentação do conjunto das etapas. O objetivo é mostrar o caminho percorrido durante a realização da pesquisa.

Conforme já mencionado, a pesquisa teve como ponto de partida a inquietação e a vivência da pesquisadora junto às ITCPs, já que coordenou a implementação de uma e integrou a coordenação nacional da Rede de ITCPs.



Fonte: Autoria própria (2020).

A pesquisa bibliográfica é uma etapa crucial para realização de qualquer pesquisa. Ela acompanha todo o desenvolvimento da pesquisa e por vezes vai além da entrega do TCC, dissertação ou tese. No presente estudo, a primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico sobre o vasto campo interdisciplinar

denominado Economia Solidária e sobre o conhecimento sob a perspectiva crítica. No entanto, essa fase se prolongou ao longo de toda a pesquisa.

A vivência, a pesquisa bibliográfica, a participação no processo de avaliação do PRONINC 2013 e o contato com os primeiros materiais resultantes de tal avaliação foram cruciais para a definição do problema de pesquisa. Ressalta-se que a leitura da tese de Lais Fraga (2012), doutora pela Unicamp, e da dissertação defendida em 2012 por Maria Cristina dos Santos Barbosa de Oliveira, mestre pela UFSCar, foi de grande importância para definição do problema de pesquisa. A primeira defende que, apesar da oratória e do discurso de superação do modelo hegemônico de produção do conhecimento, na prática a ideia de transferência de conhecimento ainda está latente dentro das ITCPs. A segunda apresenta a dinâmica da gestão do conhecimento dentro da ITCP da UFSCar. Esse estudo se assemelha ao que se almejava com a proposta inicial da presente pesquisa; no entanto, ao término da leitura, percebeu-se que temática da gestão do conhecimento dentro das ITCPs não responderia às questões e/ou inquietações da pesquisadora.

A definição ou escolha das categorias de análise resultaram, especialmente, da pesquisa bibliográfica e do contato preliminar com os documentos resultantes do PRONINC. Tais categorias serão apresentadas nas próximas seções.

A leitura do relatório de avaliação do PRONINC 2017, bem como dos livros *Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária: concepção, metodologia e avaliação* (volume I) e *Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária: experiências e reflexões a partir da prática* (volume II), ambos organizados por Felipe Addor e Camila Rolim Laricchia, foi de grande importância para a escrita desta tese. No entanto, percebeu-se que, apesar da riqueza das informações disponíveis, elas não eram suficientes para responder à pergunta que orientava a pesquisa. Diante dessa constatação, identificou-se três caminhos/possibilidades: 1) encaminhar questionários para os representantes das ITCPs selecionadas; 2) fazer uma imersão em algumas delas, a serem escolhidas dentro do conjunto já selecionado; e 3) analisar o conhecimento produzido no âmbito dessas ITCPs. Cada uma das opções apresentava um leque de possibilidades e envolvia fontes e instrumentos diferentes.

Dentre as três possibilidades, optou-se por analisar o conhecimento produzido no âmbito das ITCPs. Tendo em vista que a pesquisadora conhecia o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) e havia participado do processo de implementação e avaliação de uma ITCP contemplada pela chamada

MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013, também conhecida como Edital PRONINC 2013, e por conseguinte sabia que dados e informações haviam sido levantados no processo de avaliação e que estavam sob a guarda da equipe que conduziu o processo avaliativo, vislumbrou-se a possibilidade de solicitar o compartilhamento dos dados, o que aconteceu depois de uma sequência de troca de e-mails e do encaminhamento de um termo de compromisso. Abre-se um parêntese para falar que o compartilhamento de dados de pesquisa é uma estratégia importante, e ainda pouco utilizada no campo da Economia Solidária.

De posse da base de dados com as informações referentes à avaliação do PRONINC 2013, elaborou-se um primeiro ferramental utilizado na pesquisa: o instrumental de análise da base de dados de avaliação PRONINC (APÊNDICE A), utilizado para o tratamento das informações referentes às ITCPs e seus (suas) pesquisadores(as) e sobre o conhecimento produzido por eles. Esse questionário serviu para realizar uma espécie de mineração de dados e deu origem a uma grande planilha, nomeada de planilha geral²² (APÊNDICE B), com dados das ITCPs que foram contempladas com recursos da chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013, também denominada PRONINC 2013 e que passaram pelo processo de avaliação. A análise da base de dados forneceu as informações que levaram à definição dos critérios de seleção da amostra e à localização dos currículos Lattes dos(as) pesquisadores(as).

De posse dos nomes das ITCPs e dos(as) seus (suas) respectivos pesquisadores(as), seguiu-se com o levantamento de dados nos currículos Lattes dos envolvidos. Nessa etapa, identificou-se os títulos dos artigos, os nomes dos periódicos e os anos de publicação. Tais informações foram sistematizadas e subsidiaram a localização dos artigos na *web*.

Os artigos localizados foram salvos em formato que possibilitasse o acesso e indexados por ordem de publicação. Na sequência, elaborou-se o instrumental denominado ficha de análise, apresentado na seção 4.5, utilizado na análise dos 66 artigos que integraram o estudo.

Os dados e informações resultantes da análise dos artigos foram sistematizados de forma a possibilitar uma compreensão global sobre os conhecimentos científicos produzidos no âmbito das ITCPs, inclusive apontando a

²² O questionário-base foi encaminhado para 64 ITCPs. No entanto, nem todas responderam. Na base de dados disponibilizada pela equipe de coordenação constam respostas de apenas 49 ITCPs.

ausência de temas e/ou questões que importantes para o segmento da Economia Solidária e necessárias na construção de uma perspectiva contra-hegemônica.

4.5 INSTRUMENTO DE ANÁLISE

O instrumento utilizado para análise dos artigos foi desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica e do contato prévio com os dados resultantes da avaliação do PRONINC 2013. Destaca-se que o artigo intitulado “A questão do método e da metodologia: uma análise da produção acadêmica sobre professores(as) da região Centro-Oeste/Brasil”, de autoria de Solange Martins Oliveira Magalhães e Ruth Catarina Cerqueira R. de Souza, publicados em 2012, foi de grande relevância para a elaboração do ferramental denominado “ficha de análise”, apresentado na sequência.

A ficha de análise é composta por um conjunto de 10 categorias e pela descrição e/ou orientação de quais informações devem ser identificadas nos artigos analisados, conforme apresentado na sequência.

Quadro 4 – Ficha de análise

Categorias de análise	Descrição
1 – Autores	Formação: disciplinar, interdisciplinar
	Gênero
	Grau de formação
	Autores de mais de uma IES?
	Tem trabalhador de EES como autor ou coautor?
	Tem aluno (graduação ou pós) como coautor?
2- Tema	Identificar os temas que estão sendo trabalhados de forma transversal à Economia Solidária
3 – Palavras-chave	Estão relacionadas às áreas de atuação das incubadoras?
	Agricultura, reciclagem, artesanato, saúde mental
4 – Abrangência	Temática
	Espacial (nacional, regional, local)/Centro x periferia

Continua

Categorias de análise	Descrição
5 – Objetivo	Busca ou está relacionado à resolução de uma demanda local/regional/nacional?
	Contribui com a melhoria da qualidade de vida?
	Contribui com a promoção da autonomia?
	Contribui com a melhoria de produtos e processos?
	Contribui com o exercício da cidadania?
	Contribui para a melhoria da renda dos trabalhadores?
	Contribui com a preservação do meio ambiente?
	Promove ou está relacionada à incidência pública?
	Contribuiu com formulação de políticas públicas?
6 - Referencial teórico (matriz teórica)	Qual o quadro de referência empregado? Latinos? Europeus? Americanos?
	Qual a matriz teórica (crítica, política, econômica, sociologia, psicologia) e as categorias analisadas? – conceitos centrais
	Os autores utilizados seguem a mesma corrente teórica?
7 – Método	Qualitativo
	Quantitativo
	Quali/Quanti
8 – Metodologia	Pesquisa-ação
	Pesquisa-ação participante
	Estudo de caso
	Pesquisa bibliográfica
	Etnografia
	Experimental
	Documental
9 - Procedimento de coleta de dados	Entrevista
	Questionário
	Observação
	Análise de documentos/análise de conteúdo
	História de vida
	Aplicação de testes
	Outros
	Usa diferentes estratégias de comunicação com os trabalhadores? (teatro, música, multimeios...)

Continua

Categorias de análise	Descrição
10 - Conceitos pertinentes	Economia Solidária –Assistência, inclusão social, perspectiva pedagógica, modelo de desenvolvimento.
	Trabalhadores dos EES – Qual o lugar dos(das) trabalhadores(as) e dos EES na pesquisa que resultou no artigo?
	Tecnologias sociais; adequação sociotécnica ou Tecnociência
	Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico (os autores se posicionam a favor ou contra a discussão proposta?)
	Eurocentrismo e colonialidade do saber/conhecimento (Dialoga com outros saberes? Trata/valoriza o saber local, regional, nacional? Folclore? Saberes tradicionais?; Discute/envolve uma discussão na perspectiva multicultural (etnias)?.

Fonte: Autoria própria (2019).

Além da ficha de análise, utilizou-se o diário de bordo, que serviu para registrar as observações e *insights* surgidos durante a análise. Entende-se que a utilização de diferentes fontes e ferramentais contribui no processo de compreensão do objeto na sua completude.

4.6 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme mencionado em seções anteriores, realizamos uma análise descritiva interpretativa de 66 artigos, publicados no período de 2012 a 2017 por professores(as) e técnicos(as) integrantes de 15 ITCPs. Os dados e informações resultantes da pesquisa foram analisados à luz do referencial teórico consultado no decorrer da pesquisa e das observações registradas no diário de bordo utilizado pela pesquisadora para registrar observações, especialmente no período de análise individual dos artigos.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 205):

A análise dos dados é o processo de busca e de organização sistemática de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo moldados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou. A análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser aprendido, a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros.

Com base em Bogdan e Biklen (1994), elaborou-se processo de análise dos dados, conforme apresentado na sequência.

A primeira etapa da pesquisa consta da realização de um amplo levantamento bibliográfico que reuniu e possibilitou a leitura e fichamento de livros, artigos, teses, dissertações, relatórios e material audiovisual, além da elaboração de textos, constructos teóricos e ferramentais empregados na pesquisa. Foi também nesse momento da pesquisa que se obteve a base de dados que possibilitou construir uma estratégia para se chegar no corpus da pesquisa. A pesquisa bibliográfica e o contato com os dados disponíveis na base de dados levaram à elaboração do objetivo, à definição do universo, da amostra e do corpus da pesquisa, à localização e tratamento do conjunto de artigos analisados e à escolha das categorias de análise.

A segunda etapa, constitui-se da leitura integral de cada artigo e da identificação das categorias elencadas no instrumental utilizado para análise individual dos artigos. Ao final da leitura e análise dos artigos, os dados e informações referentes a cada categoria indicada na ficha de análise foram agrupados e sistematizados. Por exemplo: na categoria “autores”, os dados sobre os autores foram agrupados e sistematizados de forma a possibilitar a compreensão de quem são os(as) agentes que teorizam sobre o vasto campo interdisciplinar denominado Economia Solidária. O mesmo sucedeu com as categorias “temas pesquisados”, “objetivos dos artigos” e com todas as demais.

Na terceira etapa, tratamento dos resultados, os dados e informações referentes a cada categoria foram transcritos ou apresentados em formato adequado, seguidos de contextualização, problematização e/ou interpretação à luz da literatura consultada e do constructo elaborado sobre a produção do conhecimento na perspectiva contra-hegemônica.

A análise dos artigos possibilitou conhecer o que tem sido produzido pelos(as) pesquisadores(as) ligados às ITCPs sobre o campo Economia Solidária e temas correlatos, com que objetivo, qual a base teórico-metodológica empregada, quem são esses(as) pesquisadores(as), além de identificar, por exemplo, aspectos/elementos/características caras à perspectiva contra-hegemônica que ainda carecem de atenção, bem como destacar os avanços e conquistas das ITCPs na construção do conhecimento na perspectiva contra-hegemônica.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados apresentados e analisados no presente capítulo resultam da análise de 66 artigos produzidos e publicados em periódicos científicos por pesquisadores(as) integrantes de 15 ITCPs, já apresentadas anteriormente.

A partir da pesquisa bibliográfica, compreende-se que as ITCPs são nichos contra hegemônicos dentro de uma instituição que, apesar das mudanças que vem sofrendo, é hegemônica por essência, já que, na perspectiva da ciência moderna, é a universidade que decide o que é conhecimento e como ele deve ser produzido para ser considerado legítimo. Essa situação aponta que os(as) pesquisadores(as) convivem em um ambiente em permanente conflito e disputa – de recursos, de concepção de mundo e de perspectivas de produção do conhecimento. Suspeita-se que essa dialética reverbere no fazer das equipes que integram tais incubadoras.

Considerando que um dos fazeres das ITCPs é a produção de conhecimento, este não fica imune aos acontecimentos e ao contexto que o envolve. Pondera-se que existem inúmeros desafios para levar adiante o propósito explícito das ITCPs de superar o modelo hegemônico de produção do conhecimento, denominado ciência moderna.

Além da dialética que circunda as ITCPs, Cunha e Santos (2011, p. 45) citam as dificuldades de cunho teórico-metodológico que os estudos sobre o tema ou campo da Economia Solidária enfrentam, a começar pela sua delimitação, já que se trata de um campo interdisciplinar e que envolve termos passíveis de diferentes entendimentos, como é o caso dos termos solidariedade, autogestão e participação. Segundo as autoras, outra dificuldade enfrentada por quem se propõe a produzir conhecimento sobre o tema ou campo Economia Solidária “é o caráter ainda incipiente de fontes de dados que permitam a construção de conhecimento para além de estudos empíricos localizados” (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 45).

Tendo ciência de tais questões, decidiu-se por analisar o conhecimento produzido por pesquisadores(as) integrantes das ITCPs a fim de compreender como e se essas questões se manifestam nos estudos publicados. Para tanto, debruçamo-nos sobre um conjunto de 66 artigos, a fim de: caracterizar o conhecimento científico produzido no âmbito das ITCPs, conhecer os enfoques teóricos metodológicos do conhecimento científico produzido no âmbito das ITCPs e identificar questões críticas

relacionadas à produção do conhecimento que comprometem a capacidade de reflexão teórica sob uma perspectiva crítica nas ITCPs.

Considerando os apontamentos teóricos apresentados no capítulo 3, compreende-se que não é possível dissociar o conhecimento do contexto no qual ele foi desenvolvido – o que exige inclusive conhecer os agentes que o produzem –, já que tudo isso conflui e gera impacto no que é produzido. Pensando nisso, incluiu-se no escopo de pesquisa o levantamento de dados sobre as ITCPs onde o conhecimento analisado foi desenvolvido.

Nas páginas que se seguem serão apresentados e analisados os dados resultantes da investigação proposta.

5.1 SOBRE AS ITCPs QUE FIZERAM PARTE DA PESQUISA

As 15 incubadoras que integraram o estudo têm trajetória consolidada: quatro delas tinham mais de 20 anos de existência quando do levantamento dos dados e nove contavam entre 10 e 19 anos. As demais informaram existir há 9 anos. Trata-se de ITCPs com metodologia de incubação²³ consolidada e com um trabalho reconhecido, especialmente pelos(as) atores que constroem a Economia Solidária. Juntas, assessoram 195 Empreendimentos Econômicos Solidários, os quais contam com aproximadamente 4,5 mil trabalhadoras(es), distribuídas(os) nas cidades e na zona rural, sem contar as assessorias que prestam para o poder público e para outras entidades de apoio e de fomento (BASE DE DADOS DA AVALIAÇÃO DO PRONINC, 2016).

Segundo os dados da avaliação do PRONINC 2013, as incubadoras que fizeram parte do estudo atuam prioritariamente com EES ligados a reciclagem, agricultura, artesanato e saúde mental, nessa ordem, sendo que seis delas atuam em mais de um segmento.

²³ “Elaboração e implementação de um plano de ação devidamente articulado e construído entre todas as pessoas diretamente afetadas no processo de criação e desenvolvimento de um empreendimento de geração de trabalho e renda orientado pelas perspectivas da Educação Popular e da Economia Solidária, cujas finalidades são promover a produção e a comercialização de bens de consumo no contexto de uma estrutura administrativa autogestionada coletivamente, seguido da distribuição igualitária dos ganhos financeiros e sociais conquistados.” (CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS, 2016, não p.).

Sobre o volume de produção de conhecimento científico (livros, capítulos, artigos publicados em periódicos, TCCs, teses, dissertações, trabalhos em anais de evento, apresentações orais, prefácios e pôsteres), os dados apontam que o Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol – UFSCar) foi a ITCP que mais produziu no período de 2012 a 2017. O resultado do levantamento consta no quadro 5, apresentado na sequência.

Quadro 5 – As cinco ITCPs com maior produção científica entre 2012 e 2017

ITCP	Número de trabalhos
Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos - NuMI-EcoSol – UFSCar	207
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	123
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Da Universidade Regional de Blumenau - ITCP FURB	117
Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas - NESIC UCPEl	109
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí - ITCP UNIVALI	104

Fonte: Base de dados de avaliação do PRONINC (2016).

Sobre o conhecimento científico produzido por pesquisadores(as) integrantes do NuMI-EcoSol da UFSCar, tem-se que 63% são pôsteres e/ou trabalhos desenvolvidos para apresentação em eventos científicos, 12% são artigos publicados em periódicos científicos e 13% são trabalhos de conclusão de curso (TCCs e dissertações). É importante dizer que o NuMI-EcoSol da UFSCar é uma das poucas ITCPs que promove, entre outras atividades formativas, um curso de especialização em Gestão de Economia Solidária.

O NuMI-EcoSol também se destaca na publicação de artigos em periódicos científicos: os(as) pesquisadores(as) ligados a essa ITCP são responsáveis por 30% dos artigos analisados no presente estudo, conforme mostra o quadro 6.

Quadro 6 – ITCPs com maior número de artigos publicados em periódicos científicos no período de 2012 a 2017

ITCP	Número de artigos
Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos - NuMI-EcoSol – UFSCar	25
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ	11
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas – MG- ITCP Unifal	9
Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas - NESIC UCPel	8
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Da Universidade Regional de Blumenau - ITCP FURB	6
Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual do Paraná - ITCP UEPG	5

Fonte: Base de dados de avaliação do PRONINC (2016).

Conforme já foi mencionado, a ITCP da UFSCar se destaca por ser a maior produtora de artigos científicos entre o grupo que integrou a presente pesquisa. Esmiuçando os artigos oriundos dessa ITCP, identificou-se que eles tratavam dos seguintes temas: reciclagem, saúde mental e política pública.

Seguindo com o propósito de conhecer um pouco mais sobre as ITCPs que fizeram parte do presente estudo, os dados levantados no currículo *Lattes* dos(as) autores(as) mostraram que dos(as) 100 pesquisadores(as) que integram as 15 ITCPs, apenas 60 publicaram artigos sobre Economia Solidária ou sobre o vasto campo interdisciplinar que a compõe ou que com ela dialoga, no período de 2012 a 2017. Esses(as) 60 pesquisadores(as) figuram como autores(as) ou como um dos(as) autores(as) de 74 artigos publicados em periódicos científicos entre 2012 e 2017. No entanto, apenas 66 foram localizados na *web*, conforme apresentado no quadro 7.

Quadro 7 – Número de artigos publicados por ano

Ano	Número de artigos
2012	6
2013	9
2014	14
2015	15

Continua

Ano	Número de artigos
2016	12
2017	10
Total	66

Fonte: Autoria própria, com base em dados do Currículo Lattes dos(as) pesquisadores(as) (2021).

Pelo exposto, de 2012 para 2014 o número de artigos mais que dobrou, e os anos de 2014 e 2015 foram os que registraram o maior número de artigos publicados em periódicos por autores(as) ligados(as) às ITCPs. Ainda que não tenhamos como comprovar a existência de uma relação direta entre o PRONINC 2013 e o aumento no número de artigos publicados, é importante ressaltar que a chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013 (PRONINC 2013), publicada em 2013 e implementada a partir de 2014, apresentava entre os objetivos a produção de conhecimento relacionado à incubação e/ou assessoramento de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Informa-se também que entre 2015 e 2017 ocorreram os três maiores eventos científicos do campo da Economia Solidária: o Congresso da Rede de ITCPs, em 2015; o Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária (CONPES), também em 2015; e o Congresso do Comité Académico Procesos Cooperativos y Asociativos (PROCOAS) de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), que ocorreu em 2017.

Continuando, buscou-se saber em que periódicos os(as) pesquisadores(as) do campo da Economia Solidária têm publicado seus artigos científicos. A informação foi obtida nos currículos Lattes dos(as) respectivos(as) pesquisadores(as). O resultado foi sistematizado no quadro 8, a seguir.

Quadro 8 – Periódicos científicos em que os artigos analisados foram publicados

Revista	Área do conhecimento
Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional – FURB	Interdisciplinar
Revista de Extensão – UFFS	Interdisciplinar/Extensão
Revista da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNIRIO	Educação/Extensão
Revista Otra Economía – UNISINOS	Interdisciplinar
Revista Conexão – UEPG	Extensão/Educação

Continua

Revista	Área do conhecimento
Revista Internacional de Folkcomunicação – UEPG	Interdisciplinar
Revista Tecnologia e Sociedade – UTFPR	Interdisciplinar
Revista Mercado de Trabalho – IPEA	Ciências Sociais Aplicadas/Interdisciplinar
Cadernos Pagu – UNICAMP	Interdisciplinar/ Gênero
Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão – PUC Minas	Interdisciplinar
Revista Ciência em Extensão – UNESP	Interdisciplinar/Extensão
Revista UFG	Interdisciplinar/Extensão
Revista Interações – PUC Minas	Interdisciplinar
Experiência – Revista Científica de Extensão – UFSM	Interdisciplinar
Revista S & G – Sistemas & Gestão – UFF	Interdisciplinar
Revista SODEBRAS – UNALAR	Interdisciplinar
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional – Universidade de Taubaté (SP)	Interdisciplinar
Revista Psicologia & Sociedade – ABRAPSO	Interdisciplinar/Psicologia Social
Revista Interdisciplinar de Gestão Social – UFBA	Interdisciplinar
Cadernos EBAPE.BR – FGV	Administração/Interdisciplinar
Revista Eletrônica da Residência Social – UFBA	Interdisciplinar
Revista Locus (Anprotec) – ANPROTEC	Interdisciplinar
+E: Revista de Extensión Universitaria - Universidad Nacional del Litoral – Argentina	Extensão universitária/Construção social do conhecimento
Revista Académica PROCOAS-AUGM - Facultad de Filosofía y Letras- Universidad de Buenos Aires	Universidade, territorialidade e Economia Solidária
Caderno Zygmunt Bauman – UFM	Interdisciplinar
Revista Eletrônica de Agronegócio – FATEC	Interdisciplinar
Observatorio social sobre empresas recuperadas y autogestionadas (Osera)	Interdisciplinar
Lua Nova: Revista de Cultura e Política - Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC)	Interdisciplinar
Revista – Intercâmbio – UNIMONTES	Interdisciplinar
Revista Desenvolvimento Social – UNIMONTES	Interdisciplinar

Fonte: Autoria própria (2020).

Conforme consta no quadro acima, os periódicos nos quais os artigos analisados foram publicados são predominantemente interdisciplinares, de abrangência nacional e ligados à extensão universitária, reforçando a relação entre Economia Solidária, ITCPs e extensão universitária.

Os dados e informações apresentados até aqui ajudam a compreender um pouco mais sobre o *locus* de produção do conjunto de artigos analisados nesta pesquisa, cujos resultados serão apresentados e analisados na sequência.

A apresentação e a análise dos dados seguirão a ordem do ferramental utilizado: começarão com a apresentação dos dados sobre a categoria autor(a), seguindo com as categorias tema, palavras-chaves e abrangência temática, que permitiram conhecer os temas que têm despertado interesse entre os(as) pesquisadores(as), bem como aqueles que ainda são pouco investigados. Na sequência será apresentado um compilado de dados resultantes da análise dos objetivos, que possibilitou saber em que medida esse conhecimento pode ser considerado local e se tem como foco a resolução dos problemas da vida cotidiana dos(as) trabalhadores(as). Em seguida vem a apresentação dos dados e análise referente à matriz teórica utilizada nos artigos e, depois, a apresentação dos resultados referentes à matriz metodológica. Por fim, serão apresentados os dados e a análise de conceitos considerados importantes para a construção do conhecimento com foco na emancipação das pessoas.

5.2 QUEM SÃO OS(AS) AGENTES QUE CONSTROEM O ARCABOUÇO TEÓRICO DO CAMPO ECONOMIA SOLIDÁRIA? O QUE A ANÁLISE DE TAL CATEGORIA REVELA SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO ÂMBITO DAS ITCPs?

Buscou-se com a categoria autor(a) conhecer o grau de formação dos(as) pesquisadores(as), identificar se as ITCPs contam com equipes interdisciplinares, se existem práticas de cooperação na produção de conhecimento por autores(as) de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), analisar a questão de gênero, se os(as) trabalhadores(as) figuram como autores(as) e avaliar a participação de discentes na produção de conhecimento dentro das ITCPs.

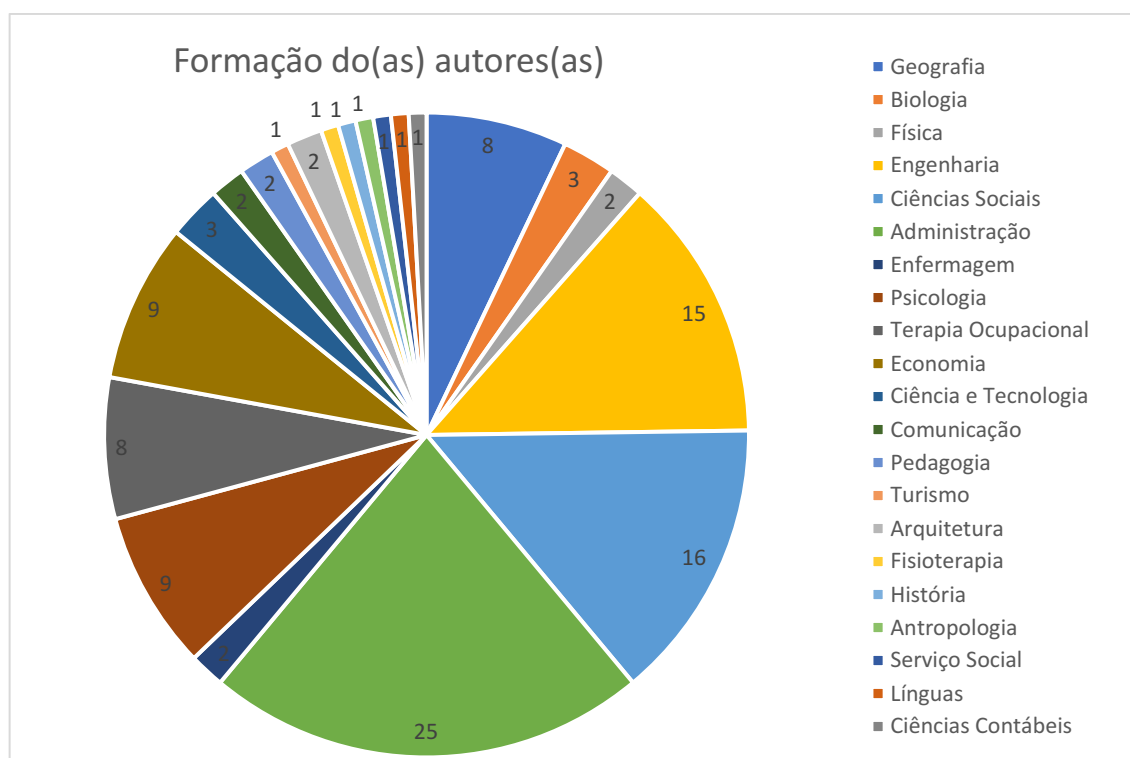
Com relação aos(às) pesquisadores(as) integrantes das ITCPs que fazem parte do presente estudo, tem-se que 94 são professores(as) e seis são técnicos(as), sendo que uma única incubadora, a ITCP Univali, informou contar com um técnico oriundo de um empreendimento incubado. Destaca-se também que 50% dos(as) professores(as) integrantes dessas ITCPs atuam em programas de pós graduação (mestrado e doutorado), o que implica em atender os indicadores da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para permanecer. No entanto, tais indicadores não condizem com a realidade das ITCPs e diferem da forma como esses(as) pesquisadores(as) vislumbram o processo de produção do conhecimento. Mora-Osejo e Fals Borda (2006), por exemplo, defende que o conhecimento seja considerado valoroso pela sua aplicabilidade, por contribuir para a resolução de problemas locais, territoriais, e não pela quantidade de *papers* que o autor publica, pelo idioma utilizado ou pelo periódico em que é publicado.

5.2.1 Área de Formação dos(as) Autores(as)

Os dados referentes à área de formação dos(as) autores(as) do conjunto de artigos analisados foram sistematizados e estão disponíveis no gráfico 1.

Gráfico 1 – Área de formação dos(as) autores(as)



Fonte: Autoria própria (2020).

Conforme apresentado no gráfico, o campo interdisciplinar denominado Economia Solidária vem sendo construído por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, com uma predominância de pesquisadores(as) formados(as) em

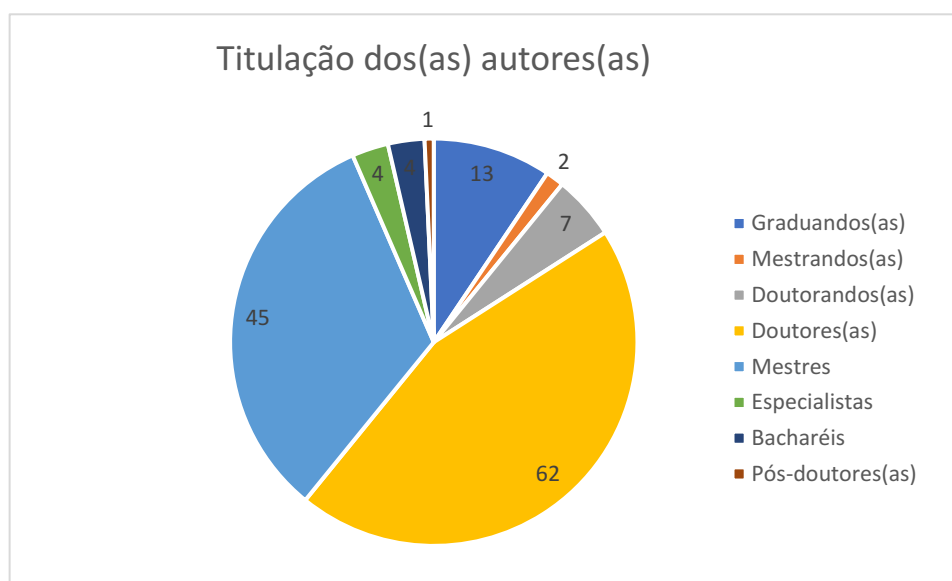
Administração, Ciências Sociais e Engenharias (elétrica, mecânica, de produção e ambiental).

Chama atenção a predominância de pesquisadores(as) advindos(as) da Administração e a presença expressiva de engenheiros(as). Sobre esse aspecto, Mance (2000) argumenta que para a Economia Solidária se constituir, de fato, como uma alternativa ao capitalismo, ela precisa contar com profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento e fomentar empreendimentos que produzam bens e serviços de acordo com a necessidade da população. Para o autor, é preciso ter EES que produzam do alimento ao eletrodoméstico, do computador ao *software*, do automóvel aos serviços de seguro e manutenção. Nesse sentido, quanto maiores o número e a diversidade de profissionais dedicados a estudar e teorizar sobre o tema, maior é a possibilidade de que a Economia Solidária avance enquanto modelo societário.

Para Gaiger (2012, p. 8), o campo da Economia Solidária está em pleno desenvolvimento; no entanto, não se trata de um campo homogêneo.

5.2.2 Grau de Formação dos Pesquisadores(as)

Com relação ao grau de formação dos(as) autores(as), os dados levantados na base de dados de avaliação do PRONINC 2013 mostram que entre eles há doutores(as), mestres, especialistas, bacharéis e discentes de graduação. Os dados apontam para a predominância de pesquisadores(as) com título de doutor(a). Os dados completos estão disponibilizados no gráfico 2.

Gráfico 2 – Titulação dos(as) autores(as)

Fonte: Autoria própria (2020).

Destaca-se o fato de, mesmo em um campo que se coloca como contra-hegemônico, e formado por pesquisadores(as) críticos(as) à ciência moderna, ainda predominarem autores(as) com títulos de doutores e mestres. É sabido que as políticas dos periódicos científicos praticamente exigem pesquisadores(as) com as referidas titulações, mas não excluem a possibilidade de ter, por exemplo, trabalhadores integrantes dos EES, alunos ou outros trabalhadores, sejam gestores públicos ou integrantes de organizações não governamentais, no grupo de autores. Sobre essa questão, considera-se que a construção de uma perspectiva contra-hegemônica envolve, entre outras coisas, a elaboração de outros indicadores e políticas de publicação científica, já que as que estão em vigor foram construídas para atender as demandas criadas pela ciência moderna, ou o modelo hegemônico de produção do conhecimento.

Ainda sobre a predominância de mestres e doutores(as) entre os(as) autores(as) dos artigos escritos no âmbito das ITCPs, Fraga (2012, p. 224) argumenta que os(as) trabalhadores(as) integrantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários, bem como os(as) estudantes, ainda têm um papel passivo dentro dessas incubadoras. Para a autora, ainda vigora uma certa “tutela” dos pesquisadores(as) sobre os empreendimentos e estudantes. Para Fraga (2012, p. 224) “os trabalhadores e trabalhadoras são vistos como sujeitos ativos politicamente, a sua mobilização e autonomia são, com frequência, estimuladas até como objetivo último da incubação”.

No entanto, no que se refere à “produção de conhecimento, finalidade última da universidade”, eles continuam passivos, ou seja, não são reconhecidos ou estimulados a se envolver, e mais, são considerados receptores ou destinatários do conhecimento desenvolvido no âmbito da universidade.

Ao analisar a presença de estudantes no grupo de autores, salta aos olhos o fato de mais de 80% das equipes das ITCPs serem compostas por bolsistas, discentes de graduação, mestrado e doutorado, e de apenas 22 estudantes figurarem entre os autores dos artigos analisados. Esses dados ratificam os escritos de Fraga (2012, p. 224), de que no âmbito das ITCPs os estudantes aparecem na “condição de aprendiz”.

5.2.3 Interdisciplinaridade

Os dados resultantes da avaliação do PRONINC 2013 apontam que 80% das ITCPs que fizeram parte do presente estudo contam com equipes interdisciplinares e multidisciplinares²⁴.

No entanto, ao se analisar os artigos escritos por autores(as) que integram essas ITCPs, constatou-se que apenas 31 – menos da metade do total – contavam com autores(as) de mais de uma área do conhecimento. Pelos resultados obtidos, entende-se que, apesar de a interdisciplinaridade ser um valor importante para o campo da Economia Solidária e de a maioria das ITCPs contarem com equipes inter e multidisciplinares, no que tange à produção de conhecimento, isso ainda é algo a ser conquistado.

5.2.4 Sobre a Cooperação na Produção de Conhecimento por Autores(as) de Diferentes Instituições de Ensino Superior (IES)

Concordando com Severino (1998) que o mais importante não é o conhecimento em si, e sim o processo de sua construção, buscou-se conhecer mais sobre os(as) autores(as) e processos de produção do conhecimento no âmbito das ITCPs. Um dos aspectos observados foi a cooperação entre pesquisadores(as); para

²⁴ “**Multidisciplinaridade** corresponde à abordagem de um mesmo assunto por várias disciplinas, sendo que cada disciplina tem como objetivo garantir o conteúdo disciplinar.[...] **Interdisciplinaridade** é o trabalho coletivo **entre** diversas disciplinas com o objetivo de desenvolver vários conteúdos ao tratar do mesmo assunto.” (QUAL A DIFERENÇA... não p.)

tanto, investigou-se se entre os artigos analisados existem publicações feitas em conjunto por autores(as) de diferentes IES.

Como resposta obteve-se que dos 66 artigos analisados, apenas 15 contam com autores(as) de mais de uma IES. Isso mostra que existem iniciativas de produção interinstituições. No entanto, um olhar mais apurado sobre essa questão revelou que, na sua maioria, os(as) autores(as) estão ligados(as) por programas de pós graduação ou por um(a) orientador(a) em comum. Dos 15 artigos, apenas um evidenciou que foi escrito a partir de uma pesquisa conduzida por uma rede de pesquisadores(as), que se articularam para realizar um levantamento sobre as fábricas recuperadas no Brasil.

Conforme consta nos capítulos 2 e 3, se no capitalismo predominam a individualidade e a disciplinaridade, na Economia Solidária, que se apresenta como uma proposta contra-hegemônica, precisa-se vislumbrar outra racionalidade, outros princípios e metodologias. Nesse sentido, acredita-se que a cooperação é um dos princípios a ser cultivado.

5.2.5 Questão de Gênero

Buscou-se identificar, dentro da categoria autores(as), se existe predominância de gênero entre aqueles(as) que produzem conhecimento sobre o campo Economia Solidária e se isso reverbera de alguma forma no conhecimento produzido.

Como resultado, obteve-se que 30% dos artigos foram escritos por mulheres, 18% por homens e 52% contam com autores(as) de ambos os gêneros. Os dados apontam para uma presença significativa de mulheres atuando na produção de conhecimento sobre o tema ou campo Economia Solidária. Apesar disso, não se percebeu, nem no conteúdo nem no formato, elementos que apontem para uma superação do machismo, considerado por Escobar (2006) como uma característica da ciência moderna, nem do patriarcado, apontado por Santos (2020) como um elemento de controle e de dominação. É importante ressaltar que no conjunto de artigos analisados não foi encontrado nenhum que trate de temas relacionados a gênero, patriarcado e feminismo.

No entanto, não é irrelevante o número de mulheres atuando nas ITCPs, inclusive desempenhando funções de coordenação. A título de informação, os dados disponíveis no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)

mostram que as mulheres representam 44% do total geral de trabalhadores(as) integrantes dos empreendimentos existentes (SIES, 2013).

5.2.6 Presença de Trabalhadores(as) dos EES no Grupo de Autores(as)

Dando continuidade à apresentação e análise dos dados, buscou-se saber se os(as) trabalhadores(as) integram o grupo de autores(as) dos artigos analisados.

O levantamento mostra que 95% dos artigos analisados não contam com trabalhadores(as) integrantes de EES entre os(as) autores(as). Nos três artigos que têm trabalhadores(as) como autores(as), isso se deu pelo fato de os(as) pesquisadores(as) terem se tornado associados(as) ou cooperados(as) dos EES como estratégia para participarem do cotidiano dos empreendimentos e terem acesso a informações importantes para suas respectivas pesquisas.

Os dados falam por si: a produção de conhecimento, mesmo no âmbito das ITCPs, ainda é uma atividade do(a) pesquisador(a) profissional.

Sobre essa questão, Fraga (2012) escreve que é preciso reconhecer que os(as) trabalhadores(as) são portadores de saberes e, como tal, devem fazer parte da construção das soluções dos problemas que os(as) afetam. A autora reitera que os(as) trabalhadores(as) têm sido vistos como sujeitos passivos no processo de incubação. “Ao que parece segue existindo, entre as incubadoras e os trabalhadores, uma visão de tutela” (FRAGA, 2012, p. 224), o que contraria a concepção de conhecimento emancipação apresentada por Boaventura de Sousa Santos.

Para Fraga (2012, p. 224), “os trabalhadores e trabalhadoras são vistos como sujeitos ativos politicamente, a sua mobilização e autonomia são, com frequência, estimuladas até como objetivo último da incubação”. No entanto, isso não acontece quando se trata da produção do conhecimento. Daí deriva a relação de tutela citada pela autora, “pois se os trabalhadores não são sujeitos ativos na produção de conhecimento, a incubação passa a ser a sua transferência e não há nada mais passivo do que ser receptor de conhecimento.” (FRAGA, 2012, p. 224).

Para além do envolvimento dos(as) pesquisadores(as) nas lutas populares, é necessário envolver os(as) trabalhadores(as) nas escolhas dos temas, das metodologias, dos objetivos, dos tipos de conhecimento, na produção, na guarda e na disseminação do conhecimento (RAHMAN; FALS BORDA, 1988, p. 39).

5.3 TEMAS

Com esta categoria buscou-se identificar os temas que vêm sendo estudados no amplo campo interdisciplinar denominado Economia Solidária, bem como identificar aqueles que fazem parte do seu escopo de reflexão, mas que vêm sendo sub explorados.

Após a coleta dos dados, percebeu-se que o ferramental utilizado apresentava três categorias que se correlacionavam e/ou se complementavam: a) tema, b) abrangência temática, e, c) palavras-chave. Depois da análise, percebeu-se que a categoria palavras-chave não acrescentava informações relevantes para o estudo. Então, optou-se por apresentar os dados referentes às categorias tema e abrangência temática em conjunto, conforme pode ser percebido no quadro a seguir.

Quadro 9 – Tema e abrangência temática dos artigos analisados

Tema	Abrangência temática
Desenvolvimento local, territorial	Geração de trabalho e renda
	Turismo de base comunitária
	Território e identidade
	ITCP
	EcoSol como estratégia para o desenvolvimento local
	Arranjo Produtivo Local (APL)
Saúde mental	Reabilitação
	Incubação em EES com usuários de saúde mental
	Políticas públicas de Economia Solidária e saúde mental
	Terapia ocupacional e saúde mental
	Caracterização das experiências de EES compostas por usuários do sistema de saúde mental
	O trabalho das ITCPs com pessoas com transtorno mental
	Atuação do profissional de saúde mental em programas de geração de trabalho e renda e Economia Solidária
	Caracterização das experiências de EES compostas por usuários do sistema de saúde mental
	População em situação de rua

Continua

Tema	Abrangência temática
Reciclagem	Política pública de reciclagem, redes de reciclagem
	Cadeias produtivas de resíduos
	Redes de catadores
	Tecnologia Social
	Cooperativas de catadores na cadeia produtiva dos materiais recicláveis
	Reciclagem – o micro tema é como o trabalhador da reciclagem se percebe
	Movimento nacional de catadores
Inovação social	Atuação das Incubadoras de Economia Solidária, metodologia de incubação como Tecnologia Social
Educação	Extensão universitária
	Pedagogia da cooperação
	Atuação da ITCP
	Educação para a autogestão
	Educação para a cultura do trabalho cooperativo e solidário
Fábrica recuperada	Fábricas recuperadas no Brasil
	Flasko
	Sentido do trabalho em uma fábrica recuperada
Cooperativismo	Cultura nas organizações (cooperativas)
	Produção bibliográfica sobre cooperativismos
	Capital social
Psicologia	Autogestão e formação de subjetividade
	Subjetividade
	Psicologia Social
Política pública	Reforma agrária
	Intersectorialidade/transversalidade da política de EcoSol
	Agricultura familiar
	Políticas públicas de EcoSol
	PRONINC
	Formação de rede para implementação de políticas públicas, atuação das ITCPs
Mundo do trabalho	Valor do trabalho
	Juventude
	Trabalho e emprego
Agricultura	Programa de formação em agroecologia
MST	Agroindústria
	Movimento social
Bem-viver	Modelos alternativos de desenvolvimento
Espaços coletivos de trabalho	Arquitetura/espaço de trabalho

Continua

Tema	Abrangência temática
ITCPs	O papel das ITCPs
	Metodologia
Arte e cultura	Cinema latino-americano Cultura local
Banco comunitário	Publicação acadêmica sobre o tema
Sustentabilidade	Consumo sustentável
Comércio justo	Segurança alimentar
	Feiras solidárias
Empreendedorismo	Universidade e empreendedorismo
Ciência, Tecnologia e Sociedade	Tecnologia Social na UFRN
	Tecnologia Social
Conhecimento	Saber local

Fonte: Autoria própria (2020).

O resultado obtido vai ao encontro do que escreveram Della Vechia et al. (2011, p. 131-132) e Gaiger (2012): o campo da Economia Solidária é amplo e diverso, e o quadro acima retrata fato. Entretanto, esse resultado não configura novidade; os temas são conhecidos e recorrentes nos eventos científicos, nas plenárias e conferências de Economia Solidária, bem como na bibliografia disponível sobre o campo.

Porém, uma análise mais minuciosa dos resultados levou a algumas reflexões sobre aspectos pouco explorados nesse campo. Um exemplo é o debate proposto no artigo intitulado “Espaços coletivos de trabalho”, de autoria de Viviane Zerlotini da Silva (2014). A autora questiona o relativo consenso existente na literatura sobre as bases conceituais da Economia Solidária, que atribui sua origem ao movimento cooperativista europeu, protagonizado por industriais, ou seja, patrões. Ela tece críticas à dimensão produtivista que tomou conta do conceito de Economia Solidária e que é sustentada pela ideia de geração de trabalho e renda. Para Silva, faria mais sentido mencionar a contribuição da cultura e do modo de se organizar dos povos tradicionais e dos povos africanos escravizados, que como ato de resistência se organizaram em quilombos e estabeleceram práticas coletivas de cuidados, de trabalho e de subsistência, bem como as lutas e revoltas locais, tais como Guerra de Canudos, Revoltas do Contestado e de Juazeiro e mesmo o cangaço, que, apesar do aspecto messiânico, eram antissistema. Para Silva (2014, p. 247), assim como a Economia Solidária, “as práticas populares de busca de soluções, no cotidiano, para

as questões de sobrevivência” também apresentam uma dimensão política, “pois surgem na tentativa de se emancipar do capital”, que se mostra inapto para gerar empregos e renda digna para todos(as) os(as) trabalhadores(as).

Registra-se que um tema que perpassa boa parte dos artigos analisados é trabalho. No entanto, a concepção de trabalho presente nos artigos não está relacionada, necessariamente, a geração de trabalho e renda – aponta mais para a centralidade do trabalho na vida das pessoas ou para o significado do trabalho para diferentes grupos sociais. Pelo que se percebeu, o trabalho na perspectiva da Economia Solidária segue o entendimento marxista, referindo-se ao modo como o ser humano produz a sua existência, o que compreende o processo de planejamento, tomada de decisão e transformação. Mauricio Maas, pesquisador do CNPQ, em entrevista para o vídeo “ A prática da autogestão” diz que, na Economia Solidária é possível unir o motivo e o sentido do trabalho e pensar o trabalho como uma atividade transformadora do mundo no sentido daquilo em que se acredita(CNPQ, 2008).

Quanto ao tema políticas públicas, observa-se que, apesar de as ITCPs atuarem em âmbito local e regional, quase a totalidade dos artigos que trata desse tema refere-se a políticas públicas de âmbito nacional. Na minha experiência no trabalho com políticas públicas relacionadas à Economia Solidária observei que do ponto de vista da subsistência, essas são importantes; mas da forma como têm sido concebidas e implementadas, limitam e enquadram os(as) trabalhadores(as) e empreendimentos em um formato com viés produtivista, tirando dos empreendimentos a liberdade, a possibilidade de autogestão plena, e minando o aspecto transgressor ou de resistência que a Economia Solidária representa. Além disso, em muitos casos, a dinâmica estabelecida pela política pública reforça as relações de poder dentro dos EES.

O fato é que existem muitas críticas às políticas públicas de Economia Solidária, por apresentarem viés assistencialista, ou por criarem uma relação de assalariamento – como é o caso daquelas relacionadas ao segmento de reciclagem – , por não promoverem a autonomia dos(as) trabalhadores(as), ou ainda por se confundirem com políticas públicas voltadas para o empreendedorismo, que tem outras bases, outros problemas, outras características e outras perspectivas. As questões relacionadas à base legal (legislação), também denominada pelo movimento de Economia Solidária de ambiente institucional, perduram desde a primeira

Conferência Nacional de Economia Solidária. Por ser considerado de suma importância para o avanço do movimento, esse foi eleito como um dos eixos prioritários do Plano Nacional de Economia Solidária. Faz-se urgente a criação de um marco legal aderente ao ideário da Economia Solidária, e nesse sentido fazem falta pesquisadores(as) do campo do Direito que se proponham a promover reflexão teórica sobre o tema.

Continuando, informa-se que os ITCPs e incubação foram identificados em 30% dos artigos analisados. Apesar de não caracterizar novidade, é importante que esses temas sejam recorrente, pois mostra que os(as) pesquisadores(as) têm se dedicado, em alguma medida, a sistematizar e a refletir sobre suas práticas ou seu cotidiano.

Seguindo com a análise, percebeu-se que enquanto alguns temas são recorrentes, outros são subexplorados, embora sejam relevantes para o campo da Economia Solidária; é o caso do tema sustentabilidade. Esse é um dos princípios orientadores do movimento de Economia Solidária, foi amplamente discutido na V Plenária Nacional de Economia Solidária e tem ganho cada vez mais relevância social; no entanto, passou quase despercebido entre os artigos analisados. Outro assunto que aparece timidamente nos artigos analisados são: finanças solidária, crédito, Tecnologia Social e Inovação Social; ainda que muitos casos relatados apresentem características que remetem a uma tecnologia social, os autores(as) não os conceituam como tal.

Constatou-se também que, apesar da presença significativa de mulheres na Economia Solidária, não foram localizadas nos artigos analisados reflexões teóricas envolvendo questões de gênero, machismo ou patriarcado. Outros temas que, acredita-se, deveriam ser de interesse do campo da Economia Solidária e não foram identificados no conjunto de artigos analisados são: questões raciais, diálogo com movimentos sociais e artesanato.

Sobre a inexistência de artigos que tratem sobre o tema artesanato, é importante ressaltar que 47% das ITCPs assessoram EES que produzem artesanato ou trabalhos manuais, ou seja, trata-se de um segmento significativo para as incubadoras. No entanto, o tema não é tratado nem na perspectiva da geração de trabalho e renda, nem como resistência cultural. Entendendo que na perspectiva contra-hegemônica o conhecimento é produzido a partir da materialidade da vida ou

do cotidiano, talvez o tema artesanato deveria figurar entre os temas de interesse de pesquisa dentro das ITCPs.

Sobre a aproximação teórico-metodológica, ou diálogo, entre Economia Solidária e outros movimentos sociais, foram identificados três casos, que se referiam à luta antimanicomial, ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sentiu-se falta, por exemplo, de artigos que estabelecessem diálogo com o movimento pela moradia, ou sem teto, Marcha das Margaridas e/ou outros coletivos femininos, movimento de software livre, movimento LGBTQIA+, movimento negro, movimento nacional dos estudantes, entre outros coletivos que têm pautas em comum, e, principalmente, que se caracterizam como movimentos de resistência ao capital.

Entretanto, mesmo sabendo dos desafios vivenciados por pesquisadores(as) do tema ou campo da Economia Solidária que impactam e limitam a produção teórica e o reconhecimento do trabalho desenvolvido no âmbito das ITCPs, concorda-se com Della Vechia et al. (2011, p. 132-133) no sentido de que “a maior parte da produção e do debate teórico, que se processa no interior da Rede de ITCPs” e, portanto, das ITCPs, se dá a partir de

[...] experiências muito concretas, levadas a cabo por comunidades e incubadoras, na busca de alternativas eficazes para seus problemas efetivos. Surge daí a reflexão sobre experiências de desenvolvimento territorial, moeda social, redes de troca ou de comercialização, finanças solidárias e outras, bem como de experiências relacionadas a produtos e processos produtivos socialmente adequados nas mais diversas áreas de negócios em que atuam os empreendimentos atendidos pelas incubadoras. (DELLA VECHIA et al., 2011, p.132-133)

As constatações de Della Vechia et al. (2011) se confirmam no quadro 10, o qual apresenta o resultado da análise dos temas dos artigos publicados por cada incubadora²⁵, em relação ao segmento de atuação da ITCP.

Quadro 10 – Segmento de atuação das ITCPs x temas pesquisados

Incubadora	Área de predominância	Tema e subtema dos artigos
1	Saúde mental e artesanato	Saúde mental, Psicologia Social, consumo sustentável, empreendedorismo

Continua

²⁵ Entenda-se por pesquisadores que integram cada ITCP.

Incubadora	Área de predominância	Tema e subtema dos artigos
2	Reciclagem e artesanato	Incidência política e política pública
3	Reciclagem	Análise de conjuntura, crise política
4	Reciclagem, agricultura artesanato	Desenvolvimento local, geração de trabalho e renda, MST, APL, turismo rural, bem-viver, modelo de desenvolvimento, agricultura familiar, políticas públicas, DRP (diagnóstico participativo), segurança alimentar
5	Agricultura	Turismo de base comunitária
6	Agricultura e artesanato	Fábricas recuperadas, Tecnologia Social. Reforma agrária, agroindústria
7	Reciclagem	Espaços coletivos de trabalho
8	Reciclagem	ITCP, reciclagem
9	Artesanato e saúde mental	ITCP, desenvolvimento local, reciclagem, feira livre, comércio justo e solidário
10	Artesanato	Trabalho, política de fortalecimento de agricultura familiar, educação para a autogestão, autogestão em EES, mundo do trabalho, ITCP, desenvolvimento local, cinema latino-americano, apresentação de um EES, fábricas recuperadas
11	Agricultura e artesanato	Cooperativismo, política pública de Economia Solidária
12	Reciclagem	Cooperativismo
13	Não informou	Saúde mental, EES, questão fundiária no Brasil, trabalho, Tecnologia Social, política pública para o trabalho autogestionário, papel da ITCP, Economia Solidária e terapia ocupacional, bancos comunitários, desenvolvimento local, ITCP e incubação, reciclagem, movimento social, campesinato, saber científico e saber local. Marx como referencial para análise de relações entre ciência, tecnologia e sociedade.
14	Agricultura e reciclagem	EES, ITCP, educação, PRONINC, autogestão, autoimagem do catador de recicláveis, educação
15	Agricultura	Agricultura e cooperativismo

Fonte: Autoria própria (2020).

Tendo em vista os temas e os subtemas identificados, acredita-se que o conhecimento produzido no âmbito das ITCPs mantém uma relação com o seu cotidiano ou com o dos EES

assessorados, o que é interessante, por mostrar que os(as) pesquisadores(as) estão, em alguma medida, comprometidos em produzir conhecimento a partir da materialidade da vida das pessoas com quem se relacionam.

O resultado obtido com a pesquisa vai ao encontro do que defendia Mora-Osejo e Fals Borda. Na perspectiva do autor (2006, p. 715), precisa-se urgentemente “construir paradigmas endógenos enraizados nas próprias circunstâncias, que reflitam a complexa realidade que temos e vivemos”.

5.4 ABRANGÊNCIA

Com essa categoria buscou-se levantar informações sobre a abrangência temática e geográfica do conhecimento produzido no âmbito das ITCPs. A abrangência temática já foi apresentada; portanto, agora serão expostos os dados relativos à abrangência geográfica dos projetos de pesquisa que deram origem aos artigos analisados. O resultado obtido foi sistematizado e disponibilizado no quadro 11.

Quadro 11 – Abrangência geográfica dos estudos

América Latina	6%
Nacional	29,5%
Regional	31%
Local	33,5%

Fonte: autora (2020).

Pelo exposto, pode-se concluir que o conhecimento produzido no âmbito das ITCPs é desenvolvido com base nos problemas locais, entendendo o local como: Latino, nacional, regional, estadual, municipal ou territorial. Nunes (2006) argumenta que todo conhecimento local é também total. Para o autor:

A convergência de disciplinas ou áreas do saber em projetos que procuram dar resposta a problemas sociais, de desenvolvimento de tecnologias apropriadas a formas de vida sustentáveis, de saúde ou ambientais identificados no plano local encontra expressão, hoje, numa diversidade de experiências cuja riqueza está ainda, em grande parte, por inventariar [...] Os critérios de avaliação desses conhecimentos passam, não pela confrontação com padrões universais, idealizados, do que é a “boa ciência”, mas por critérios situados, que procuram interrogar o “como” e o “para que” da

produção do conhecimento, isto é, a relação entre o trabalho de construção de conhecimentos e as suas consequências ou efeitos. (NUNES, 2006, p. 70-71)

Corroborando Nunes (2006), Mora-Osejo e Fals Borda (2006, p. 718) escrevem que o foco na “resolução de conflitos sociais” e ambientais precisa pautar as “políticas científicas e culturais dos nossos países”, referindo-se aos países da América Latina. Para Borda, os(as) pesquisadores(as) latinos(as) precisam usar o que têm (experiência, saberes e recursos) para potencializar a interação entre diferentes tipos de conhecimento, valorizando a história, os aspectos geográficos, os recursos disponíveis “de tal modo que daí resultem valores partilhados, geradores de solidariedade e fortalecedores da nossa identidade cultural” e assim, superar a cultura eurocêntrica que nos foi imposta. (MORA-OSEJO; FALS BORDA, 2006, p. 718)

Ainda sobre a produção de conhecimento com base na realidade local, Mora-Osejo e Borda (2006, p. 715) dizem que “o conhecimento das realidades locais torna-se tanto mais rico e útil quanto mais se relaciona com a compreensão e a autoridade da vivência pessoal”. Assim, não há motivos para que os(as) pesquisadores(as) tenham o envolvimento ou o uso de diferentes sentidos para observar e interagir com as comunidades ou com a população envolvida na pesquisa, já que essa interação (entre “autoridade científica” e intuição) coloca os acadêmicos em contato com a vida real, com o meio e seus problemas, e pode ser fonte de importantes inovações sociais (MORA-OSEJO; FALS BORDA, 2006)

Mora-Osejo e Fals Borda (2006) defendem que o caminho para superação do eurocentrismo e da colonialidade do saber é o desenvolvimento de um conhecimento endógeno, ou seja, produzido a partir da interação de diferentes atores e com foco na resolução dos problemas locais.

5.5 OBJETIVOS

Buscou-se com essa categoria conhecer os objetivos dos artigos produzidos no âmbito das ITCPs, bem como identificar aspectos que possam contribuir para a compreensão do conhecimento construído na esfera dessas incubadoras na sua totalidade.

Para coleta e análise dos dados referentes aos objetivos dos artigos, foi elaborado um conjunto de critérios, construídos a partir da vivência da pesquisadora e da pesquisa bibliográfica realizada durante o desenvolvimento do presente estudo.

Os dados resultantes foram sistematizados e disponibilizados no quadro 12:

Quadro 12 – Objetivos dos artigos analisados

Critério	%
Busca ou está relacionado à resolução de uma demanda local/regional/nacional	91%
Contribui para a melhoria na qualidade de vida	41%
Contribui para a promoção da autonomia	35%
Contribui para a melhoria de produtos e processos	30%
Contribui para o exercício da cidadania	45%
Contribui para a melhoria da renda dos trabalhadores	32%
Contribui para a preservação do meio ambiente	24%
Promove ou está relacionado à incidência pública	49%
Contribui para formulação e implementação de políticas públicas	45%

Fonte: Autoria própria (2021).

É fato que se trata de uma análise subjetiva, pois foi realizada a partir da leitura e interpretação dos textos. E interpretação é sempre subjetiva, envolve filtros que vão sendo incorporados ao longo da história de vida de todo ser humano.

Pelo exposto, quase a totalidade dos artigos analisados apresenta objetivos relacionados a questões locais, regionais, nacionais. Ficou evidente que, conforme consta na seção 5.4, o conhecimento científico produzido por pesquisadores(as) ligados(as) às ITCPs tem relação com a materialidade da vida das pessoas assessoradas pelas equipes das incubadoras. No entanto, ao esmiuçarmos os objetivos, algumas questões chamaram atenção. A primeira refere-se ao pouco interesse dos(as) pesquisadores(as) pelo tema meio ambiente. Conforme consta no quadro 11, considerando os objetivos dos artigos analisados, esse é o tema menos citado – mesmo considerando aqueles que tratam sobre reciclagem. Tal informação vai ao encontro do que já havia sido mencionado na análise dos temas de interesse dos(as) pesquisadores(as), que mostrou que a sustentabilidade não figura entre os temas pesquisados. Entende-se que a construção de um modelo societário que se oponha ao capitalismo – que é predatório, extrativista e coloca em risco a vida humana

– precisa ter no seu âmago a preocupação com a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Chama atenção também o fato da alternativa: melhoria de produtos e processos e geração de trabalho e renda não figurarem entre os principais objetivos de pesquisa, já que, conforme mencionado no capítulo 2, existe um certo consenso na literatura que a Economia Solidária se refere a uma estratégia para organização dos(as) trabalhadores(as) para geração de trabalho e renda.

Ao que parece, a produção de conhecimento no âmbito das ITCPs não acompanha o ritmo do debate e das decisões tomadas em conferências e plenárias de Economia Solidária, nas quais predomina o debate sobre questões práticas, cotidianas, relacionadas à subsistência, tais como a organização da produção, o escoamento ou comercialização, o financiamento da produção, a aprovação de uma legislação aderente à realidade dos EES, além, é claro, do debate sobre educação para a prática da autogestão. O Plano Nacional de Economia Solidária, aprovado em 2015, por exemplo, enfatiza a necessidade de promover a melhoria de processos e a geração de trabalho e renda, temas que não têm despertado tanto interesse de pesquisa entre as ITCPs que fizeram parte do grupo estudado.

O tema geração de trabalho e renda é um desafio que precisa ser enfrentado, não só, mas também, pelo campo da Economia Solidária. Parte considerável das críticas feitas à Economia Solidária está relacionada a esse aspecto, seja porque consideram que existe precarização do trabalho – ou ainda os baixos rendimentos obtidos pelos(as) trabalhadores(as) dos EES –, seja por compreenderem que a Economia Solidária promove trabalho e renda com vistas ao consumo, ou seja, alimenta/sustenta o capitalismo.

Sobre essa questão, Fraga (2012, p. 183) destaca as possíveis dificuldades enfrentadas pelos EES. Para a autora,

[...] as dificuldades que enfrentam os grupos populares podem ter relação com o desconhecimento de técnicas de organização e planejamento, mas, sem sombra de dúvidas, enfrentam outras dificuldades fundantes em relação à falta de direitos básicos, inclusive ao de uma educação pública e de qualidade. Geralmente, são as mesmas pessoas que não têm acesso à moradia digna, serviço de saúde, transporte público entre tantas outras carências. Com isso, o dia a dia de um grupo popular é não apenas gerar o seu sustento, mas também, lidar individualmente ou coletivamente com essas carências.

O fato é que a geração de trabalho e renda envolve muitos fatores, entre os quais a falta de investimentos. Para se ter uma ideia, os dados resultantes do último mapeamento de EES, coletados entre 2010 e 2013 e disponibilizados no SIES, mostram que 68% dos EES não tinham feito qualquer investimento no empreendimento no seu último ano de existência.

As condições materiais da vida dessas pessoas que integram os EES lhes colocam no lugar de produzir para subsistir. Questões como acesso a crédito, indisponibilidade de tecnologia, o desamparo legal e a carência ou falta de apoio técnico ou assessoramento são fatores que impactam diretamente na geração de trabalho e renda. A título de informação, os dados do mapeamento realizado entre 2010 e 2013 e disponibilizado no SIES mostram que 70% dos EES têm necessidade de financiamento e somente 11% dos respondentes tiveram acesso a crédito nos meses anteriores ao levantamento. No que diz respeito à tecnologia, os dados do SIES apontam que 54% do EES não possuíam computador e 58% não tinham acesso à internet. Esses dados podem ter se alterado desde então, mas não existe evidência de mudanças estruturais.

Sobre o apoio técnico, assessoria e capacitação para os(as) trabalhadores(as) integrantes dos EES, os dados do SIES apresentam um panorama do que tem sido feito e apontam as áreas em que os EES mais precisam de apoio, assessoria ou capacitação, conforme mostra o quadro 13.

Quadro 13 – Áreas em que os EES requerem apoio

Tipo de apoio/ assessoria/capacitação	% dos respondentes que citaram cada item
Assistência técnica e/ou gerencial	38%
Qualificação profissional, técnica, gerencial	36%
Formação sociopolítica (autogestão, cooperativismo, Economia Solidária)	21%
Assistência jurídica	7%
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	7%
Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica	10%
Assessoria na constituição, formalização ou registro	10%
Elaboração de projetos	16%
Incubação	3%

Fonte: Autoria própria, com base nos dados do SIES 2010-2013 (2021).

Os dados do SIES foram coletados entre 2010 e 2013. No entanto, os retrocessos ocorridos nos últimos anos nas políticas públicas levam a crer que, proporcionalmente, eles não devem ter se alterado, com exceção do número de EES incubados, que saltou de 600 em 2013²⁶ para 900 em 2016²⁷, segundo os dados de avaliação do PRONINC 2013.

O avanço tecnológico, as novas configurações de trabalho – como por exemplo a uberização – e mais recentemente o contexto pandêmico contribuem cada vez mais para o aumento no número de pessoas desempregadas. Some-se a isso a falta de políticas públicas aderentes à realidade social, tudo isso interferindo na geração de trabalho e renda.

As informações obtidas com a análise dos objetivos ratificaram os resultados alcançados com a análise da categoria tema. Eles mostram que poucos artigos se dedicam a estudar tecnologias sociais; o tema juventude praticamente não aparece e não se fala sobre as metodologias de produção de conhecimento.

Acredita-se que as ITCPs podem contribuir não só com a discussão de cunho sociológico e epistemológico, mas também com o desenvolvimento de processos, técnicas, métodos, artefatos (tecnologias sociais) que contribuam para melhorar os processos e os produtos, colaborando assim com a melhoria nos rendimentos dos trabalhadores, bem como com a promoção da sua qualidade de vida.

Para Culti e Zacarias (2018, p. 117), os meios e formas de produção estão em constante modificação ou modernização; cada vez mais diminuem os postos de emprego e aumenta o número de pessoas socialmente excluídas. A elas restam o trabalho informal, a criação de pequenos empreendimentos, a organização coletiva de trabalhadores ou a criação de Empreendimentos Econômicos Solidários. Nesse sentido, é de extrema importância contar com as universidades para desenvolver uma plataforma científica e tecnológica voltada para os problemas relacionados à materialidade da vida das pessoas, em especial daquelas que, por conta da globalização e do avanço tecnológico, perderam seus empregos e estão largadas à própria sorte.

²⁶ Dados do segundo mapeamento de Economia Solidária, que ocorreu entre 2010 e 2013, e estão disponíveis em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>

²⁷ Dados da avaliação do PRONINC 2013, levantados em 2016 e publicados em 2017. Estão disponíveis no Relatório de Avaliação PRONINC 2017. (ADDOR e MENAFRA, 2017).

Sobre a necessidade de construção de uma plataforma científica e tecnológica com foco nos problemas sociais, desde 2010 Dagnino defende que as universidades direcionem seus esforços de produção de conhecimento para construir uma plataforma científica e tecnológica alinhada aos princípios e valores da Economia Solidária, bem como para apoiar iniciativas populares, e com isso contribuir para a produção do conhecimento sob a perspectiva contra-hegemônica. Corroborando, Mora-Osejo e Fals Borda (2006, p. 713), é urgente que os cientistas latinos ampliem seu modo de agir, ou a forma de realizar pesquisa, a fim de desenvolver conhecimentos que possibilitem que os(as) trabalhadoras(es) façam uso dos “recursos de forma sustentável”. De acordo com os autores (2006), além da produção do conhecimento com foco nos problemas locais, é preciso pensar estratégias de disseminação desse conhecimento, de forma a contribuir para que ele chegue para todos(as) que dele precisarem.

Ainda sobre essa pretensa plataforma científica e tecnológica voltada à solução de problemas locais, ou constituída a partir da perspectiva contra-hegemônica, Mora-Osejo e Fals Borda (2006, p. 719) defendem que não se deve desvincular o conhecimento das questões próprias do território ou da região onde ele foi desenvolvido, tampouco reproduzir modelos e/ou versões desenvolvidos em “contextos estrangeiros”.

Apesar das constatações apresentadas anteriormente, os dados obtidos reforçam a ideia de que a Economia Solidária, da forma como vem sendo construída, não se refere apenas à dimensão econômica. Analisando literalmente os objetivos dos artigos, eles revelam uma preocupação com a qualidade de vida dos(as) trabalhadores(as) que integram os EES ou com a busca da promoção da qualidade de vida dos(as) trabalhadores(as) assessorados(as) e com o exercício da cidadania, que está relacionado a uma efetiva participação das pessoas na sociedade, bem como com a defesa e garantia de seus direitos.

5.6 MATRIZ TEÓRICA

Com esta categoria buscou-se identificar as áreas que têm contribuído na construção do conhecimento no vasto campo interdisciplinar que compreende a Economia Solidária – ou seja, em que fontes os(as) pesquisadores(as) que integram

as ITCPs têm se pautado para produzir conhecimento científico. Buscou-se identificar quem são os(as) autores(as) que servem de referência para o campo Economia Solidária. São brasileiros(as)? Latinos(as)? Europeus (ias)? Americanos(as)? Africanos(as)? Asiáticos(as)? Os(as) autores(as) utilizados(as) seguem a mesma corrente teórica? Existe uma convergência nesse sentido? Apontam para uma superação da colonialidade e do eurocentrismo?

O levantamento dos dados referentes à categoria matriz teórica foi realizado a partir da identificação das referências dos 66 artigos analisados. Para tanto, foi elaborada uma planilha com todas as referências presentes nos 66 artigos e, posteriormente os dados foram tratados e organizados, conforme disponível no apêndice C.

O ranking com os 10 autores(a) mais referenciados(a) nos artigos analisados está no quadro 14.

Quadro 14 – Autores mais citados nos artigos analisados

Autor(a)	Quantos artigos o(a) citam
SINGER, PAUL	52
BRASIL (MTE, IPEA, IBGE, SENAES, CNPq, MEC)	39
GAIGER, LUIS INÁCIO	18
FRANÇA FILHO, G. C.	14
LAVILLE, JEAN-LOUIS	14
ANTUNES, RICARDO	13
SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA	12
ZANIN, MARIA	12
KARL, MARX	11
MANCE, EUCLIDES ANDRÉ	10

Fonte: Autoria própria (2021).

Pelo exposto, entre os dez autores que aparecem com mais frequência nos artigos analisados, quatro são europeus: Singer, Laville, Santos e Marx.

Singer é o expoente da Economia Solidária no Brasil. Assim, conhecer e refletir sobre sua trajetória de vida nos ajuda, de certa forma, a compreender os rumos teóricos que esse campo tomou no país. As influências teóricas de Singer, assim como dos outros autores situados entre os mais utilizados nas publicações sobre Economia Solidária, são europeias e isso tem influência sobre a concepção teórica de Economia Solidária que se consolidou no Brasil.

Ainda que Singer, nascido em Viena, tenha se mudado para o Brasil quando criança, ele carrega consigo as marcas da sua experiência de vida. Conforme lembra Harding (1993), o processo de produção do conhecimento é impactado pela subjetividade do(a) autor(a), por sua etnia, gênero, classe social, história de vida. Assim, as reflexões teóricas produzidas por Singer refletem tanto as suas experiências europeias – incluindo a perseguição nazista sofrida pela família, que motivou a migração para o Brasil, e a sua participação no movimento de cunho kibutziano, que, segundo pesquisa na Wikipédia²⁸, refere-se a “uma forma de coletividade comunitária israelita” – quanto o seu envolvimento com o movimento sindicalista brasileiro, também fortemente influenciado pelas lutas dos operários europeus, e com o movimento político partidário contrário à ditadura.

Com relação ao sociólogo francês Jean-Louis Laville, um dos expoentes da Economia Solidária no mundo, é pesquisador do Laboratório Interdisciplinar de Sociologia e Economia – LISE (CNRS-CNAM) em Paris e coordenador do Instituto de Política Econômica Karl Polanyi. Laville é autor de diversos livros e artigos, sendo muitos deles em coautoria com autores brasileiros como Luiz Inacio Gaiger e Genauto de França Filho. É também um conferencista renomado, com frequência assídua nos principais congressos que tratam sobre a temática Economia Solidária (IPEA, 2019).

O terceiro autor europeu citado com frequência nos artigos analisados é o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Segundo nota bibliográfica²⁹ disponível no site do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, ele é doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale, professor da Faculdade de Economia na Universidade de Coimbra e foi professor visitante de universidades em vários países. Coordenou o projeto de pesquisa “ALICE – Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências

²⁸ KIBUTZ. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Kibutz_. Acesso em: maio 2021

²⁹ Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/cv-e-nota-biografica.php>. Acesso em: 16 ago. 2021.

o mundo”. Suas obras – disponíveis em espanhol, inglês, italiano, francês, alemão, chinês, romeno, dinamarquês e polaco – versam sobre as áreas: Sociologia do Direito, Sociologia Política, epistemologia, estudos pós-coloniais, e sobre os temas dos movimentos sociais, globalização, democracia participativa, reforma do Estado e direitos humanos.

Fecha a lista dos autores europeus mais citados nos artigos analisados o filósofo, sociólogo, historiador, economista e jornalista alemão Karl Marx. Também conhecido como o filósofo revolucionário socialista alemão, Marx nasceu na Prússia, Alemanha, em 1818 e viveu até 1883 (FRAZÃO, 2021). Suas obras – entre as quais a mais conhecida e citada é *O capital* – são de suma importância para a compreensão atual do trabalho e sua inter-relação com o capital, além de serem a base da doutrina comunista e da crítica ao capitalismo. Suas ideias exerceram, e continuam exercendo, “influência em várias áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Política, Direito e Economia” (FRAZÃO, 2021, não p.), incluindo a Economia Solidária.

Uma vez apresentados os autores europeus que mais influenciam a produção do conhecimento no campo da Economia Solidária, seguir-se-á com a apresentação dos seis autores(as) brasileiros(as) que completam o bloco dos(a) dez mais citados no conjunto de artigos analisados na presente pesquisa.

Para começar, destaca-se a importância das fontes institucionais brasileiras – como o extinto Ministério do Trabalho e a extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – para a produção de conhecimento no campo da Economia Solidária. Com a extinção do Ministério do Trabalho e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, perdeu-se, além da estrutura para execução de políticas públicas da área, o que não é pouco, uma importante fonte de informação sobre o tema. Há risco inclusive de se perder os dados já coletados, como por exemplo a base de dados do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, que dispõe de informações primárias que poderiam subsidiar políticas públicas de âmbito nacional, estadual e municipal. Sobre esse aspecto, Fals Borda (1976) ressalta a importância das estruturas políticas para a produção do conhecimento. Nas palavras do autor, tais estruturas podem contribuir tanto para o avanço quanto para o retrocesso da ciência, bem como de áreas específicas do conhecimento. O posicionamento político dos governantes reflete na produção do conhecimento e/ou na sua validação.

Seguindo com a apresentação, entre os autores(a) brasileiros(as) que mais influenciam na produção do conhecimento no campo da Economia Solidária encontra-se Luiz Inacio Germany Gaiger. Segundo consta no currículo Lattes do referido autor³⁰, ele é graduado em História, mestre e doutor em Sociologia pela Université Catholique de Louvain, e professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É membro do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (EcoSol) e coordenador da Rede de Pesquisadores Latino-americanos em Economia Social e Solidária (RILESS), além de ser um dos diretores da Revista *Otra Economía*, um dos periódicos mais importantes para o campo da Economia Solidária no mundo. Seu trabalho é amplamente reconhecido, inclusive pelo CNPq, do qual é bolsista de produtividade desde o ano 2000. Para Fraga (2012, p. 45) Gaiger é um dos autores brasileiros “que mais avançou na proposição de uma agenda de pesquisa sobre economia solidária que dialogue com outros referenciais teóricos e vá além dos estudos isolados”.

Outro expoente no campo da Economia Solidária é o professor doutor Genauto Carvalho de França Filho³¹. Segundo informações disponíveis no currículo Lattes, ele é graduado e mestre em Administração e doutor em Sociologia pela *Université* de Paris VII, é professor titular da Universidade Federal da Bahia e pesquisador CNPq. Seu campo de atuação e pesquisa é o de Estudos Organizacionais, dedicando-se especialmente “Economia Solidária, Associativismo, Terceiro Setor, Economia Popular e Novas formas de solidariedade”.

Genauto, como é conhecido, foi o responsável pela implementação da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES) da Universidade Federal da Bahia, da qual é coordenador. Coordenou a execução de três editais PRONINC, é autor de mais de 30 artigos publicados em periódicos científicos e de 11 livros, além de figurar como autor e coautor de 40 capítulos de livros. Genauto foi um dos primeiros pesquisadores ligados a ITCPs a trabalhar e publicar sobre a incubação/assessoramento de rede e cadeias (produtivas, de serviços, de bancos comunitários) e atualmente pesquisa sobre Economia Solidária e inovação social.

Outro brasileiro que figura entre os autores que mais contribuem com a construção teórica sobre o campo da Economia Solidária é Ricardo Antunes³².

³⁰ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7899986884362210>. Acesso em: 16 ago. 2021.

³¹ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/033541122705386>. Acesso em: 16 ago. 2021.

³² Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9707653483059523>. Acesso em: 16 ago. 2021

Antunes é graduado em Administração Pública e tem mestrado e doutorado em Ciências Sociais. Segundo consta no seu currículo Lattes, ele é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e professor convidado de diversas universidades na Europa, nos EUA e na América Latina. É autor de quase 200 artigos publicados em revistas acadêmicas na França, Inglaterra, EUA, Itália, Portugal, Espanha, Suíça, Alemanha, Índia, China, Rússia, Canadá, México, Argentina, Colômbia, Equador, Venezuela, Uruguai, Cuba, entre outros países. Escreveu dezenas de livros, alguns publicados em diferentes idiomas. Os livros mais citados nos artigos analisados são: *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* e *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*.

Entre os 10 autores(as) que mais influenciam a produção de conhecimento no âmbito das ITCPs, há apenas uma mulher: Maria Zanin. Segundo consta no seu currículo Lattes³³, Zanin é graduada e mestre em Engenharia Elétrica e doutora em Física. Foi professora nos cursos de Engenharia da UFSCar e atualmente é docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da mesma universidade, na qual também integra o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária. Seus temas de interesse são: reciclagem de plásticos pós-consumo, gestão de resíduos urbanos, tecnologias sociais, Economia Solidária e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Alguns apontamentos sobre a presença de Maria Zanin entre os dez autores que mais aparecem nas referências dos artigos analisados: 1) é importante ressaltar que 30% dos artigos analisados foram escritos por pesquisadores(as) ligados ao NuMI UFSCar, onde ela é professora e pesquisadora, 2) existem outros pesquisadores(as) dos temas citados, em especial sobre o da tecnologia social, entre os quais se destacam Dagnino e os integrantes do Grupo de Análise de Políticas de Inovação (GAPI), da Unicamp. No entanto, é de extrema relevância que a única mulher a figurar na lista dos dez autores que mais influenciam a produção teórica no campo da Economia Solidária venha da área das Exatas, já que na perspectiva da ciência moderna, ou perspectiva hegemônica de produção de conhecimento, as Ciências Exatas não são para as mulheres. Como bem aponta Lage (2008), a ciência moderna é extremamente sexista.

³³ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9685965969782429>. Acesso em: 16 ago. 2021

Fecha a lista dos autores mais citados nos artigos analisados Euclides André Mance³⁴. Informações coletadas no seu currículo Lattes dão conta de que ele é graduado em Filosofia, mestre em Educação e atualmente é doutorando em Filosofia na UFABC. Mance já atuou como professor, como consultor em projetos de organizações internacionais, foi responsável pela criação da plataforma *Solidarius*, que fornece soluções de Tecnologia de Informação para a organização e funcionamento de Circuitos Econômicos Solidários e Redes de Economia Solidária. Nos últimos anos tem se dedicado, especialmente, aos seguintes temas: filosofia da libertação, teorias de rede, economia de libertação, Economia Solidária e Tecnologia da Informação. Mance é autor de sete livros, dos quais os mais citados nos artigos analisados são: *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual* e *Como organizar redes solidárias*. Os dois livros são bastante didáticos e tratam sobre a importância da constituição de redes solidárias para o enfrentamento do capitalismo.

É importante ressaltar que, apesar de já ter sido professor universitário, Mance é o único dos 10 autores que não mantém vínculo empregatício com uma universidade. Ele tem uma trajetória junto aos movimentos sociais, em especial ao movimento de Economia Solidária. O autor foi um dos participantes do Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias, que ocorreu no ano 2000, em Mendes, Rio de Janeiro, e foi um evento importante na história da Economia Solidária.

A análise da categoria matriz teórica mostra que o campo da Economia Solidária recebe forte influência de autores europeus, ainda que sejam autores da linha crítica. Como bem escreveram Mora-Osejo e Fals Borda (2006, p. 717), “é possível, lógico e conveniente desenvolver paradigmas científicos e quadros técnicos de referência que, sem ignorar o universal ou o estranho, privilegiem a procura da criatividade própria”. Esse deve ser o horizonte dos(as) pesquisadores(as) integrantes das ITCPs.

Apesar da amplitude temática das pesquisas, e de as ITCPs informarem que contam com equipes interdisciplinares – informação reiterada na análise da categoria autor –, a análise da matriz teórica mostrou uma predominância das Ciências Sociais e Sociais Aplicadas. Não passou despercebido o fato de Paulo Freire, considerado uma referência para a construção da proposta metodológica das ITCPs, só ter sido

³⁴ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8987379320199975>. Acesso em: 16 ago. 2021

citado em sete artigos e Michel Thiollent, principal referência brasileira em pesquisa-ação, em cinco artigos.

Por fim, constatou-se que 73% dos artigos analisados contam com referencial teórico predominantemente crítico. Os demais recorrem a autores de diferentes perspectivas: tradicional, liberal ou neoliberal. Tem-se também que existe uma predominância de referencial marxista; no entanto, também foram identificados autores seguidores e ideólogos da Escola de Frankfurt.

Apesar de algumas iniciativas que envolvem diretamente pesquisadores(as) de outros países da América Latina, como a revista *Otra Economía* e o Comité Académico Procesos Cooperativos y Asociativos (PROCOAS) da Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), as reflexões teóricas sobre o tema ou campo Economia Solidária ainda se dão principalmente a partir da realidade brasileira. Identificou-se poucos autores latinos não brasileiros nas referências dos artigos analisados. O ideal de uma ciência própria da América Latina, defendido por Fals Borda, ainda é incipiente.

Certamente a análise da categoria matriz teórica possibilitaria muitas outras reflexões. No entanto, considerando os objetivos propostos inicialmente e as informações disponíveis, considera-se que as ponderações realizadas são as mais coerentes com os objetivos da presente pesquisa.

5.7 MATRIZ METODOLÓGICA

Pelo que se percebeu no transcorrer da pesquisa bibliográfica, as principais críticas dirigidas à ciência moderna, perspectiva hegemônica de produção do conhecimento, referem-se ao método, à ideia de universalização, à perspectiva totalitária, que defende que existe apenas uma forma de produzir conhecimento e que este foi desenvolvido a partir da concepção positivista³⁵.

³⁵ “O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os positivistas somente pode-se afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos. Os positivistas não consideram os conhecimentos ligados a crenças, superstição ou qualquer outro que não possa ser comprovado cientificamente. Para eles, o progresso da humanidade depende exclusivamente dos avanços científicos. POSITIVISMO. Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Positivismo>. Acesso em: 10 de abril de 2021.

O método adotado na realização de um estudo reverbera na abordagem, na coleta de dados, bem como nas técnicas e nos instrumentos empregados no estudo. Assim, a escolha do método não é tarefa simples; além de impactar no resultado final da pesquisa, ele aponta a concepção de ciência ou de conhecimento que o(a) pesquisador(a) partilha. Por isso, compreendeu-se que seria importante nos debruçarmos sobre a matriz metodológica dos artigos oriundos das ITCPs.

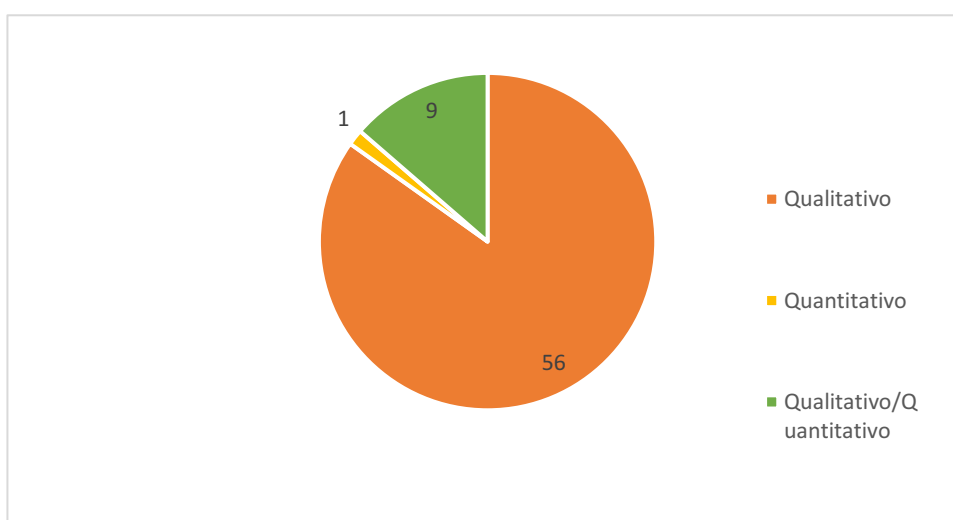
Foram analisados o método (qualitativo, quantitativo ou qualitativo/quantitativo), a metodologia (pesquisa-ação, pesquisa-ação participante, estudo de caso, pesquisa bibliográfica, etnografia, experimental, documental) e os procedimentos e instrumentos utilizados para coleta de dados (entrevista, questionário, observação, análise de documentos/análise de conteúdo, história de vida, aplicação de testes ou outros).

A análise foi literal, ou seja, considerou-se exatamente o que estava escrito no artigo. Por essa razão, foram incluídas no ferramental algumas opções que não constavam na proposta original, como pesquisa participante e histórico-crítica.

Os dados resultantes da análise serão apresentados em blocos, sendo que o primeiro mostrará o resultado da análise quanto à abordagem da pesquisa, o segundo discorrerá sobre os tipos de pesquisa e, por fim, serão apresentados os dados referentes a procedimentos e instrumentos utilizados para coleta de dados.

Os dados referentes à abordagem das pesquisas que resultaram nos artigos analisados no presente estudo estão disponíveis no gráfico 3.

Gráfico 3 – Resultado quanto à abordagem dos dados



Fonte: Autoria própria (2021).

O que se percebe é que os(as) pesquisadores(as) têm se dedicado a pesquisas de abordagem qualitativa ou qualitativa e quantitativa. Sabe-se que por muito tempo predominaram os estudos com abordagem quantitativa, emprego dos modelos matemáticos e fórmulas estatísticas. Portanto, esse resultado aponta para uma mudança na forma de produzir conhecimento, que muito provavelmente é influenciada pelas Ciências Sociais.

Seguindo a apresentação dos dados relacionados à matriz metodológica, apresentamos agora as informações referentes à tipologia das pesquisas realizadas. Os dados coletados foram sistematizados e disponibilizados no quadro 15.

Quadro 15 – Tipos de pesquisa quanto ao objetivo e aos procedimentos de coleta

Tipos de pesquisa	Número de trabalhos
Pesquisa descritiva/exploratória	22
Pesquisa bibliográfica	21
Pesquisa-ação	19
Estudo de caso	15
Pesquisa documental	10
Histórico-crítica	5
Relato de experiência	2
Pesquisa participante	1

Fonte: Autoria própria (2021).

Pelo exposto, os tipos de pesquisa mais praticados por pesquisadores(as) ligados(as) às ITCPs são: descritiva/exploratória, pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação, reiterando que uma alternativa não eliminava a outra e que foram consideradas as informações explicitadas nos artigos.

Apesar da frequência com que é citada a pesquisa bibliográfica, a práxis é uma característica marcante dos artigos analisados.

Houve uma certa dificuldade na caracterização do tipo de pesquisa realizada. Alguns artigos caracterizados como pesquisa-ação, por exemplo, estavam mais para

relato de experiência ou estudo de caso, assim como artigos caracterizados como estudos de caso, pela descrição poderiam ser considerados pesquisa-ação.

Observou-se que muitos autores(as) não apresentam preocupação com a caracterização da pesquisa, tampouco com a descrição do desenho ou percurso metodológico utilizado. Considera-se que o ponto mais crítico da produção do conhecimento no âmbito das ITCPs está relacionado à matriz metodológica. É preciso lembrar, contudo, que esta é a avaliação de uma pesquisadora com uma formação acadêmica tradicional, em (des)construção, o que, em alguma medida, influencia a análise sobre esse e outros pontos discutidos ao longo da tese.

Sobre esse aspecto, Cunha e Santos (2011, p. 46-47) escrevem que “é preciso reconhecer que muitos dos estudos sobre Economia Solidária carecem de maior desenvolvimento teórico e metodológico” e que tal fragilidade “reforça a desconfiança de áreas já consolidadas dentro das ciências sociais em relação ao tema”. Para Cunha e Santos (2011) os(as) pesquisadores(as) do tema ou do campo Economia Solidária precisam se empenhar em realizar análises e reflexão teórica com base em “critérios formais”, mas sem perder de vista o compromisso político e ético para com a sociedade. As autoras têm ciência de que

[...] não é fácil partir de um paradigma que privilegie cada vez mais a subjetividade e ao mesmo tempo não deixe de lado a objetividade: na pesquisa sobre economia solidária, a exemplo de outros campos de pesquisa em ciências sociais, os esforços para analisar e compreender objetos e temas de pesquisa a partir de categorias e conceitos do cotidiano têm esbarrado na ausência dos necessários instrumentos. (CUNHA; SANTOS, 2001, p. 46-47)

Sobre a objetividade da ciência, Zart (2012, p. 56) escreveu:

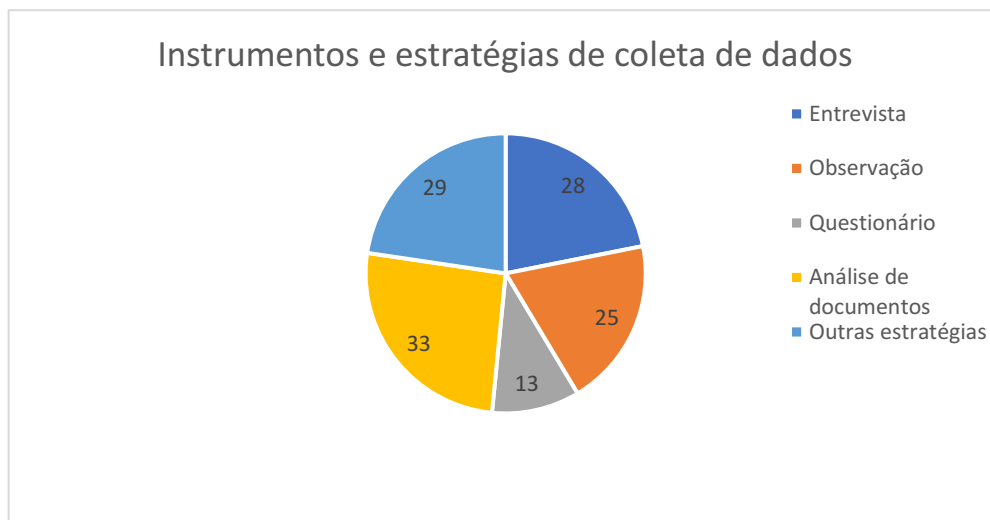
Ora, se a ciência clássica afirma a objetividade, no sentido da descrição restrita do objeto e da neutralidade, da não opção do cientista, a pesquisa-ação, em conformidade com a nova epistemologia, gera uma relação de compromisso do investigador com as situações pesquisadas. A pesquisa tem abertamente um cunho político, compreendido este como a negociação aberta e participativa dos sujeitos implicados. Por esta via, o investigador se compromete na busca de soluções.

Para Zart (2012, p. 56), é preciso ir além do “simples relatório de pesquisa”. O(a) pesquisador(a) precisa promover reflexão teórica sobre os dados levantados, sobre a experiência relatada – isto é, precisa “desdobrar o conhecimento para dentro

do contexto” (ZART, 2012, p. 56) social, econômico e cultural no qual ele próprio e os demais atores estão inseridos.

A seguir, apresentaremos os dados resultantes da análise das estratégias e instrumentos utilizados para coleta de dados nos artigos que integraram o presente estudo.

Gráfico 4 – Estratégias e instrumentos utilizados para coleta de dados



Fonte: Autoria própria (2020).

Entre as estratégias mais utilizadas para coleta de dados nos artigos analisados estão: análise de documentos, observação e entrevista. Todas envolvem, em grande parte, a subjetividade dos(as) pesquisadores(as), o que reitera o desafio apresentado por Cunha e Santos (2011) de que é produzir conhecimento utilizando de forma equilibrada subjetividade e objetividade.

Sobre a utilização de entrevista e observação na coleta de dados, no contexto dos EES, parece interessante, já que não exclui trabalhadores(as) não letrados. A observação, em especial, permite o uso de mais de um sentido, como por exemplo a visão e a escuta, além da intuição. Para Lage (2008) a ciência moderna, sob o pretexto da neutralidade do cientista, definiu o olhar como o sentido confiável para coleta de dados e produção do conhecimento científico. Para a autora, ao excluir os demais sentidos humanos, “a ciência reduz a dimensão da realidade” (LAGE, 2008, p. 3) ou limita a percepção do fato ou evento analisado.

Ainda sobre a pretensa neutralidade alcançada com a utilização da visão, Lage (2008) diz que o(a) autor(a) pode ter sua visão influenciada por questões políticas,

pelos valores e cultura da sociedade em que vive. Corroborando, Cortella (1997, p. 43) afirma: “Os valores e conhecimentos não têm, evidentemente, existência autônoma: dependem, para realizar-se, de humanos que os elaborem, atribuindo-lhes significados e dando-lhes suporte de manifestação”.

Sobre as outras estratégias e instrumentos utilizados para coleta de dados, encontrou-se:

Quadro 16 – Outras estratégias e instrumentos utilizados para coleta de dados

Relato de experiência
Inserção do(a) pesquisador(a) no cotidiano da cooperativa
Realização de roda de conversa
Realização de encontros presenciais, oficinas, entrevistas e aplicação de questionários
Diagnóstico Rural Participativo (DRP)
Metodologia desenvolvida pela ONG Capina – Tecnologia social
Mapeamento, cartografia dos comércios locais
Visitas <i>in loco</i> , observação, verbalizações estruturais, conversas informais e pesquisas bibliográficas
Utilização de <i>software</i> para rastrear e sistematizar dados
Grupo focal
Estudo bibliométrico

Fonte: Autoria própria (2020).

A alternativa “Outras estratégias e instrumentos utilizados para coleta de dados” abrange uma diversidade de opções, que vai de estratégias tradicionais, como a realização de grupo focal e estudos bibliométricos, até Diagnóstico Rural Participativo e outras metodologias participativas. Entre as outras estratégias de coleta de dados utilizadas nos artigos resultantes de pesquisa-ação, destaca-se a inserção de pesquisadores(as) em EES. Tal estratégia pode ser útil para acessar dados e informações importantes; no entanto, é necessário ter cautela para não exercer relação de poder para com o restante do grupo. Sobre essa questão, Thiollent (2005) diz que é preciso tomar muito cuidado quando se trabalha com grupos populares para não impor uma visão tecnicista, determinista, herdada da ciência moderna, supostamente superior e que subjuga os demais tipos de conhecimentos.

A presença significativa de artigos resultantes de pesquisa-ação, bem como as reflexões teóricas sobre essa metodologia de pesquisa, motivou uma análise mais aprofundada dos artigos que se caracterizam como pesquisa-ação.

Por pesquisa-ação entenda-se aquela que “é realizada em um espaço de interlocução onde os atores implicados participam na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação” (THIOLLENT, 2012, p. 4). O autor destaca que nesse tipo de estudo os(as) pesquisadores(as) “exercem um papel articulador e facilitador em contato com os interessados” (THIOLLENT, 2012, p. 4). Para o autor, a pesquisa-ação tem um papel fundamental no desenvolvimento da consciência crítica do ser humano, bem como na sua emancipação.

Para Zart (2012, p. 54) pesquisa-ação é uma estratégia que possibilita a democratização do conhecimento. Para o autor:

Ela implica em relações de aprendizagens que envolvem os diversos atores sociais na apreensão do significado da ciência, do método de como se constrói o conhecimento científico, do conteúdo a ser afirmado, da objetividade a ser delineada, das relações sociais e do poder que envolve as disputas e as controvérsias científicas. (ZART, 2012, p. 54)

Zart (2012, p. 54) defende ainda que a “pesquisa-ação é uma concepção de ciência, uma epistemologia, porque disputa o conceito, os pressupostos e os conteúdos dos conhecimentos válidos e legitimados”. Segundo o autor, ela, por princípio, envolve populares e com isso extrapola os bancos e os muros das universidades.

Com relação aos achados da presente pesquisa referente a pesquisa ação, tem-se que 29% dos artigos analisados resultaram de uma pesquisa-ação³⁶; desses, 37% utilizaram entrevistas, 26% aplicaram questionários, 42% fizeram análise de documentos, 74% utilizaram observação e 58% fizeram uso de outras estratégias. Importante ressaltar os(as) autores(as) podem utilizar mais de uma estratégia para coleta de dados por artigo.

Continuando com a apresentação dos dados referente aos artigos resultantes de pesquisa ação, observou-se que a interação entre as ITCPs e as organizações não governamentais que trabalham com assessoramento no campo da Economia

³⁶ Considerou-se o que estava escrito no artigo, ou seja, todos os artigos em que constava se tratar de uma pesquisa-ação foram considerados como tal.

Solidária, também chamadas de entidades de apoio, pode ser importante para a produção do conhecimento. Um exemplo disso é um artigo intitulado “Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do diálogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais”, de autoria de Eid, Addor, Chiariello, Laricchia e Kawakami (2015), todos(as) ligados(as) ao Soltec que utilizou o conceito e a proposta metodológica de Thiollent em conjunto com a metodologia de assessoramento da organização não governamental Capina³⁷, e que mostra o quanto esse tipo de interação pode ser profícuo, situar ou apresentar resumidamente. Sobre esse aspecto, Zart (2012, p. 55) argumenta que “a interação dos pesquisadores e dos atores sociais em relação ao contexto de ação e de investigação é uma amálgama de situações causadoras de aprendizagens”, conexões e transformações sociais.

Destaca-se também a realização de eventos, rodas de conversa e oficinas de formação profissional como estratégia de aproximação ou para realização de observação. Sobre esse tipo de estratégia, Zart (2012, p. 53-54) escreveu que, no caso da realização de pesquisa-ação, os processos ou atividades de coleta de dados “não são pré-definidas e delimitadas pelo pesquisador”.

A metodologia da pesquisa é resultante da interação do pesquisador com os atores do grupo social que são co-definidores dos objetivos, das metodologias e dos pressupostos da investigação. A pesquisa-ação, nestes termos, é exigente de uma metodologia aberta e dialógica entre os sujeitos da pesquisa. Ela se constitui numa atitude de relações pelas quais as partes compartilham perspectivas, dúvidas, parâmetros e responsabilidades na definição e na execução dos processos investigativos. (ZART, 2012, p. 53-54)

Ou seja, rodas de conversas, cursos, eventos podem ser importantes estratégias para coleta de dados e informações, desde que acordados e construídos em conjunto com os atores envolvidos.

Sobre a coleta de dados na realização de pesquisa-ação, Fals Borda (2009) ressalta a importância de desenvolver empatia entre os atores envolvidos em um

³⁷ A CAPINA é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada no Rio de Janeiro, em 1988. Tem como missão atuar no campo da Economia dos Setores Populares, buscando a afirmação da cidadania dos trabalhadores – entendendo cidadania como o exercício da capacidade de crítica, de resistência e de incidência sobre as condições que geram as desigualdades e a deterioração social, política e ambiental. Nesse sentido, busca qualificar empreendimentos econômicos populares e seus assessores, com vistas à construção das condições necessárias à sustentabilidade dessas iniciativas. Disponível em: < <https://www.capina.org.br/> > Acesso: 12 de agosto de 2021

estudo. Na perspectiva do autor, isso torna o trabalho muito mais fácil e possibilita uma infinidade de descobertas que jamais seriam reveladas com métodos e estratégias de coleta de dados e informações pautados na imposição da “objetividade científica”. O autor diz que essa compreensão

[...] levou a uma mudança na orientação do comportamento pessoal dos militantes e à adoção de novos valores sociais como simplicidade, participação democrática e direta no cotidiano do trabalho comunitário. Conseqüentemente, encontramos pouco espaço para superioridade acadêmica e auto-objetividade científica. Em vez disso, aprendemos a adotar uma atitude empática para com os outros, que chamamos de “compromisso” ou “experiência” que reforça experiências de participação autêntica. (FALS BORDA, 2009, p. 3)

As reflexões propostas por Zart, Thiollent e Fals Borda, bem como os artigos publicados por pesquisadores(as) ligados ao Soltec são bons exemplos de conhecimento produzido a partir da realização de pesquisa-ação.

Tendo em vista a análise do conjunto de artigos, percebe-se que, ao contrário do que postulam os teóricos e defensores da pesquisa-ação, o mais comum ainda é professores(as) representantes das universidades construírem o processo metodológico, definirem os instrumentos de coleta de dados, bem como gerenciarem o processo de produção e disseminação do conhecimento. Ainda que as temáticas pesquisadas estejam em consonância com o cotidiano dos EES e das ITCPs, como bem apontou Fraga (2012), a participação dos(as) trabalhadores(as), bem como dos(as) estudantes que integram as incubadoras, permanece limitada. O que se percebe é que a produção de conhecimento nesses espaços ainda perpetua aspectos da ciência moderna, e isso, para Cunha e Santos (2011, p. 37), tem relação com o lugar que as ITCPs ocupam dentro das IES: a extensão universitária. A forma como elas se desenvolveram no Brasil ficou marcada pela ideia de transferência de conhecimento, seja pela assessoria a comunidades em desvantagem social, ou pela realização de cursos livres. Para Fraga (2012), ainda que as ITCPs se coloquem como espaços contra-hegemônicos, elas carregam a ideia de que a universidade é centro produtor de conhecimentos que precisam ser disponibilizados para a sociedade, especialmente os que não dispõem de recursos ou apoio.

O ideal do intelectual orgânico de Gramsci ou mesmo a utilização da pesquisa-ação é algo a ser buscado, aprimorado.

Cunha e Santos (2011), assim como Fraga (2012), tocam em um tema delicado, que é a transferência de conhecimento para os EES, em detrimento do desenvolvimento do conhecimento a partir da interação e com o envolvimento dos(as) pessoas impactados(as) no processo. Na perspectiva das autoras as ITCPs precisam superar essa questão; para elas, o caminho é o aprimoramento teórico prático da pesquisa-ação.

Cunha e Santos escrevem que são os muitos os desafios para se produzir conhecimento científico sobre o campo da Economia Solidária.

Apesar de crescentes questionamentos, os instrumentos predominantes do fazer ciência ainda contribuem para naturalizar uma separação teórica e empírica entre econômico e social, a pesquisa sobre economia solidária também se confronta a todo momento com muitos desafios metodológicos, particularmente no que se refere às complexas relações entre política e ciência. Muitos dos pesquisadores da economia solidária estão direto ou indiretamente envolvidos com as práticas e iniciativas dentro deste campo, seja como agentes das entidades de apoio, ou como agentes de políticas públicas, ou, mais raramente, como participantes de empreendimentos econômicos solidários.” (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 36)

Para Cunha e Santos (2011), existem intelectuais engajados, ou pesquisadores(as) militantes. Sobre esse aspecto, as autoras ressaltam:

No Brasil, há exemplos importantes de intelectuais considerados engajados, inclusive na política “formal”, como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e Darcy Ribeiro, ou – para ficar num caso notável da própria economia solidária – Paul Singer, economista com vasta produção científica e autor de livros diversos sobre este e outros temas, mas também ator político central dentro do campo, desde 2003 exercendo o cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária no Governo Lula. (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 39)

Cunha e Santos (2011) definem pesquisador militante como aquele(a) que participa e partilha do projeto social e político de seu campo de estudo. Tal definição retrata bem a condição dos(as) pesquisadores(as) integrantes das ITCPs. Para as autoras, a existência do(a) pesquisador(a) militante faz parte do processo de “transição paradigmática mais ampla em direção a novas epistemologias, trata-se de reconhecer que é possível fazer pesquisa seguindo padrões científicos sobre o mesmo tema com o qual se tem envolvimento e comprometimento” (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 44).

Para Cunha e Santos, apesar das críticas tecidas a pesquisadores(as) com esse perfil, pelo envolvimento pessoal que poderia prejudicar as análises,

[...] se souber dosar bem sua participação, este pesquisador terá uma oportunidade maior de acesso às experiências do campo e até aos problemas internos dos grupos e organizações pesquisadas, em comparação com o pesquisador externo, mesmo este sendo um observador participante. (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 44)

Uma boa estratégia para a atuação do(a) pesquisador(a) militante na busca pela construção da transição epistemológica seria a realização de pesquisa-ação, já que esta, para Fals Borda (1985, p. 14), se assemelha a uma ciência própria, ou ciência popular.

Por fim, reitera-se que dentre os artigos analisados, aqueles de autoria de pesquisadores(as) ligados(as) ao Soltec/UFRJ podem ser considerados os mais completos, tendo em vista a apresentação da descrição, reflexão teórica e crítica e compromisso ético; eles explicitam as etapas da pesquisa, as estratégias de coleta de dados, discorrem sobre o processo de construção do desenho metodológico, desenvolvido junto com os(as) trabalhadores(as) dos EES envolvidos, apresentam os limites da pesquisa, as agruras e percalços enfrentados no seu transcorrer, além de incluírem avaliação e autocrítica do processo.

No entanto, em termos gerais, os artigos analisados dão margem a críticas no que se refere a apresentação da metodologia utilizada. Reforça-se que o fato de o campo apresentar críticas ao modo tradicional de fazer ciência – cartesiano, positivista, produtivista – não é justificativa para subexplorar esse aspecto. Como argumenta Sousa Santos (2006), a objetividade pode ser substituída pelo rigor metodológico descritivo, pelo compromisso ético, pela reflexão crítica. Isso inclui, por exemplo, apresentar os percalços da pesquisa; nem sempre o desenho metodológico, a abordagem, o tipo de pesquisa ou mesmo as estratégias de coleta de dados possibilitam o resultado esperado, como por exemplo o envolvimento dos(as) trabalhadores(as) na pesquisa, e é importante que isso seja relatado. Isso faz parte da pesquisa-ação.

5.8 ASPECTOS COMPLEMENTARES À ANÁLISE

O último campo do instrumental utilizado na análise do conjunto de artigos que fizeram parte da presente pesquisa compreende alguns aspectos que se julgou

importantes para ampliar a compreensão sobre que conhecimento vem sendo construído no âmbito das ITCPs. Portanto, na presente seção não abordaremos uma categoria específica, e sim alguns aspectos relevantes que não foram tratados ou aprofundados em páginas anteriores, tais como:

- a) Como a Economia Solidária é tratada nos 66 artigos analisados;
- b) Qual o papel e o lugar dos(as) trabalhadores(as) integrantes dos EES na produção do conhecimento analisado;
- c) Se e como os autores abordam o tema Tecnologia Social;
- d) Se e como algumas características da ciência moderna – neutralidade da ciência e determinismos tecnológicos, o eurocentrismo e a colonialidade do saber – se manifestam no conhecimento desenvolvido no âmbito das ITCPs.

Para seleção de tais aspectos, considerou-se a pergunta de pesquisa, os objetivos propostos e a pesquisa bibliográfica. É importante ressaltar o caráter subjetivo da análise apresentada, já que, apesar de orientada por um instrumental (ficha de análise), no limite ela resulta da análise descritiva interpretativa desenvolvida pela pesquisadora. E esta, conforme já explicitado, tem uma trajetória de vida ligada aos movimentos sociais, se identifica com o campo político progressista e se define como uma pesquisadora militante, já que estuda o campo em que atua política e profissionalmente.

5.8.1 Economia Solidária

O tema Economia Solidária perpassa toda a tese. No entanto, nos interessou compreender como ele é tratado, teoricamente, nos artigos analisados.

O levantamento realizado aponta que 70% dos artigos analisados apresentam conceitos ou reflexões teóricas explícitas sobre o tema Economia Solidária. E os demais artigos apresentam elementos que remetem ao tema em questão. Observou-se que as definições ou abordagens sobre o tema Economia Solidária costumam contemplar concepção, princípios e fundamentos históricos, ou bases históricas. Sabendo disso, buscou-se identificar quais as concepções, os princípios e os fundamentos históricos da Economia Solidária presentes nos artigos analisados. O resultado está sistematizado nos quadros 17, 18 e 19, apresentados na sequência.

Quadro 17 – Concepções de Economia Solidária identificadas nos artigos analisados

Estratégia para geração de trabalho e renda
Uma alternativa ao capitalismo
Estratégia de reinserção social
Estratégia organizativa (organizar os trabalhadores em associações ou cooperativas e emponderá-los para o enfrentamento)
A ênfase/valorização do ser humano e das relações de reciprocidade
Dimensão pedagógica (exercício da cidadania e da democracia)
Conjunto das atividades que contribuem para a democratização econômica
Economia Solidária e desenvolvimento territorial
Economia Solidária como a economia da resistência
Dimensão política (como está estruturada politicamente, em fóruns, cadeias, redes...)
Economia popular – designar por economia dos setores populares as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida
Um movimento político, social e econômico que cria estratégias de colaboração, solidariedade e responsabilidade para com o ser humano e o meio ambiente

Fonte: Autoria própria (2021).

É importante ressaltar que não se pretendeu, aqui, analisar a predominância das abordagens, mas sim explicitar aquelas existentes, mesmo as que não aparecem com tanta frequência.

Dito isto, o que se percebeu é que não existem versões ou concepções conflitantes, e sim enfoques diferentes. No entanto todas as abordagens convergem ao apontar que a Economia Solidária é uma proposta contrária ao capitalismo, desenvolvida sobre outras bases e princípios, como aponta o quadro 18, apresentado a seguir.

Quadro 18 – Princípios basilares da Economia Solidária apontados nos artigos analisados

Propriedade coletiva ou associada do capital – coletividade
Direito à liberdade individual
Igualdade
Democracia
Sustentabilidade
O comércio justo e solidário
Solidariedade
Cooperação
Autogestão
Reciprocidade
Valorização do ser humano, centralidade do ser humano, valorização da diversidade
Valorização do saber local, reconhecimento dos diversos saberes
Justiça social na produção e desenvolvimento tecnológico
Emancipação

Fonte: Autoria própria (2021).

Os princípios da Economia Solidária dão pistas de como ela se diferencia do capitalismo e apontam que esse campo extrapola a dimensão produtivista, predominante na literatura. Sobre esse aspecto, Singer (2002, p. 114) escreveu que a Economia Solidária foi “concebida para ser uma alternativa superior ao capitalismo, por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor”. E isso não se resume ao aspecto utilitarista e produtivista, ou seja, não se trata tão somente de uma estratégia de geração de trabalho e renda: refere-se a também à construção de relações harmônicas entre pessoas de diferentes círculos sociais, à possibilidade de cada um escolher fazer o que o satisfaz e se manifestar sobre as questões lhe dizem respeito e que afetam a sua vida, ao cuidado com o outro e com a natureza, e a se sentir seguro por saber que não será abandonado à própria sorte (SINGER, 2002).

Compreende-se que a concepção utilitarista da Economia Solidária não dá conta de explicar boa parte das experiências em curso nesse campo, tais como os clubes de trocas, os fundos rotativos, os bancos comunitários, os bancos de semente, as experiências de banco do tempo, as cooperativas de consumo, os coletivos de pais e mães que se organizam em torno dos cuidados dos filhos, os processos e projetos de educação popular, a dinâmica organizativa das benzedadeiras, dos povos ribeirinhos, das comunidades tradicionais em geral, as tecnologias sociais, os empreendimentos formados por usuários do sistema de saúde mental, os coletivos de hortas urbanas, os mutirões ou coletivos que se juntam para realizar reparos e obras e que se pautam em princípios como a cooperação, a autogestão, o cuidado com o meio ambiente e a reciprocidade. Apesar de nem todas as experiências citadas estarem relacionadas a geração de trabalho e renda, elas se pautam nos mesmos princípios e têm como horizonte a sociedade do bem-viver, que inclusive foi tema da V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em 2014.

Autores como Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) reconhecem a heterogeneidade das experiências denominadas Empreendimentos Econômicos Solidários e reiteram a importância dos princípios como elemento aglutinador.

Na realidade da economia solidária no Brasil, temos um conjunto amplo e variado de iniciativas ainda em busca de identidade institucional e de um arcabouço jurídico condizente, que não cabem no cooperativismo tradicional nem no chamado terceiro setor. (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p. 89)

A autora e os autores afirmam ainda que

Ao expandir-se, a economia solidária veio a abarcar diversas categorias sociais e variadas modalidades de organização, como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas, dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito. Geralmente, o foco principal desses grupos é a geração de bem-estar social e sobrevivência digna para seus associados. (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p. 89)

Para Cunha e Santos (2011, p. 15), esse conjunto de iniciativas – que no princípio apresentava fortes relações com a dimensão econômica, se caracterizava pela prática da autogestão e por ser um “campo das lutas políticas, econômicas e sociais” – hoje abarca também a dimensão da produção de conhecimento científico.

Nesse sentido, para além da dimensão organizativa, os princípios da Economia Solidária são também base para construção de uma nova racionalidade, ou uma nova lógica de produção do conhecimento. Esta se pauta, entre outras coisas, na valorização do saber local, no reconhecimento de diferentes tipos de saberes, na participação das pessoas e na promoção da sua emancipação. Entende-se que essa mudança de paradigma conduzirá à produção do tipo de conhecimento que Sousa Santos (2006) chamou de “conhecimento-emancipação”.

Sobre a origem da Economia Solidária, encontramos quatro abordagens, conforme apresenta o quadro 19.

Quadro 19 - Origem da Economia Solidária/bases históricas

Abordagem 1	Impulsionada pela crise do sistema capitalista (crescimento do desemprego, do trabalho precário, da perda de direitos trabalhistas, neoliberalismo e reestruturação produtiva)
Abordagem 2	Revive e atualiza o movimento cooperativista europeu. Recupera-se a discussão de um socialismo possível.
Abordagem 3	Ainda que seja um aspecto pouco discutido, a Economia Solidária remete à organização dos povos indígenas, bem como à cultura dos povos africanos, materializada na organização dos quilombos. Em ambos os casos, destaca-se a dimensão da resistência, da coletividade, do cuidado com o meio ambiente, da valorização de diferentes saberes.
Abordagem 4	Na França, o uso do termo Economia Solidária parte da discussão das relações não mercantis existentes em todas as sociedades e das relações de proximidade, que respondem por parte da produção e do acesso a bens e serviços.

Fonte: Autoria própria (2021).

É fato que existe um certo consenso na literatura consultada de que a Economia Solidária tem origem com a crise do capitalismo e remonta ao movimento cooperativista europeu. No entanto, considerou-se importante destacar que existem autores que problematizam o fato de pouco se falar da contribuição da cultura e do modo de organização dos povos indígenas, dos africanos organizados em quilombos e das lutas populares que aconteceram no Brasil.

Não passou despercebido o fato de que na França o termo Economia Solidária está relacionado a aspectos não mercantis, ou seja, remete ao cuidado coletivo e à reciprocidade entre as pessoas. No Brasil, dois autores citam com frequência a

reciprocidade como um dos princípios da Economia Solidária: Luiz Inácio Gaiger e Genauto Carvalho de França Filho, ambos com passagens por universidades francesas e integrantes do grupo dos 10 autores mais citados na literatura sobre Economia Solidária analisada nesta pesquisa.

Considerando a amplitude do campo e os princípios apresentados anteriormente, pode-se afirmar que mesmo os artigos que não apresentam explicitamente conceitos ou reflexões teóricas sobre a Economia Solidária mantêm uma relação direta com o campo em questão. Esses artigos tratam dos seguintes temas: comércio justo, cinema latino-americano, agroecologia, inovação social, fábricas recuperadas, reciclagem e autopercepção do trabalhador de cooperativas de materiais recicláveis. Todos eles têm em comum o fato de apresentarem as experiências que abordam como resistência ao capitalismo e a tudo o que ele representa.

5.8.2 Trabalhadores (as) dos Empreendimentos Econômicos Solidários

Nossa percepção de que os(as) trabalhadores(as) integrantes dos EES não participam da construção metodológica do assessoramento e tampouco da produção do conhecimento dentro das ITCPs, e a crença de que o trabalho desenvolvido pelos(as) pesquisadores(as), técnicos(as) e bolsistas vai além da pura e simples transferência de conhecimento, antecede a elaboração do projeto que deu origem à presente pesquisa. Tal percepção levou à inclusão da presente seção, que busca entender qual o lugar que os(as) trabalhadores(as) ocupam no processo de produção do conhecimento no âmbito das ITCPs.

É fato que em páginas anteriores já mencionamos que são raros os casos em que o(a) trabalhador(a) figura como autor(a) de artigos publicados em periódicos, e quando isso ocorre, não foi o(a) trabalhador(a) que integrou o grupo de pesquisadores(as), e sim o(a) pesquisador(a) que se associou ou se tornou cooperado(a) do EES.

Dito isso – e considerando os pressupostos da produção do conhecimento sob uma perspectiva contra-hegemônica, da qual os(as) pesquisadores(as) integrantes das ITCPs são partícipes e, ponderando ainda que a pesquisa-ação, discutida na análise da categoria matriz metodológica, é a metodologia mais condizente para a produção do conhecimento no âmbito dessas incubadoras –, vislumbra-se ser

essencial o envolvimento e a participação de todos os atores e/ou grupos sociais que serão impactados de alguma forma pelo conhecimento desenvolvido. Esse envolvimento deve ocorrer desde a definição de objetivos e metodologia até a atribuição de responsabilidades e construção de ferramentas e estratégias de pesquisa. Os(as) trabalhadores(as) deveriam ser protagonistas do processo de produção do conhecimento no âmbito das ITCPs, já que são impactados diretamente por esse conhecimento.

Ante o exposto, analisou-se quem são e qual o lugar ocupado pelos(as) trabalhadores(as) integrantes dos EES no que tange à dimensão da produção do conhecimento.

A análise apontou que os(as) trabalhadores(as) integrantes dos EES que foram interlocutores nas pesquisas que resultaram nos artigos analisados nesta pesquisa são:

- Trabalhadores de fábricas/empresas recuperadas;
- Catadores de materiais recicláveis;
- Agricultores;
- Usuários do sistema de saúde mental;
- Feirantes.

Os dados disponíveis nos artigos analisados não permitem quantificar os(as) trabalhadores(as) envolvidos, estratificar por faixa etária, escolaridade ou condição social. No entanto, infere-se que são pessoas que, de certa forma, não interessam ao sistema capitalista, seja por não contarem com a qualificação profissional desejada pelas empresas capitalistas, pela idade, pela aparência, cor da pele ou por não se submeterem a lógica do capital.

Observou-se que, apesar da predominância de artigos resultantes da interlocução com trabalhadores(as) de EES, apenas 9% dos artigos analisados apresentaram alguma reflexão teórica sobre a figura do(a) trabalhador(a). Nos demais artigos, são citados na metodologia, quando são, seguidos da indicação de gênero, ocupação ou segmento de atuação. Percebeu-se um enfoque nas questões sociais como, por exemplo, a baixa escolaridade, as vulnerabilidades, as desigualdades; no entanto, pouco se fala dos seus saberes, das histórias (superação, resistência, aprendizados), dos seus sonhos e perspectivas, ou do que é de fato importante para eles(as). Nota-se que predomina, nos artigos analisados, a perspectiva da geração de

trabalho e renda e da inclusão social, sob a ótica do(a) pesquisador(a) profissional. Isso é perceptível mesmo nos artigos que dizem resultar de pesquisa-ação.

A ausência ou fragilidade dos dados e informações relacionados aos trabalhadores(as) integrantes dos EES podem estar relacionadas a um dos desafios apontados por Cunha e Santos (2011) para a produção do conhecimento no campo da Economia Solidária. Trata-se da carência “de fontes de dados que permitam a construção de conhecimento para além de estudos empíricos localizados” (p.45). No que tange à agenda política, a extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária realizou mapeamentos nacionais e desenvolveu uma plataforma para cadastramento dos Empreendimentos Econômicos Solidários – o CADSOL. No entanto, com o desmonte das políticas nacionais para a área, a plataforma foi retirada do ar e os dados ficaram sob os cuidados de militantes do movimento de Economia Solidária, o que inviabiliza a atualização, o amplo acesso, a análise e a reflexão teórica. Já no âmbito da produção do conhecimento, até o momento não existe uma base de dados de referência sobre o tema, o que impossibilita uma análise global do campo. Os(as) pesquisadores(as) que se dedicam ao tema acabam por trabalhar com dados e informações limitadas, oriundas de diferentes tipos de fontes e bases de dados.

Voltando para a reflexão sobre o lugar dos(as) trabalhadores(as) integrantes dos EES na produção do conhecimento no âmbito das ITCPs, percebeu-se nos artigos analisados que ainda perdura um comportamento cartesiano, decorrente da racionalidade positivista que marca a ciência moderna. Esse comportamento coloca de um lado o(a) pesquisador(a) profissional e de outro o(a) trabalhador(a), seu objeto de pesquisa. Ainda que exista uma narrativa em torno da participação, da importância e da necessidade da utilização da pesquisa-ação, na prática esta se dá de forma questionável, resumindo-se à aplicação de questionários, realização de entrevistas ou observação.

Sobre a dimensão participação, tem-se que ela é essencial para o campo da Economia Solidária, seja porque está na base da forma de gestão dos coletivos de trabalhadores, a autogestão, seja porque faz parte do ideário da Economia Solidária a promoção da autonomia, da democracia, do exercício da cidadania e da emancipação das pessoas – e tudo demanda participação. Entretanto, ao que se percebe é preciso avançar na reflexão teórica sobre que participação se almeja e qualificar os processos a fim de que se promova uma participação efetiva. Para tanto,

a leitura das obras do colombiano Fals Borda e do brasileiro Paulo Freire são fundamentais.

Freire (1968, p. 83) escreve:

[...] o mundo não é um laboratório de anatomia no qual os homens são cadáveres que devam ser estudados passivamente. O humanista científico revolucionário não pode, em nome da revolução, ter nos oprimidos objetos passivos de sua análise, da qual decorram prescrições que eles devam seguir. Isto significa deixar-se cair num dos mitos da ideologia opressora, o da absolutização da ignorância, que implica na existência de alguém que a decreta a alguém. No ato desta decretação, quem o faz, reconhecendo os outros como absolutamente ignorantes, se reconhece e à classe a que pertence como os que sabem ou nasceram para saber.

Já Fals Borda (2009) defende que é preciso superar a ideia do ativismo puro e simples e a separação entre sujeito e objeto. Para tanto, este deve ser desenvolvido a partir de princípios éticos e filosóficos coerentes e explícitos, possibilitando que os interlocutores identifiquem o contexto histórico e social, bem como a concepção que está sendo defendida e no que ela se sustenta. Sobre a separação entre sujeito e objeto, o autor postula a participação autêntica, na qual se diminua “a distância entre superior e subordinado, entre opressor e oprimido, explorador e explorado” (FALS BORDA, 2009, p.3) e se oportunize a troca ou combinação entre conhecimento científico e saberes populares.

Por fim, retoma-se as reflexões propostas por Fraga (2012) na sua tese de doutoramento. Para a autora, as ITCPs precisam romper com a relação de tutela que mantêm com os(as) trabalhadores(as) dos EES, se de fato querem avançar na perspectiva de produzir um conhecimento voltado para a emancipação das pessoas e sob uma perspectiva contra-hegemônica.

5.8.3 Tecnologia Social

No capítulo 3 desta tese, discutiu-se a importância do debate sobre Tecnologia Social para a consolidação do ideário da Economia Solidária. Conforme exposto, a Economia Solidária depende, entre outras coisas, do desenvolvimento de uma nova plataforma científica e tecnológica, a partir de uma abordagem interdisciplinar e que tenha como objetivos a inclusão social, a resolução dos problemas locais, a valorização de diferentes saberes, o envolvimento de diferentes atores, o fomento à

geração de trabalho e renda, a promoção da autonomia dos trabalhadores, o baixo impacto ambiental; que seja também acessível aos trabalhadores e contribua para a prática da cooperação, da solidariedade e da autogestão. Essa nova plataforma científica e tecnológica deveria se constituir em torno da ideia de Tecnologia Social (DAGNINO, 2014).

Já em 2019, não contente com o conceito corrente de Tecnologia Social em voga, segundo o qual “considera-se tecnologia social todo o produto, método, processo ou técnica, criado para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reapplicabilidade) e impacto social comprovado”, Dagnino (2019, p. 43) se debruçou na construção do conceito de Tecnociência Solidária. O autor argumenta que o conceito de Tecnologia Social que ganhou notoriedade foi elaborado por um conjunto heterogêneo de atores, com entendimentos e interesses díspares, que tentaram acomodar em um conceito generalista e que não representa os anseios e necessidades do campo da Economia Solidária.

Dito isto, informa-se que dado a contemporaneidade do conceito de Tecnociência Solidária, ele não consta nos artigos analisados e não foi objeto do presente estudo.

Com relação à Tecnologia Social, tendo em vista a importância atribuída ao tema, optou-se por observar como o tema vem sendo tratado no conhecimento produzido no âmbito das ITCPs. Obteve-se que o debate sobre Tecnologia Social ainda é incipiente: apenas 12% dos artigos analisados apresentaram de forma explícita conceitos ou reflexões teóricas relacionadas ao tema. E a forma como o fazem ainda é superficial.

É curioso o fato de o tema Tecnologia Social ser objeto de estudo de poucos pesquisadores ligados a ITCPs, já que, considerando o conceito de Tecnologia Social que ganhou notoriedade e que já foi mencionada no capítulo 3, as diferentes metodologias de incubação desenvolvidas e utilizadas nas ITCPs se configuram como Tecnologias Sociais.

Para além da crença no modelo linear de produção do conhecimento, discutido por Dagnino (2010), acredita-se que o conceito de Tecnologia Social que se tornou preponderante também contribuiu para a existência de poucas reflexões

Sobre os conceitos de Tecnologia Social utilizados nos artigos analisados, tem-se que:

- a) Predomina o conceito cunhado pela Rede de Tecnologia Social;
- b) Ele se desenvolveu em oposição à Tecnologia Convencional (TC);
- c) Não envolve um debate político sobre modelo de sociedade; e
- d) Não se resume a artefatos.

Os conceitos encontrados nos artigos analisados estão disponibilizados no quadro 20.

Quadro 20 – Conceitos de Tecnologia Social presentes nos artigos analisados

Tecnologia Social
[...] conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida. (ITS BRASIL. Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS. 2004, p. 26).
Tecnologia Social refere-se a “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (DAGNINO, 2010, p. 10). O autor diz também que a Tecnologia Social pode ser entendida ainda como um processo de inovação desenvolvido por atores sociais interessados, de forma coletiva e com metodologias participativas”.
A construção do conceito de Tecnologia Social (TS) vem da negação da tecnologia convencional (TC) e de uma releitura crítica da tecnologia apropriada (TA)

Fonte: A autoria própria (2021).

Analisando os conceitos de Tecnologia Social identificados nos artigos que compõem o estudo, percebe-se que são bastante pragmáticos; não envolvem, por exemplo, um debate político ou de projeto de sociedade. Sobre esse aspecto, Fraga (2012, p. 200) escreve:

[...] pensar em tecnologia social sem pensar em projeto de sociedade é se restringir a soluções pontuais e paliativas que não dão respostas para a superação de suas causas. Além disso, buscar soluções tecnocientíficas para necessidades populares sem a efetiva participação do usuário produtor não irá gerar tecnologias que sejam compatíveis com o engajamento tecnológico anteriormente abordado.

Compreende-se que, a exemplo do que acontece com expressões como participação e solidariedade, o termo Tecnologia Social é compreendido e empregado de diferentes formas, mesmo pelo(as) pesquisadores(as) que integram as ITCPs. Isso

faz com que muitos destes, mesmo produzindo, sistematizando e disseminando Tecnologias Sociais, não compreendam que o fazem, ou não reconhecem como tal aquilo que produzem. Nesse sentido, a construção de um conceito aderente ao contexto da Economia Solidária parece ser imprescindível. Isso colaboraria, entre outras coisas, para o enfrentamento de alguns desafios que vêm sendo apontados desde 2011 por Della Vechia et al. (2011, p. 138): a) qualificar a “capacidade de reflexão teórica” e b) aumentar a “visibilidade e nossa capacidade de intervenção.

Não é singelo todo o trabalho desenvolvido pelas ITCPs, inclusive no que se refere às Tecnologias Sociais; no entanto, a ausência ou a pouca reflexão teórica o tornam invisível.

Nesse sentido, compreende-se que o campo da Economia Solidária precisa se debruçar sobre uma reflexão teórica capaz de levar ao desenvolvimento de um conceito de Tecnologia Social que, de fato, esteja em consonância com o ideário dessa forma de organização econômica. Para tanto, entende-se ser importante observar os princípios da Economia Solidária, compreender que tecnologia não é sinônimo de artefato e, como bem falou Fraga (2012), explicitar que projeto de sociedade se pretende fortalecer.

No âmago do debate sobre Tecnologia Social estão a resistência e a superação do modelo tradicional de produzir conhecimento, caracterizado, entre outras coisas, pela neutralidade da ciência, pelo eurocentrismo e pela colonialidade do saber, aspectos que serão discutidos na próxima seção.

5.8.4 Neutralidade da Ciência, Determinismo Tecnológico, Eurocentrismo e Colonialidade do Saber

Para finalizar o capítulo de análise dos dados, optou-se por retomar alguns pressupostos apresentados na introdução e discutidos de forma transversal nos capítulos 2 e 3 desta tese, conforme mostrado na sequência:

- a) Não é possível dissociar o conhecimento do contexto no qual ele é produzido;
- b) A produção de conhecimento no âmbito das ITCPs, ou por aqueles(as) que as integram, se dá em um ambiente em permanente conflito e disputa, de

recursos e de projetos societários, o que, na perspectiva materialista, assumida nesta tese, reverbera nos processos e práticas das ITCPs, inclusive na produção do conhecimento;

- c) Na perspectiva contra-hegemônica, da qual os(as) pesquisadores(as) integrantes das ITCPs são partícipes, assume-se que o(a) pesquisador(a) é dotado(a) de subjetividade e por isso a ciência não pode ser considerada neutra;
- d) Existe uma pluralidade de saberes, sem distinção ou hierarquização;
- e) Uma perspectiva contra-hegemônica se constrói com ciência e conhecimento próprios – desenvolvidos a partir da nossa realidade latina – , críticos e engajados, sustentáveis, inclusivos, feitos por brancos(as), pretos(as), pardos(as), indígenas, homens, mulheres, de diferentes lugares e denominações religiosas, de forma participativa e democrática.

Considerando tais pressupostos, entendeu-se que seria importante olhar com mais afinco para alguns aspectos do conhecimento produzido no âmbito das ITCPs, como por exemplo, se e como a neutralidade da ciência, o eurocentrismo e a colonialidade do saber se manifestam nesse conhecimento.

Reitera-se que não se buscou com isso realizar *checklist* ou algo semelhante; a ideia foi buscar mais elementos que contribuíssem para responder as perguntas que têm orientado a pesquisa e desvendar que conhecimento é esse que tem sido desenvolvido no âmbito das ITCPs e o que o caracteriza.

Sobre a neutralidade da ciência, obteve-se que esta expressão foi encontrada em 16% dos artigos analisados. Importante também ressaltar que não foi identificado nenhum artigo em que os(as) autores(as) defendessem a neutralidade da ciência de forma explícita.

Nos artigos que não trataram explicitamente sobre neutralidade da ciência, observou-se a postura do(a) autor(a) com relação ao tema defendido, e todos(as) se colocam em defesa daquilo que está sendo discutido, o que parece apontar para um grupo de pesquisadores(as) que não têm a pretensão de se dizerem neutros com relação ao conhecimento que produzem. Assim, compreende-se que a não neutralidade é uma característica inerente ao conhecimento produzido no âmbito das ITCPs.

Para Cunha e Santos (2011) o debate em torno da neutralidade e da não neutralidade da ciência é constante. Este reflete a “busca de uma postura epistemológica simultaneamente equilibrada entre a objetividade e o reconhecimento da subjetividade, entre o rigor teórico e metodológico e a participação social e política” (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 41). As autoras ressaltam que não se trata de negligenciar os aspectos metodológicos, e sim de dizer que não é possível que a objetividade e a neutralidade continuem sendo consideradas critérios decisivos para validação do conhecimento científico. Para Cunha e Santos (2011, p. 41), “a subjetividade não deve mais ser recusada” e tampouco a experiência do(a) pesquisador(a) deve ser negligenciada no processo de produção do conhecimento.

Sobre eurocentrismo e colonialidade do saber, observou-se os seguintes aspectos: o conhecimento produzido no âmbito das ITCPs dialoga com outros saberes, trata/valoriza o saber local, regional, nacional? Folclore? Saberes tradicionais? Discute/envolve uma discussão na perspectiva multicultural (etnias)?

Obteve-se que 14% dos artigos analisados apresentaram conceitos ou reflexões teóricas relacionadas a tais características. Para além do que estava explicitado, considerou-se aspectos como metodologia, temas debatidos, os objetivos dos artigos, a territorialização e o diálogo com saberes não acadêmicos. Considerando esses aspectos, pode-se considerar que está em curso uma mudança no sentido de superar tais características ou condições de produção do conhecimento. Não é singelo o que se observou sobre:

- As transformações provocadas nos processos e tomadas de decisão de algumas universidades e instituto federais, a exemplo do artigo que relata o processo de implementação de um programa de formação em Agroecologia em um IF, no qual a participação dos técnicos das ITCPs e da comunidade foi fundamental para estabelecer o diálogo entre conhecimento científico e saber popular.
- A frequência com que os(as) autores(as) citam o uso da pesquisa-ação e/ou admitem que ela é horizonte a ser perseguido, ainda que, conforme já foi mencionado, precisem avançar na descrição dos processos metodológicos e traçar estratégias para incluir os(as) trabalhadores(as).
- Os temas e públicos tratados nos artigos são aqueles relegados pela ciência moderna e pelo capitalismo.

Conjectura-se que a aproximação teórica entre Economia Solidária e outros movimentos sociais – como, por exemplo, a articulação dos povos da floresta, povos tradicionais, movimento negro, entre outros – contribuiria para a produção e disseminação de um conhecimento ainda mais plural e menos eurocêntrico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso feito até aqui apresentou elementos que possibilitam acreditar que o conhecimento produzido no âmbito das ITCPs difere daquele produzido sob a égide da ciência moderna. Os(as) pesquisadores(as) integrantes das ITCPs são partícipes da perspectiva crítica, postulam a necessidade de um conhecimento que seja contra-hegemônico, desenvolvido a partir da materialidade da vida das pessoas, relacionado aos problemas cotidianos, em interação com os atores que serão impactados diretamente, que reconheça a diversidade epistemológica do conhecimento existente e que contribua para promover a emancipação das pessoas. Já o segundo, ancorado na racionalidade da ciência moderna, é desenvolvido e manipulado para atender os interesses do capital e promover a geração e o acúmulo de riquezas. Para tanto, emprega uma série de estratégias, como a disciplinaridade, a classificação e a subalternização ou aniquilação de conhecimentos, a disseminação da ideia de que o conhecimento é neutro e está acima do bem e do mal, de que existe um conhecimento universal, que este pode e deve ser utilizado por todos os países, implicando na transferência de conhecimento, no eurocentrismo e na colonialidade do saber. No fundo, esse conhecimento serve como instrumento de controle e dominação dos países desenvolvidos sobre os demais, como, por exemplo, os países localizados na América Latina. Trata-se de um conhecimento hegemônico ou, nas palavras de Santos (2006), um conhecimento ordenador.

Concordando com Vieira Pinto (1979), entende-se que o conhecimento não pode ser dissociado do contexto no qual ele é produzido. No caso do conhecimento analisado na presente pesquisa, é preciso ter em mente que ele foi produzido em um ambiente marcado por situações conflitantes, de disputa de recursos e de modelo societário; um ambiente permeado pela dialética, já que as ITCPs se apresentam como nichos contra-hegemônicos dentro de uma instituição que é hegemônica por natureza. Assim, esse conhecimento – mesmo produzido por pesquisadores partícipes da teoria crítica, defensores de uma plataforma científica contra-hegemônica, alinhada ao ideário da Economia Solidária – é impactado, em alguma medida, pela racionalidade desenvolvida com a ciência moderna. Pensando nisso, propôs-se compreender o que caracteriza o conhecimento produzido no âmbito das ITCPs, se este pode ser considerado, de fato, contra-hegemônico e no que as ITCPs

precisam avançar para se consolidarem como produtoras de conhecimento na perspectiva contra-hegemônica.

Para tanto, estabeleceu-se como objetivo geral analisar criticamente o conhecimento científico produzido no âmbito das ITCPs por professores(as) e técnicos(as) administrativos(as).

Para alcançar tal objetivo realizou-se uma ampla pesquisa bibliográfica e documental, a fim de identificar as questões essenciais relacionadas ao conhecimento nas perspectivas hegemônica e contra-hegemônica. Com isso, foram definidas as 10 categorias que compuseram a ficha de análise e, conseqüentemente, se tornaram a base para realização da análise. As categorias eleitas foram: autores(as), temas, palavras-chaves, abrangência, objetivos, referencial teórico utilizado, método, metodologia, estratégias e instrumentos utilizados para coleta de dados, além de aspectos complementares.

Após a pesquisa bibliográfica e análise documental, os dados foram sistematizados e analisados à luz da literatura consultada, cumprindo assim o objetivo geral proposto. É importante dizer que o alcance do objetivo geral se deu com a consecução dos quatro objetivos específicos propostos.

O primeiro deles foi compreender as diferentes facetas da categoria conhecimento. Esse objetivo foi alcançado com a realização de uma ampla pesquisa bibliográfica, e resultou na escrita do capítulo 3, intitulado “Conhecimento: uma categoria multifacetada”. Neste, argumentou-se que o conhecimento é uma construção histórica, social e cultural; logo, contrariando a perspectiva da ciência moderna, existem diferentes tipos de conhecimento, bem como formas diferentes de produzi-lo. Discutiu-se o privilégio epistemológico e social que vem beneficiando o conhecimento científico, especialmente desde a modernidade; refletiu-se sobre o conhecimento e as relações de poder, e a última parte do capítulo 3 foi dedicada a tratar do conhecimento sob a perspectiva contra hegemônica, evidenciou-se as diferenças entre a perspectiva a hegemônica e a contra-hegemônica, correlacionando o conhecimento na perspectiva contra-hegemônica com os ESCTS, e defendeu-se que o conceito de Tecnologia Social e, mais recentemente, o de Tecnociência Solidária se aproximam do ideário da Economia Solidária – portanto, seriam a via de construção da perspectiva contra-hegemônica, a partir das universidades.

O segundo objetivo específico proposto foi caracterizar o conhecimento científico produzido no âmbito das ITCPs. Esse objetivo foi alcançado a partir da leitura

integral dos 66 artigos que compuseram o estudo, o que possibilitou a identificação de dados e informações relacionadas às categorias de análise que integram o instrumental utilizado. Após a análise individual dos artigos, os dados foram compilados e realizou-se uma análise descritiva interpretativa. O resultado consta no capítulo 5.

Entre as características identificadas no conhecimento produzido no âmbito das ITCPS, encontram-se:

- a) Trata-se de um conhecimento produzido predominantemente por mulheres;
- b) É publicado, majoritariamente, em periódicos científicos nacionais, interdisciplinares e relacionados à extensão universitária;
- c) É produzido majoritariamente (78% dos artigos) por autores(as) com título de mestre ou doutor(a);
- d) Os(as) autores(as) são oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com predominância de pesquisadores(as) formados(as) em Administração, Ciências Sociais e Engenharias (elétrica, mecânica, de produção e ambiental);
- e) Apesar de existirem autores(as) de diferentes áreas, somente 31 dos artigos analisados são assinados por autores de mais uma área do conhecimento, ou seja, a interdisciplinaridade ainda não é algo consolidado;
- f) Considerando-se os temas estudados, a abrangência das pesquisas e os objetivos dos artigos, trata-se de um conhecimento endógeno, que correlaciona teoria e prática, produzido com base em problemas locais (nacional, regional, local); porém, os autores são externos, ou seja, não são da comunidade;
- g) Apresenta algum tipo de reflexão teórica sobre o campo Economia Solidária;
- h) A não neutralidade é uma característica inerente ao conhecimento produzido no âmbito das ITCPs;
- i) É um conhecimento crítico, que dialoga com outros saberes, desenvolvido em interlocução com pessoas que não são de interesse da ciência moderna e do capitalismo e trata de temas contra-hegemônicos. Pondera-se que os(as) autores(as) buscam superar características centrais da ciência moderna, tais como o eurocentrismo e a colonialidade do saber.

Outras características do conhecimento produzido no âmbito das ITCPs estão relacionadas aos objetivos específicos 3 e 4, conforme apresentado na sequência.

O terceiro objetivo específico do presente estudo propôs investigar os enfoques teórico-metodológicos do conhecimento científico produzido no âmbito das ITCPs.

Para tanto, foi realizado um levantamento do referencial bibliográfico utilizado nos artigos analisados, bem como a identificação do método, metodologia, procedimentos e estratégia/instrumentos utilizados na coleta de dados.

Obteve-se que os 10 autores mais citados nos artigos analisados são: Paul Singer, instituições públicas brasileiras (tais como MTE, IPEA, IBGE, SENAES, CNPq, MEC), Luis Inácio Gaiger, Genauri Carvalho França Filho, Jean-Louis Laville, Ricardo Antunes, Boaventura de Sousa Santos, Maria Zanin, Karl Marx e Euclides André Mance. Entre os demais, predominam autores brasileiros que escrevem sob uma perspectiva crítica.

No que se refere aos aspectos metodológicos, tem-se que predominam as pesquisas de abordagem qualitativa. Quanto ao tipo de pesquisa mais frequente, encontram-se as pesquisas descritiva e exploratória, pesquisas bibliográficas, pesquisa-ação e estudo de caso, nessa ordem. Chamou atenção o fato de só 19 artigos resultarem de pesquisa-ação, apesar de a literatura sobre conhecimento em uma perspectiva crítica apontar esse tipo de pesquisa como o mais aderente ao ideário da Economia Solidária. São usados diferentes tipos de estratégias e instrumentos para coleta de dados, sendo que em apenas 15 artigos constava a utilização de questionário.

Ainda com relação aos aspectos metodológicos, observou-se que muitos autores(as) não apresentam preocupação com a caracterização da pesquisa, tampouco com a descrição do desenho ou percurso metodológico utilizado. Considera-se que o ponto mais crítico da produção do conhecimento no âmbito das ITCPs está relacionado à matriz metodológica. É preciso lembrar, contudo, que esta é a avaliação de uma pesquisadora com uma formação acadêmica tradicional, em (des)construção, o que, em alguma medida, influencia a análise sobre esse e outros pontos discutidos ao longo da tese.

O quarto objetivo específico propôs identificar questões contraditórias relacionadas à produção do conhecimento no âmbito das ITCPs. Esse objetivo também foi alcançado e o resultado está no capítulo 5.

Entre as questões identificadas e que se considera contraditórias, considerando o ideário da Economia Solidária e as características do conhecimento na perspectiva contra-hegemônica, estão:

- a) O conhecimento oriundo das ITCPs ainda é produzido de forma disciplinar, por pesquisadores(as) profissionais com título de doutor(a) e mestre. Não foram

identificados(as) trabalhadores(as) de EES, ONGs ou poder público entre o grupo de autores(as). É sabido que as políticas dos periódicos científicos praticamente exigem pesquisadores(as) com as referidas titulações, mas não excluem a possibilidade de ter, por exemplo, trabalhadores integrantes dos EES, alunos ou outros trabalhadores, sejam gestores públicos ou integrantes de organizações não governamentais, no grupo de autores. Sobre essa questão, considera-se que a construção de uma perspectiva contra-hegemônica envolve, entre outras coisas, a elaboração de outros indicadores e políticas de publicação científica, já que os que estão em vigor foram construídas para atender às demandas criadas pela ciência moderna, ou o modelo hegemônico de produção do conhecimento.

b) Apesar da presença significativa de pesquisadoras mulheres entre o grupo de autores(as), os temas, o conteúdo e mesmo a estrutura textual não foram alterados. Entende-se que não basta contar com a presença feminina na produção de conhecimento, é preciso visibilizar as questões estruturais que mantêm a mulher em posição de desigualdade para, a partir daí, construir estratégias e oportunidades que a coloquem, bem como as questões inerentes ao gênero feminino, no centro das discussões. A superação do modelo hegemônico, denominado capitalismo, passa pela superação do machismo e do patriarcado.

c) Apesar de ser citada com frequência, a pesquisa-ação ainda não é uma prática consolidada. Apenas 19 artigos citaram esse tipo de pesquisa.

d) Com frequência encontra-se na literatura sobre Economia Solidária que um dos seus princípios é a valorização do ser humano, ou a centralidade no ser humano. No entanto, percebe-se nos artigos analisados um olhar para a dimensão da geração de trabalho e renda, e não considera a subjetividade, histórias de vida, de resistência, de aprendizado, seus sonhos e perspectivas de vida.

e) O conhecimento produzido nas ITCPs não usa referências locais (lutas, cultura) no debate sobre a origem da Economia Solidária.

f) Também não estabelece ponte com outros movimentos antissistema, tais como LGBTQIA+, feminista, pela moradia, entre outros.

g) As ITCPs ainda não produzem conhecimento sobre temas relevantes para o avanço do campo Economia Solidária, tais como: crédito, finanças solidárias,

Tecnologia Social, gênero, sustentabilidade, bem-viver e formação jurídica dos EES, por exemplo.

h) Apesar de, considerando o conceito, as metodologias de incubação se caracterizarem como Tecnologias Sociais, percebeu-se que, na prática, os(as) pesquisadores não as reconhecem ou definem como tal.

i) Os conceitos de Tecnologia Social utilizados nos artigos analisados não envolvem um debate político sobre modelo de sociedade.

Dito isto, retoma-se a hipótese inicial da pesquisa: a produção do conhecimento na perspectiva contra-hegemônica, assumida por pesquisadores integrantes das ITCPs, resulta da materialidade da vida das pessoas envolvidas no processo; no entanto, ela se dá em um ambiente com muitos conflitos e disputas de recursos e de modelo de sociedade, ou seja, marcado pela dialética. De alguma forma isso reverbera no conhecimento produzido no âmbito das ITCPs, e isso fica evidente com a análise descritiva-interpretativa dos dados apresentada no capítulo 5. Essa análise mostra que, apesar das questões críticas ou contraditórias apontadas, algumas características marcantes da ciência moderna, de perspectiva hegemônica – tais como a neutralidade, o eurocentrismo e a colonialidade do saber – são tratadas sob uma perspectiva crítica. Isso indica que os(as) autores(as) não são partidários da neutralidade da ciência, discutem o impacto e buscam superar a perspectiva eurocêntrica e colonialista do conhecimento, que advoga pela existência de uma única racionalidade, ou de uma universalização do conhecimento, que resulta nos processos de transferência de conhecimento produzido em países desenvolvidos para os demais países. Com isso não quero dizer que exista um consenso, mas que existe uma predominância ou, ainda, uma mudança em curso.

Os resultados da pesquisa, apresentados especialmente no capítulo 5 e destacados na presente seção, sustentam a tese defendida pela pesquisadora, que o conhecimento produzido no âmbito das ITCPs se difere do conhecimento produzido na perspectiva hegemônica, e que se ele não é o que se espera numa perspectiva ideal de contra hegemonia, está em processo de superação.

As constatações apresentadas nas páginas anteriores resultaram da realização de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa e quantitativa que envolveu pesquisa bibliográfica e documental. O estudo foi realizado a partir da análise descritiva-interpretativa de 66 artigos publicados em periódicos científicos, no período

de 2012 a 2017, por pesquisadores(as) integrantes de 15 incubadoras ligadas à Rede de ITCPs – percurso metodológico já apresentado no capítulo 4.

Dadas as limitações pessoais da pesquisadora e a conjuntura atual – marcada pelo desmonte das políticas de Economia Solidária, incluindo o PRONINC, e de políticas de Educação, inclusive com cortes de bolsas de pesquisa no ano de 2019, além da pandemia de Covid-19, que iniciou-se no Brasil em março de 2020 e perdura até o momento –, não foi possível realizar uma pesquisa *in loco*, como se pretendia. A alternativa encontrada foi a análise dos artigos publicados em periódicos científicos. No entanto, ficaram o desejo e a sugestão da realização de futuras pesquisas que analisem outros tipos de conhecimento existentes dentro das ITCPs, tais como o conhecimento tácito, as cartilhas, os materiais relacionados à incubação dos EES, bem como estudos que analisem a apropriação do conhecimento produzido no âmbito das ITCPs pelos(a) trabalhadores(as) integrantes de empreendimentos econômicos solidários incubados. Sugere-se também o desenvolvimento de estudos que contribuam para o desenvolvimento de indicadores de produtividade que estejam em consonância com o ideário da Economia Solidária ou da perspectiva contra-hegemônica de produção do conhecimento.

Recomenda-se ainda a realização de estudos capazes de contribuir com a construção de plataformas ou bases de dados que possibilitem o compartilhamento do conhecimento produzido sobre a Economia Solidária e temas correlatos e a construção de conhecimento para além de estudos empíricos localizados.

Por fim, considera-se que analisar o conhecimento produzido sobre determinado tema é um passo importante para realizar autocrítica e, com isso, avançar na construção de um conceito, disciplina ou campo de estudo. Possibilita, entre outras coisas, alargar o olhar, incluir novos elementos, considerar novos aspectos, construir novas estratégias e/ou alternativas e, assim, cumprir aquilo a que o(a) pesquisador(a) se propõe. Nesse sentido, acredita-se que a presente tese contribui com o campo da Economia Solidária ao expor aspectos que carecem ser revisitados.

A perspectiva contra-hegemônica está em construção e envolve uma mudança de paradigma no que tange à tomada de decisões, ao envolvimento de diferentes atores e setores da sociedade no processo de produção do conhecimento, às metodologias, à produção, à gestão e ao uso do conhecimento. No entanto, não é

singelo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos(as) pesquisadores(as) ligados(as) às ITCPs.

. A tese que defendo é que o conhecimento produzido no âmbito das itcp se difere do conhecimento produzido na perspectiva hegemônica, e que ele não é o que se espera numa perspectiva ideal de contra hegemonia, está em processo de superação,

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADDOR, F.; MENAFRA, R. P. (coord.). **Avaliação do PRONINC**: Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Rio de Janeiro: SOLTEC UFRJ, 2017.

ADDOR, F. et al. **Base de dados coletados com o formulário-base de avaliação do PRONINC 2017**. Disponível em Excel.

ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**: concepção, metodologia e avaliação. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018a.

ADDOR, F. LARICCHIA, C. R. (org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**: experiências e reflexões a partir da prática. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018b.

ADDOR, F. et al. Apontamentos a partir da avaliação PRONINC 2017. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (Org.). **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2018.

ALBUQUERQUE, L. C. Tecnologias Sociais ou Tecnologias Apropriadas? O resgate do termo. In: OTTERLOO, A. (org.). **Tecnologias sociais**: caminhos para a sustentabilidade. Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 15-23.

ALBUQUERQUE, P. P. de. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. 1. ed. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.6-20.

Alienação. Disponível em:

<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/alienacao-na-sociologia-por-karl-marx/50586>. Acesso em: 24 ago. 2021.

ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 80, nov. 2010). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/mQtGPDfjR85HxSSLtmgCzbM/?lang=pt>. Acesso em: 10 de junho de 2021

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BAZZO, W. A. et al. **Introdução aos estudos CTS (ciência, tecnologia e sociedade).** Madri: OEI, 2003. (Cadernos de Ibero-América.

BEHR, R. R.; NASCIMENTO, S. P. A gestão do conhecimento como técnica de controle: uma abordagem crítica da conversão do conhecimento tácito em explícito. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p.1-11, 2008.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. CNPq. **Chamada MCTI/Secis/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013.** Brasília: MCTI, 2013. Disponível em: http://cnpq.br/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=4281. Acesso em: dez. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Texto de referência da III Conferência Nacional de Economia Solidária:** contextualização e balanço nacional. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2ev6VO6>. Acesso em: 1 jun. 2019b.

BURKE, P. **O que é história do conhecimento?** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

CASTAÑON, G. A. O que é construtivismo? **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, Campinas, Série 4, v. 1, n. 2, p. 209-242, jul.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/cadernos/article/view/744/627>. Acesso em: 24 ago. 2021.

CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS. **Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários**. Disponível em: <http://www.cieps.proex.ufu.br/node/1>. Acesso em: 28 ago. 2016.

CHAUI, M. Conceito de hegemonia em Gramsci. **CPINFO-UFMG**, 13 fev. 2014. 1 vídeo (11 min.). Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cidadania/?p=152_. Acesso em: 10 out. 2020.

CIÊNCIA. In: SACHS, W. (edit), **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 40-59.

CNPQ. **A prática da autogestão**. 2008. Produtora: Soyocoporti. 1 filme (10 min.) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=In4tlRVIJ-Q_. Acesso em: maio 2019.

Conceito de Tecnologia social - (ITS BRASIL. Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS. 2004, p. 26). Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>, acesso em 20 de Julho 2021

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015 – 2019)**. Brasília: CNES, 2015. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p. 91-141.

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1997.

CULTI, M. N.; ZACARIAS, A. C. Conhecimento produzido por meio das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários: alguns resultados qualitativos. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (org.). **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2018.

CUNHA, G.; SANTOS, A. M. dos. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In: HESPANHA, P.; SANTOS, A.

M. dos (org.). **Economia solidária**: questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: Almedina, 2011.

CUTCLIFFE, S. La emergencia de CTS como campo academico. In: _____. **Ideas, Máquinas y Valores**: Los Estudios de Ciencia, Tecnologia y Sociedad. Barcelona: Anthropos, 2003.

DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010.

DAGNINO, R. Tecnologia social. Contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2012

DAGNINO, R. Tecnologia Social e Economia Solidária: construindo a ponte. In: **Tecnologia Social**: contribuições conceituais e metodológicas [on-line]. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2014. p. 207-265.

DAGNINO, R. **Tecnociência solidária**: um manual estratégico. Marília: Lutas Anticapital. 2019.

DAGNINO, R. A proposta da tecnociência solidária pode ajudar a Universidade a aumentar sua relevância social. In: SEMINÁRIO “COMO INCORPORAR A TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA À POLÍTICA DE INOVAÇÃO DA UNICAMP?” 2020. Campinas, SP. **Palestras...** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gmwoFLiHys0>. Acesso em: nov. 2020.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H., T. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010. p. 71-111.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DEBUS, A. G. **O homem e a natureza no Renascimento**. Porto: Porto Editora, 2004.

DECCA, E. de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DELLA VECHIA, R.; TILLMANN, R.; NUNES, T.; CRUZ. A rede de ITCPs: passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Diálogo**, Canoas, n. 18, p. 115-144, 2011.

DEUS, J. D. de. A minha crítica da ciência. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. Cortez. São Paulo, 2006).

DIAS, R. Um tributo ao Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS). **Revista Espaço Acadêmico**, n. 90, nov. 2008.

DIAS, R. **Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2012.

DORE, R.; SOUZA, H. G. de. Gramsci nunca mencionou o conceito de contra-hegemonia. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 25, n. 3, jul./set. 2018.

ENQUITA, M. F. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. Porto: Edições Afrontamento, 2006. p.605-630.

FALS BORDA, O. **Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual**. Ciudad de México: Editorial Nuestro Tiempo, 1976.

FALS BORDA, O. **Conocimiento y poder popular**: Lecciones con campesinos de Nicaragua, México, Colombia. Bogotá: Punta de Lanza: Siglo Veintiuno Editores, 1985.

FALS BORDA, O. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Compilado por Victor Manuel Moncayo. Bogotá: Siglo del Hombre y Clacso, 2009.

FALS BORDA, O.; MORA-OSEJO, L. A superação do eurocentrismo: enriquecimento do saber sistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006. p.711-720

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDARIA, **Carta de princípios da Economia Solidária**. 2003. Disponível em: <http://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em: mar. 2019.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. S.d. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>. Acesso em: 01 jul. 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRAGA, L. S. **Extensão e transferência de conhecimento: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**. 2012. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FRAZÃO, D. **Karl Marx**. 8 jul. 2021. Disponível em: https://www.ebiografia.com/karl_marx/. Acesso em: 10 jul. 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil hoje. In: LIMA, Júlio Cesar França e Neves, Lúcia Maria Wanderley (Orgs). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. 1. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. I. Práticas Sociais e conhecimento acadêmico no campo da Economia Solidária. **BIB**, São Paulo, n. 73, p. 5-20, 1º semestre de 2012. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/gaigerbib.pdf>. Acesso em: jul. 2021.

GALLO, S. Modernidade e Pós-modernidade: tensões e repercussões na produção de conhecimento em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 551-565, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARDING, S. G. **The science question in feminism**. Estados Unidos: Cornell University, 1993

IASKIO, E. L. S. O que é economia solidária. In: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. de (org.). **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social: métodos e abordagens**. Curitiba: UFPR, 2007. p. 49-63.

IPEA. **Seminário sobre trabalho reúne especialistas no Ipea**. 20 out. 2019.

Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=330. Acesso em: 6 mar. 2020.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

KUHN, Martin; KUHN, Mara Lúcia Welter. Dimensões sociais do conhecimento: implicações à docência e às práticas educativas. **Revista Educação Unisinos**, v. 22, n. 3, julho-setembro 2018. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.223.09>. Acesso em: 30 out. 2020.

LAGE, A. C. Da subversão dos lugares convencionais de produção do conhecimento à epistemologia de fronteira: que metodologias podemos construir com os movimentos sociais. **e-cadernos CES**, n. 2, 2008.p.1-17.

LINHA do tempo de economia solidária. **Cirandas.net**. Disponível em:

<https://cirandas.net/envolvase/linha-do-tempo-do-movimento-de-economia-solidaria>. Acesso em: abr. 2019.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes: A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 220 p.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MAX-NEEF, M. A. **Desenvolvimento à escala humana**: concepção, aplicação, reflexões posteriores. Blumenau: Edifurb, 2012.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MEDEIROS, A.; VILAÇA, M.; NUNES, J.; DUBEUX, A. **Economia Solidária, educação popular e pedagogia da autogestão**. Olinda: MXM, 2018. (Educação popular e economia solidária no Nordeste).

NAGEM, F. A.; JESUS, S. A. de. V Plenária Nacional de Economia Solidária: trajetória e construção da economia solidária no Brasil. **Mercado de trabalho – Conjuntura e análise**, Brasília, n. 54, p.1-10 , fev. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3868>. Acesso em: 20 jun. 2020.

NASCIMENTO, I. T. R.; RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. Incubação em Economia Solidária e extensão universitária: reflexões a partir da experiência da ITES/UFBA. In: CUNHA, E. V.; MEDEIROS, A. C.; TAVARES, A. O. **Incubação em Economia Solidária**: reflexões sobre suas práticas e metodologias. Juazeiro do Norte, CE: Imprece, 2013. p.187-197.

NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. especial, p. 14-20, 2007.

NEDER, R. T; MORAIS, R. A. Para onde vai a Universidade diante da política de ciência e tecnologia no Brasil? **Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina**, Brasília, v. 7. 2017.p. 7-127.

NUNES, J. A. Um discurso sobre as ciências 16 anos depois. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006. p.59-84

PINZANI, A. Teoria crítica e justiça social. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 88-106, 2012.

PRIEB, S. A. M. A tese do fim da centralidade do trabalho: mitos e realidade. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, RS, n. 12, nov. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3391>. Acesso em: fev. 2021.

QUAL A DIFERENÇA entre Multidisciplinaridade, Pluridisciplinaridade, Transdisciplinaridade e Interdisciplinaridade? Arquer All. Disponível em: <https://www.arquer.com.br/educacao-e-cultura/qual-a-diferenca-entre-multidisciplinaridade-pluridisciplinaridade-transdisciplinaridade-e-interdisciplinaridade/>. Acesso em: ago. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-30.

RAHMAN, M. A.; FALS-BORDA, O. Romper el monopolio del conocimiento: Situación actual y perspectivas de la Investigación-Acción Participativa em el mundo. **Análisis Político**, Bogotá, n. 5, p. 30-42, set.-dec. 1988.

RIBEIRO, L. S. **Economia Solidária: trajetória, acúmulos e perspectivas**. In: IMAP. Ciclo de Debates Estado, planejamento e administração pública. Curitiba, 2016.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SALOMÃO, I, Apresentação. In: ADDOR, F.; MENAFRA, R. P. (org.). **Avaliação do PRONINC: Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares**. Rio de Janeiro: SOLTEC UFRJ, 2017.

SANTOS, B. de S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p., nov. 2007. p.71-94

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos histórico- ontológicos da relação trabalho e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan.-abr.p.152-180, 2007.

SCHIOCHET, V. Políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. In: BENINI, E.; et al. **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHIOCHET, V. **Diálogo sobre outras economias**. 28 abr. 2021. 1 vídeo (2:35). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eGriBDSsdgE>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

SCHLESINGER et al. **Gestão do conhecimento na administração pública**. Curitiba: Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP, 2008.

SEVERINO, A. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. **Cadernos Pedagogia Universitária**, São Paulo, n. 3, p.1-40, 1998.

SILVA, V. Z. Espaços coletivos de trabalho: outros princípios de análise. **Oculum Ensaios**, Campinas, n. 11, v. 2, p. 245-257, 2014.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, n. 51, p. 7-22, 2004.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – SIES. **Projeto SIES**. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/sies#:~:text=O%20SIES%2C%20que%20significa%20Sistema,solid%C3%A1ria%20de%20todo%20o%20Brasil.&text=As%20informa%C3%A7%C3%B5es%20nele%20coletadas%20constituem%20um%20retrato%20da%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em: jun. 2021.

SOUZA, H. G. de. **Contra-hegemonia**: um conceito de Gramsci?. Dissertação (Mestrado em Educação – Conhecimento e Inclusão Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SVEIBY, Karl-Erik. What is Knowledge Management? **Sveiby Knowledge Associates**, Apr. 2000. Disponível em: <https://www.sveiby.com/article/What-is-Knowledge-Management>. Acesso em: abr. 2019.

TAVARES, C. A. R.; FREITAS, K. S. de. **Extensão Universitária**: O Patinho Feio da Academia? Jundiaí: Paco Editorial, 2016

THIOLLENT, M. Perspectivas da metodologia de pesquisa participativa e de pesquisa-ação na elaboração de projetos sociais e solidários. In: LIANZA, S. ADDOR, F. **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 172-189.

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1., 2012, João Pessoa, PB. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2012.

THOMAS, H. E. Tecnologia para inclusão social e políticas públicas na América Latina. In: OTTERLOO, A. (org.). **Tecnologias sociais**: caminhos para a sustentabilidade. Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 25-76.

VACCAREZZA, L. Ciencia, tecnología y sociedad: Estado de lacuestiónen América Latina. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 18, p. 13-40, 1998. Disponível em: <http://www.oei.org.co/oeivirt/rie18a01.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2011.

VARSAVSKY, O. **Ciência, Política e cientificismo**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1969. Disponível em: <http://users.dcc.uchile.cl/~cguetierr/cursos/cts/articulos/varsavsky.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2019.

VERONESE, M.; GAIGER, L.; FERRARINI, A. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campoda economia solidária. **Caderno CRH**, Salvador, n. 30, v. 79, p. 89-104, jan.-abr. 2017.

VICTÓRIA, L. B. G. **O Proninc e seu reflexo na ação social das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011.

VIEIRA PINTO, A. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WAGNER, P. Sobre guerras e revoluções. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006. p.103-122.

ZART, L. L. **Produção social do conhecimento na experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC)**: interação da UNEMAT e de Movimentos Sociais do Campo. 2012. 397f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286894/1/Zart_LaudemirLuiz_D.pdf. Acesso em: 5 jan. 2020

APÊNDICE A – Instrumental utilizado na análise da base de dados de avaliação do
PRONINC 2013

Instrumental - Análise da base de dados de avaliação PRONINC	
Identificação	Nome da ITCP
	Coordenador
	Contato – Telefone
	Contato - E-mail
	Formação do Coordenador
	Universidade
	Início da atuação
	Surgiu com o PRONINC?
	A infra-estrutura disponível é adequada?
	Possui Regimento Interno, Estatuto ou Normas de funcionamento
	numero de EES incubados
	Area de predomínio do EES Incubados
	Numero de Integrantes da ITCP
	Numero de Integrantes do sexo masculino
	Numero de Integrantes do sexo Feminino
Equipe	Nomes
LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DA PRODUÇÃO DE	Indique a quantidade de publicações nos últimos 5 anos - - 2012 a 2016
	Artigos completos publicados em periódicos
	Artigos aceitos para publicação
	Livros completos
	Capítulos de livros
	Texto em jornal ou revista (magazine)
	Trabalhos publicados em anais de eventos
	Apresentação de trabalho e palestra
	Prefácio, posfácio
	Monografias, Trabalhos de Conclusão de Curso (graduação)
	Dissertações de mestrado
	Teses de doutorado
	Comunicação / pôster
	Outra produção bibliográfica:
	Outra produção bibliográfica:

	Outra produção bibliográfica: _____
	Outra produção bibliográfica: _____
	Indique a quantidade de produção técnica nos últimos 5 anos - 2012 a 2016
	Documentos de apoio aos empreendimentos (plano de negócios, etc)
	Assessoria e consultoria
	Extensão tecnológica
	Programa de computador sem registro (Software)
	Produtos
	Processos ou técnicas
	Artefatos tecnológicos
	Trabalhos técnicos
	Cartas, mapas ou similares
	Curso de curta duração ministrado
	Desenvolvimento de material didático ou instrucional (cartilhas)
	Editoração
	Manutenção de obra artística
	Maquete
	Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia
	Relatório de pesquisa
	Redes sociais, websites e blogs
	Patentes
	Logomarcas
	Relatórios Técnicos
	Produtos audiovisuais
	Outra produção técnica: _____
	Outra produção técnica: _____
	Outra produção técnica: _____
	Outra produção técnica: _____
Publicações	Título

APÊNDICE B – Dados sobre as ITCPs que fizeram parte do estudo

Identificação	Início de atuação	PRO-NINC	Coordenador		Area de predomínio de atuação	EES Incubados	Infraestrutura	Regimento	Integrantes				Quant. Áreas do conhecimento	Total de publicação		N. de artigos publicados em periódicos científicos
			SIM	Gênero					Formação	Total	Homens	Mulheres		Intergênero	Científica	
1	2014	Sim	Masculino	Agronomia	Agroecologia	6	sim	não	12	7	5	0	2	4	13	0
2	2013	Sim	Feminino	Engenharia Mecânica	Reciclagem/Artesanato	6	não	não	5	3	2	0	3	8	17	0
3	2006	Não	Masculino	Zootecnia	Agricultura/agroecologia	9	sim	sim	58	27	31	0	6	94	237	0
4	1999	Não	Feminino	Psicologia	Saúde Mental	15	sim	sim	51	15	36		8	117	346	6
5	2007	Não	Feminino	Psicologia	Reciclagem/Artesanato	43	sim	não	36	15	21	0	6	104	153	2
6	2014	Sim	Masculino	Antropologia	Reciclagem/salão de beleza	11	sim	não	21	10	11	0	4	9	30	0
7	1999	Não	Masculino	Direito	Reciclagem	10		não	27	6	21	0	8	105	113	8
8	2014	Sim	Masculino/feminino	Serviço Social/Gestora de Informação	Artesanato	62	não	não	23	6	17	0	6	87	62	1
9	2013	Sim	Masculino	Administração	Cultura e processamento de alimentos	5	não	não	4	2	2	0	1	58	20	2
10	2014	Sim	Masculino	Sociólogo	Reciclagem	5	sim	sim	29	13	16	0	4	76	19	2
11	2013	SIM	Masculino/feminino	Economia/Serviço Social	Alimentação	8	sim	não	14	4	10	0	5	1	0	0
12	2013	SIM	Masculino/Feminino	Serviço Social	Artesanato	8		sim	31	12	19	0	4	15	110	3
13	2005	Não	Masculino	Geografia	Reciclagem e Agricultura	12	não	não	77	26	51	0	7	89	44	5
14	2012	SIM	Masculino	Agronomia	Agricultura/agroecologia	12	sim	não	13	6	7	0	4	0	0	0

15	2014	SIM	Masculino/feminino	Administração	Agricultura	2	sim	sim	10	4	6	0	1	36	57	3
16	2011	Não	Masculino	Direito	Agricultura	5	não	não	32	16	13	3	4	19	17	0
17	2013	SIM	Masculino	Engenharia da produção	Um de cada segmento	5	não	não	39	17	22	0	6	51	32	3
18	2014	SIM	Masculino	Administração	Agricultura	4	não	não	27	13	14	0	6	9	13	0
19	2013	SIM	Masculino	Cooperativismo	não informou	nr	sim	não	11	9	3	0	3	0	0	0
20	2004	Não	Masculino	Administração	Agricultura	12	não	sim	20	12	8	0	8	100	82	4
21	2013	SIM	Masculino	Engenharia	Agricultura	11	nr	nr	6	3	3	0	3	17	1	0
22	2005	Não	Feminino	Pedagogia	Agricultura	13	não	sim	36	20	16	0	5	36	44	1
23	2012	SIM	Masculino	Sociólogo	nr	nr	não	não	16	6	10	0	6	0	0	0
24	2013	SIM	Masculino	Geografia	Agricultura	3	sim	sim	15	8	5	0	6	63	16	20
25	2003	Não	Masculino	Filosofia	Agricultura	18	nr	sim	32	13	19	0	3	82	65	2
26	2008	Não	Masculino	Cooperativismo	Reciclagem	23	sim	não	79	31	48	0	7	23	38	1
27	2010	Não	Feminino	Engenharia da produção	Agricultura e Artesanato	24	não	sim	50	24	26	0	4	123	83	1
28	2014	SIM	Masculino	Direito e Economia		10	sim	sim	26	14	12	0	4	82	76	23
29	2013	SIM	Feminino	Agronomia	Agricultura e Artesanato	33	sim	não	40	11	27	2	6	22	50	0
30	2008	Não	Masculino	Engenharia Mecânica	Reciclagem	12	nr	não	22	10	12	0	3	44	31	1
31	2014	SIM	Feminino	Serviço Social	Artesanato	1	sim	não	7	2	5	0	4	12	0	0
32	2010	Não	Masculino	Economia	Agricultura	24	sim	não	37	20	17	0	5	144	182	26
33	2001	Não	Feminino	Psicologia	Reciclagem	11	não	não	54	20	34	0	4	68	28	2
34	2011	Não	Masculino	Administração	Artesanato/Saúde Mental	12	sim	sim	63	29	34	0	6	87	87	1
35	2014	SIM	Feminino	Psicologia	Artesanato	3	nr	nr	8	1	7	0	4	16	25	0
36	2014	SIM	Masculino	Economia		4	Sim	Sim	33	10	23	0	3	5	9	1
37	2004	SIM	Masculino	Filosofia	Alimento (processamento)	17	sim	sim	6	3	3	0	1	26	5	1

38	2010	Não	Masculino/feminino	Administração	Artesanato	4	sim	sim	17	6	11	0	1	86	10	9
39	2014	SIM	Masculino	Arquiteto		5	sim	não	13	6	6	1	4	3	0	0
40	2003	Não	Feminino	Administração	Agricultura e Artesanato	9	sim	sim	55	31	24	0%	4	81	138	2
41	2011	Não	Feminino	Administração	Reciclagem	4	sim	sim	22	9	13	0	2	13	0	0
42	2013	SIM	Feminino	Administração		6	não	não	20	4	16	0	1	12	20	0
43	2013	SIM	Masculino	Economia	Agricultura e Artesanato	5	sim	sim	20	7	13	0	3	8	79	0
44	2013	SIM	Masculino	Engenharia Elétrica	Reciclagem e Artesanato	4	sim	não	22	10	12	0	3	1	21	0
45	1995	Não	Masculino/feminino	Arquiteto/Engenheira Mecânica	Reciclagem	9	sim	sim	25	9	16	0	6	50	52	11
46	2014	SIM	Feminino	Economia		4	sim	sim	25	14	11	0	3	5	17	0
47	1998	Não	Masculino	Economia		7	sim	sim	97	42	53	2	6	225	63	25
48	2007	Não	Feminino	Sociólogo	Agricultura e Reciclagem	9	não	não	30	13	17	0	3	56	14	0
49	2013	SIM	Feminino	Administração	Agricultura (genero)	5	sim	não	10	6	4	0	2	16	27	0

APÊNDICE C – Lista de autores(as) citados(as) mais de 2 vezes nos artigos analisados

Quantidade de artigo que o(a) autor(a) é citado(a)	Nome do(a) autor(a)
52	SINGER, PAUL
39	BRASIL
18	GAIGER, LUIS INÁCIO
14	FRANÇA FILHO, G. C.
14	LAVILLE, JEAN-LOUIS
13	ANTUNES, RICARDO.
12	SANTOS, BOVENTURA DE SOUZA
12	ZANIN, MARIA
11	KARL, MARX
10	MANCE, EUCLIDES ANDRÉ
9	CANÇADO, AIRTON CARDOSO
8	NOVAES, H.
7	CUNHA, LUIZ ALEXANDRE
7	DAGNINO, R.
7	FREIRE, PAULO
7	LECHAT, N. M. P
7	TIRIBA, LIA
6	BARDIN L.
6	BRANDÃO, C, R
6	COUTINHO, M. C
6	DELGADO, GUILHERME
6	FBES
6	LUSSI, I. A
6	MENDES, A. A
6	NARDI, H. C
5	ABREU, C. J
5	BARRETO, RAQUEL DE OLIVEIRA
5	CANO, WILSON
5	CATTANI, ANTÔNIO DAVID
5	CORTEGOSO, A.L.
5	ETZKOWITZ, H.
5	FILIZOLA, CARMEN. L. A
5	GORZ, A
5	MICHEL THIOLENT
5	MNCR. MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.
5	POCHMANN, MARCIO
5	RAZETO, L.
5	SARACENO B.
5	SILVEIRA, ROGÉRIA ALVES
5	CANÇADO, AIRTON CARDOSO
4	AMARANTE, P.
4	CARVALHO, JOELSON GONÇALVES DE
4	CASTANHEIRA, M. E. M
4	CASTEL, ROBERT
4	CORAGGIO JOSÉ LUIS

4	CRUZ, ANTONIO
4	HAESBAERT, ROGÉRIO
4	MINAYO, M, C
4	MOTTA, F. C. P.
4	PAUGAM, S
4	PEREIRA, JOSÉ ROBERTO
4	PORTO, J. B.
4	SCHNEIDER, SERGIO
4	SCHWARTZ, S. H.
4	SILVA, JOSÉ GOMES DA
4	SOUZA, A. R.
3	CRIVELLARI, H. M. T
3	DEMO, PEDRO
3	FARIA, J. H.
3	GADOTTI, M.
3	GRAMSCI, A
3	KAGEYAMA, A. A
3	KOZEL, SALETE
3	LATOUCHE, S.
3	LEFEBVRE, H
3	LIMA, FRANCISCO P. A
3	PINHO, D.B.
3	SACHS, IGNACY
3	SILVA, M. R. M. S.
3	SOUZA, JESSÉ
3	TAVARES, MARIA CONCEIÇÃO

ANEXO A – Termo de Confidencialidade



Ministério da Educação

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós Graduação em Tecnologia



TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TÍTULO DA PESQUISA: DINÂMICA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NAS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES – ITCP´s.

Os pesquisadores, abaixo firmados, asseguram manter o caráter anônimo e a proteção das identidades de todos os citados nos dados disponibilizados (questionário base), referente aos resultados da avaliação realizada pelo Núcleo de Solidariedade Técnica do Programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Soltec/Nides/UFRJ) nos anos 2016 e 2017, por meio de uma demanda da Secretária Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego (SENAES/MTE).

Curitiba, 12 de agosto de 2019

Lourença Santiago Ribeiro

Autora da Pesquisa – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade - PPGTE

Marilene Zazula Beatriz

Orientadora da Pesquisa: Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade- PPGTE